

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Isadora Esteve Torres

**ONDE OUTRAS PLANTARAM SEMENTES HOJE NASCERAM  
FLORES: A TRAJETÓRIA DE MULHERES UNIVERSITÁRIAS QUE  
VIVENCIARAM VIOLÊNCIAS**

Santa Maria, RS  
2021



**Isadora Esteve Torres**

**ONDE OUTRAS PLANTARAM SEMENTES HOJE NASCERAM FLORES: A  
TRAJETÓRIA DE MULHERES UNIVERSITÁRIAS QUE VIVENCIARAM  
VIOLÊNCIAS**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como requisito para o **Título de Mestre em Psicologia.**

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Samara Silva dos Santos

Santa Maria, RS

2021

Torres, Isadora Esteve

ONDE OUTRAS PLANTARAM SEMENTES HOJE NASCERAM FLORES:  
A TRAJETÓRIA DE MULHERES UNIVERSITÁRIAS QUE VIVENCIARAM  
VIOLÊNCIAS / Isadora Esteve Torres.- 2021.

156 p.; 30 cm

Orientadora: Samara Silva dos Santos

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2021

1. Violência Contra a Mulher 2. Trauma 3. Rotas  
Críticas I. Silva dos Santos, Samara II. Título.

**Isadora Esteve Torres**

**ONDE OUTRAS PLANTARAM SEMENTES HOJE NASCERAM FLORES: A  
TRAJETÓRIA DE MULHERES UNIVERSITÁRIAS QUE VIVENCIARAM VIOLÊNCIAS**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Psicologia**.

**Aprovada em 31 de agosto de 2021:**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Samara Silva dos Santos (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)  
(Por vídeo conferência)

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ilana Lemos de Paiva (UFRN)**  
(Por vídeo conferência)

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Camilla Baldicera Biazus (URI- Santiago)**  
(Por vídeo conferência)

Santa Maria, RS,  
2021



## AGRADECIMENTOS

Como nos diria Eduardo Galeano em seu conto “o mundo é isso — revelou — Um montão de gente, um mar de fogueirinhas. Cada pessoa brilha com luz própria entre todas as outras. Não existem duas fogueiras iguais. Existem fogueiras grandes e fogueiras pequenas e fogueiras de todas as cores. (...)”. Na minha trajetória, encontrei diferentes fogueiras de todos os tipos, que me ajudaram de maneiras diferentes. A essas pessoas, agradeço.

Agradeço à minha irmã, Natali, por sempre acreditar e confiar em mim e me ajudar a alçar os mais diversos voos;

Agradeço ao meu companheiro, Fábio, por estar comigo em todos os momentos, pelo cuidado, carinho e por odiar tudo que me deixa triste;

Agradeço aos meus pais, por me manterem acreditando nos meus sonhos e estarem sempre torcendo por mim;

Agradeço aos meus amigos pelo afeto e cuidado, pelas longas conversas na universidade, nos bares, na rua. Nossas trocas foram fundamentais para ser quem sou;

Agradeço ao meu terapeuta, Diego, que esteve todas as semanas me acompanhando e dando forças para seguir acreditando em mim e no meu trabalho, que abriu meus horizontes teóricos, que me ajudou a perceber que estava tudo bem em ser imperfeita;

Agradeço à minha orientadora, Samara, pelo auxílio, paciência e delicadeza. Pelos bons encontros, pelas orientações, por me ajudar a definir os caminhos da pesquisa, pelas conversas e acolhimento ao longo desse trajeto;

Agradeço ao grupo de pesquisa que acompanhou minhas incertezas e dilemas sobre o que é e como se faz pesquisa;

Por fim, agradeço a Lírio, Girassol, Orquídea, Jasmim e Margarida por me contarem suas histórias, pela troca, por me reconhecer nelas e por reacenderem a fogueira chamada luta!





## RESUMO

### **ONDE OUTRAS PLANTARAM SEMENTES HOJE NASCERAM FLORES: A TRAJETÓRIA DE MULHERES UNIVERSITÁRIAS QUE VIVENCIARAM VIOLÊNCIAS**

AUTORA: Isadora Esteve Torres

ORIENTADORA: Samara Silva dos Santos

A violência contra a mulher é uma violência de gênero, o que significa compreender que existem relações hierárquicas entre homens e mulheres na sociedade. Assim, o conceito abarca diferentes formas de violência que as mulheres sofrem. A violência afeta de diversas maneiras a vida das mulheres, desde questões de saúde física, psicológica e social, causando prejuízos nas suas relações e no seu bem-estar. Neste sentido, a presente pesquisa tem como objetivo compreender como as mulheres universitárias experienciaram situações de violência, quais os caminhos que elas percorreram e as reverberações que a violência produziu ao longo de suas vidas. Para isso, foi realizado um estudo qualitativo de caráter exploratório, pois se pretendeu olhar para aspectos do real que não podem ser quantificados. A construção de dados foi baseada nas respostas de um questionário aberto, assim como foram realizadas entrevista de profundidade com seis participantes, tendo como delimitação de campo a Casa do Estudante Universitário 2 (CEU II). Os dados produzidos foram analisados a partir da análise da hermenêutica-dialética, com a proposta operativa de Minayo, que leva em consideração aspectos do contexto social em que as participantes estão inseridas e tem como pretensão elaborar conclusões sobre a complexidade do fenômeno em determinado cenário. Os resultados e discussões foram subdivididos em quatro artigos. O primeiro artigo apresentou o processo de dar conta da violência vivenciada, verificou-se que as participantes levaram tempo, que variou entre meses a anos, para perceber que se encontravam em uma situação de violência. A dificuldade sobre a percepção da violência é de ordem social, expressa pela cultura do estupro e pela objetificação dos corpos femininos, também é de ordem subjetiva e individual, como forma de internalização dessa cultura a partir do sentimento de culpa e responsabilização. O segundo artigo buscou compreender quais as trajetórias empreendidas pelas mulheres que vivenciaram violência. Nos inspiramos no conceito de rotas críticas, nesse sentido verificou-se que, apesar de as participantes apresentarem caminhos distintos, também evidenciam semelhanças, como a busca de ajuda de pessoas próximas, o que aponta para a importância dos vínculos e relações para romperem o silêncio frente a violência e se sentirem validadas. O terceiro artigo buscou compreender a repercussão da violência na vida das mulheres. Foi possível visualizar que estas passam por situações traumáticas que são reatualizadas pelo descrédito. Nesse cenário, o trauma, além de individual, torna-se social. Já o quarto artigo teve como objetivo suscitar algumas reflexões sobre a produção de uma pesquisa qualitativa sobre violência contra a mulher no campo da psicologia e suas implicações ético-políticas. Isso porque entendemos que a pesquisa ocupa outros lugares para além do teórico, ocupa um lugar de testemunha e validação do sofrimento. Apontamos que o conhecimento produzido de maneira implicada e, por vezes, subversiva ao sistema vigente é um aliado para a superação das estruturas de poder de ordem capitalista. Desenvolver pesquisas sobre o fenômeno da violência auxilia para sua compreensão e contribui na fundamentação de políticas públicas de combate à violência.

**Palavras-chaves:** Violência contra a mulher. Trauma. Rotas Críticas.



## ABSTRACT

### WHERE OTHERS PLANTED SEEDS TODAY FLOWERS WERE BORN: THE PATH OF UNIVERSITY WOMEN WHO EXPERIENCED VIOLENCE TÍTULO

AUTHOR: Isadora Esteve Torres  
ADVIDOR: Samara Silva dos Santos

Violence against women is gender violence, which means understanding that there are hierarchical relationships between men and women in society. Thus, the concept encompasses different forms of violence that women suffer. Violence affects women's lives in different ways, from physical, psychological and social health issues, causing damage to their relationships and well-being. In this sense, this research aims to understand how university women experienced situations of violence, which paths they took and the reverberations that violence produced throughout their lives. For this, a qualitative exploratory study was carried out, as it was intended to look at aspects of reality that cannot be quantified. In-depth interviews were carried out, and an open questionnaire was written, having as field delimitation the University Student House 2 (CEU II). The data produced were analyzed based on the analysis of dialectic-hermeneutics, with Minayo's operative proposal that takes into account aspects of the social context in which the participants are inserted and intends to draw conclusions about the complexity of the phenomenon in a given scenario. The results and discussions were subdivided into four articles. The first article presented the process of realizing the violence experienced, it was found that the participants took time, ranging from months to years, to realize that they were in a situation of violence. The difficulty regarding the perception of violence is social, such as the rape culture and the construction of female bodies, and also subjective and individual, as a way of internalizing this culture based on the feeling of guilt and responsibility. The second article sought to understand the trajectories undertaken by women who experienced violence. We were inspired by the concept of critical routes, in this sense it was found that although the participants present different paths, they also show similarities, such as seeking help with close people, showing the importance of bonds and relationships. The third article sought to understand the impact of violence on women's lives. It was possible to see that they go through traumatic situations that are re-actualized by discredit. In this scenario, trauma, in addition to being individual, becomes social. The fourth article aimed to raise some reflections on the production of a qualitative research on violence against women in the field of psychology and its ethical-political implications. Because we understand that research occupies other places besides the theoretical, it occupies a place of witness and validation of suffering. We point out that knowledge produced in an implied and sometimes subversive way to the current system is an ally to overcome the power structures of a capitalist order. Develop research on the phenomenon of violence helps to understand it and contributes to the foundation of public policies to combat violence.

**Keywords:** Violence against women. Trauma. Critical Routes.



## LISTA DE ABREVIATURAS

ABSP	Anuário Brasileiro de Segurança Pública
APA	American Psychological Association
BSE	Benefício Sócio Econômico
CEU	Casa do Estudante Universitário
CEVS	Centro Estadual de Vigilância em Saúde
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CTA	Centro de Testagem e Aconselhamento
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IST	Infecção Sexualmente Transmissível
OMS	Organização Mundial de Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PEP	Profilaxia Pós-Exposição ao HIV
PL	Projeto de Lei
SINAN	O Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SPM	Secretaria de Política para as Mulheres
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
VS	Violência Sexual



## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO</b> .....	17
<b>2 INTRODUÇÃO/ JUSTIFICATIVA</b> .....	19
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	23
3.1 DEFINIÇÃO DE VIOLÊNCIA (S) E SUA EXPRESSÃO EM NÚMEROS.....	23
3.2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA NO BRASIL E A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NA CONQUISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	27
3.3 VIOLÊNCIA A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE .....	32
3.3.1 Questões de gênero.....	33
3.3.2 Questões de raça .....	38
3.3.3 Questões de classe: .....	44
3.4 OBJETIVOS .....	48
3.4.1 Objetivo geral .....	48
3.4.2 Objetivos específicos.....	48
<b>4 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	49
4.1 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES .....	53
4.2 PROCEDIMENTOS E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS .....	54
<b>5 RESULTADOS</b> .....	57
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	135
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	139
<b>APÊNDICE A – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO E CONVITE PARA A PESQUISA</b> .....	146
<b>APÊNDICE B – CARTA ENVIADA PELA PESQUISADORA PARA AS PARTICIPANTES</b> .....	147
<b>APÊNDICE C – FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DAS MULHERES PARTICIPANTES</b> .....	148
<b>APÊNDICE D – ENTREVISTA DE PROFUNDIDADE E QUESTIONARIO ABERTO</b> .....	149
<b>ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	150
<b>ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP</b> .....	153
<b>ANEXO C – ARTES DAS PARTICIPANTES</b> .....	156





## 1 APRESENTAÇÃO

“Onde outras plantaram sementes hoje nasceram flores”. Essa frase, utilizada no título, não diz só das participantes, mas fala muito de quem lhes escreve, foi inspirada em uma música de uma ativista feminista chamada Rebeca Lane. A construção desta escrita vem de uma longa trajetória pessoal e política cheia de encontros que me fizeram ser quem sou. A temática da violência tem me convocado de diferentes formas há alguns anos, me conduzindo a diferentes caminhos pessoais, profissionais e políticos. Gostaria de compartilhar brevemente um pouco da minha trajetória com quem se dedicará à leitura desse trabalho. Nasci em uma cidade de fronteira seca e, com os avós de dupla nacionalidade, sempre me senti um pouco brasileira, um pouco uruguaia. Mudei-me para Santa Maria para cursar Psicologia por meio de bolsa Prouni. Encontrei nessa cidade uma família de amigos e um companheiro que caminha ao meu lado. Já no início da graduação, sem condições financeiras para me manter na cidade, decidi cursar um curso técnico na UFSM, a fim de possibilitar minha entrada na Casa do Estudante Universitário 2 (CEU II) através do Benefício Socioeconômico (BSE), processo que inicialmente foi doloroso. Posteriormente, consegui uma vaga no apartamento 4421, onde morei por três anos. Fui acolhida por minha irmã (que já morava lá há 2 anos) e por quatro meninas pelas quais carrego minha admiração até hoje.

Morar na CEU II me reconstruiu enquanto mulher e sujeito social: foi preciso partilhar, além da casa em si, as dores e as experiências da juventude com pessoas que vinham de todos os cantos do país. Com uma rotina exaustiva, pela manhã eu tinha aulas do curso de Psicologia, já que à tarde tinha uma bolsa na secretaria de um curso de graduação e à noite cursava o técnico para manter o BSE, fui entendendo que a vida se dava de diferentes formas para quem tinha possibilidades financeiras e quem não tinha. A Psicologia foi se transformando em prática ética e política e dei início à participação de movimentos sociais, nos quais hoje retomei minha militância, pois como nos dizia Marx (2007) a prática é o critério da verdade, pois a teoria isolada é insuficiente para mudança. Nunca concordei com uma psicologia amarrada ao tecnicismo nem a uma ciência positivista, por isso meu trabalho não poderia deixar de expressar indignação política e histórica frente às violências sofridas pelas mulheres. No processo dialético em que construí meu caminho até aqui, minha luta se tornou escrita e hoje minha escrita se transforma em luta.



## 2 INTRODUÇÃO/ JUSTIFICATIVA

Por que eu escrevo?  
Porque tenho que  
Porque minha voz  
em todas suas dialéticas  
foi silenciada por muito tempo<sup>1</sup>

A violência afeta de diversas maneiras a vida das mulheres, principalmente em questões de saúde física, psicológica e social, causando prejuízos nas suas relações e no seu bem-estar. O conceito utilizado para definir violência contra a mulher parte da compreensão da convenção de Belém do Pará, que diz respeito a “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Art. 1º da Convenção de Belém do Pará).

Estima-se que, no Brasil, uma a cada três mulheres já sofreram assédio sexual em algum momento de suas vidas (Datafolha, 2017). No ano de 2018, foram registrados 66.041 casos de estupros no Brasil; desse número, estima-se que em média 80% foram vítimas do gênero feminino. Esses dados significam que 180 estupros ocorrem diariamente (ABSP, 2019). Ainda nesse ano, uma mulher foi morta a cada hora (Ipea, 2020). Em 2019, ocorreu um estupro a cada oito minutos no Brasil.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) ainda aponta o aumento da violência contra as mulheres na pandemia de Coronavírus. Os dados estarrecedores sustentam o quanto a violência é um grave problema social que precisa ser debatida, explorada e principalmente superada. Os índices aumentaram nas últimas décadas, porém há desafios para mensurar a dimensão deste fenômeno devido às subnotificações, pois, sabe-se que o número de crimes registrados não condiz com a totalidade dos casos.

Ao longo deste último século, foram criadas diversas políticas para prevenção e erradicação da violência contra as mulheres, porém, é necessário observar que a violência faz parte do sistema social no qual estamos inseridos através das desigualdades econômicas, raciais e de gênero (CISNE, 2015). Entendendo que a violência contra as mulheres faz parte do tecido social, pretende-se olhar para os aspectos que a constituem e modificam a expressão

---

<sup>1</sup> Jacob Sam-La Rose

da violência nos corpos, num primeiro momento fazendo resgate histórico sobre a estruturação da violência no Brasil e, posteriormente, nos debruçamos a entender o engendramento das categorias de gênero, raça e classe e como isso influencia a experiência das mulheres em diferentes tipos de violência.

A presente pesquisa foi realizada com mulheres moradoras da Casa do Estudante Universitário (CEU II), localizada no campus de Santa Maria - Rio Grande do Sul. A CEU II é uma das maiores casas do estudante do Brasil, abrigando hoje mais de mil estudantes universitários, de ambos os sexos, com apartamentos mistos. Os estudantes moradores vêm de diferentes regiões do estado e do país. Dessa forma, a maioria dos moradores perdem as referências familiares e territoriais, tendo em vista que passarão a morar com pessoas desconhecidas e fora de sua cidade natal (HERRMANN; COSTA, 2017). Ressalta-se ainda, que, para morar na CEU, é preciso ter deferido o Benefício Socioeconômico (BSE) que representa a baixa renda familiar dos estudantes da universidade, o que já diz de uma demarcação de classe frente ao grupo pesquisado.

Entendendo a diversidade de mulheres que moram na CEU II e as diferentes formas que a violência pode tê-las afetados, inspirou-se no conceito de rotas críticas desenvolvido por Sagot (2000), que significa entender que caminhos as mulheres percorrem para romper a violência, conforme a autora. A rota crítica nos ajuda a compreender o que impulsiona ou o que desestimula as mulheres a romperem com a violência. Assim, a partir dessa busca, é possível perceber as dificuldades trilhadas nos caminhos das mulheres, se elas foram acolhidas ou não, e como se é a rede de serviços que elas buscaram. Ou seja, se olha tanto para a rede afetiva, quanto para a rede institucional onde essas mulheres podem ter buscado ajuda.

Nessa inspiração, a partir do conceito de rotas críticas, buscamos compreender como as mulheres moradoras da CEU II experienciaram a violência, quais os caminhos que elas percorreram e as reverberações que a violência produziu em suas vidas. Para tecer uma compreensão sobre os pontos trazidos, utilizamos teorias feministas, que buscam um olhar crítico sobre como as estruturas sociais se configuram para as mulheres, a partir da lógica de dominação e exploração. Do mesmo modo, também nos utilizamos de teorias psicanalíticas a partir da concepção do trauma e do descrédito (FERENCZI, 1992) tendo em vista as cicatrizes que a violência deixa por onde passa.

Entendendo que a pesquisa se constrói como um caminho, realizamos diversas paradas e travessias com o intuito de dar conta do nosso objetivo. A primeira diz respeito a uma construção teórica sobre nosso problema amplo - que é a violência contra a mulher,

como esta se constrói e expressa socialmente, quais suas causas e consequências e como as mulheres responderam a isso ao longo dos anos. Depois dessa parada teórica que nos auxiliou no embasamento sobre o fenômeno da violência, abordaremos o processo metodológico da pesquisa, como ela foi realizada e os impasses vivenciados no período pandêmico.

Após a pesquisa ter ganhado forma por meio de sua metodologia, construíram-se quatro capítulos de resultados, organizados em artigos que buscaram responder nosso objetivo. O primeiro artigo/capítulo teve por objetivo analisar como as mulheres universitárias deram-se conta que vivenciaram uma violência de gênero. Esse artigo nasceu da compreensão de que existe um passo antes de iniciar a rota. Antes de buscarem por ajuda, as mulheres precisaram perceber que estavam vivendo uma violência. E esse processo de dar-se conta não é algo simples, pois demanda de relações sociais e de processos subjetivos. O segundo artigo/capítulo objetivou compreender as trajetórias que essas mulheres que sofreram violência empreenderam, de modo que aqui se destacam os locais institucionais, sociais ou até mesmo subjetivos aos quais as mulheres recorreram buscando ajuda, acolhimento e sentido para suas experiências.

Já o terceiro artigo/capítulo objetivou compreender as repercussões provocadas/geradas pela violência contra a mulher que as participantes experienciaram. Percebemos que a violência extrapola o tempo, deixa marcas, cicatrizes e é sobre essas cicatrizes que nos debruçamos com um olhar atento para entender a dimensão da violência na vida das mulheres.

Por fim, o quarto artigo/capítulo objetivou refletir sobre essa trajetória do ato de pesquisar em meio a uma crise pandêmica e social, e as implicações ético-políticas que isso tem para a psicologia e para a pesquisa qualitativa. Esse último escrito coloca reflexões pertinentes ao nosso tempo e a nossa profissão. Explana a árdua tarefa de pesquisar um tema tão brutal e ao mesmo tempo tão delicado, que é a violência contra as mulheres.



### 3 REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1 DEFINIÇÃO DE VIOLÊNCIA (S) E SUA EXPRESSÃO EM NÚMEROS

Existem diferentes formas de definir violência, uma vez que, por se tratar de um conceito abstrato, é possível que se interprete de maneiras distintas. Geralmente, os conceitos de violência estão relacionados de maneiras tautológicas, ou seja, usam-se palavras diferentes para expressar a mesma ideia, utilizam-se da naturalização para explicá-la (exemplo: que está fora do seu modo regular, ou fora da razão, da justiça) ou, ainda, relaciona-a ao uso de força física. A caracterização do que é ou não um ato de violência pode envolver, inclusive, as normas e valores político-sociais (BIGLIA, 2007). Portanto, não existe um consenso na definição de violência, podendo esta assumir uma descrição e/ou explicação mais ampla ou específica, dependendo do foco de análise que se dará para a questão. Contudo, este estudo iniciará (ou partirá) sua apresentação e discussão sobre o conceito de violência com base na sistematização formulada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), o conceito de violência diz respeito à intencionalidade do uso de força ou poder, de forma real ou de ameaça, podendo causar lesões físicas, psicológicas, problemas de desenvolvimento ou até mesmo a morte (KRUG et al., 2002). Ainda, no que tange à intencionalidade, cabe observar que “a presença de uma intenção de usar a força não necessariamente significa que houve uma intenção de causar dano” (KRUG et al., 2002 p.5), ou seja, podem existir divergências entre a ação pretendida e a consequência que a mesma gerou. A OMS, com sua definição, proporciona um olhar dinâmico e amplo sobre o que é entendido por violência.

Com relação à tipologia da violência, a OMS estabelece três grandes categorias, sendo elas: violência dirigida a si mesmo (auto infligida), violência interpessoal e violência coletiva (que diz respeito a grupos maiores tais como Estados, grupos políticos, milícias, etc.). Essas categorias irão se desdobrar posteriormente para abarcar tipos específicos de violência (KRUG et al., 2002).

Especificamente, o conceito de violência contra as mulheres parte da definição formulada na Convenção de Belém do Pará (1994), a qual é utilizada pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (BRASIL, 2011). Portanto, a violência

contra a mulher diz respeito a “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Art. 1º da Convenção de Belém do Pará). Entender que a violência contra a mulher é uma violência de gênero é compreender que existem relações hierárquicas entre homens e mulheres na sociedade. Assim, o conceito abarca diferentes formas de violência que as mulheres sofrem, como por exemplo: violência física, moral, patrimonial, o tráfico de mulheres, a violência institucional, a violência psicológica e a violência sexual, sendo as duas últimas a que serão mais abordadas nessa pesquisa.

A violência sexual (VS) é compreendida como:

“Ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule o limite da vontade pessoal. Manifesta-se como: expressões verbais ou corporais que não são do agrado da pessoa; toques e carícias não desejados; exibicionismo e voyerismo; prostituição forçada; participação forçada em pornografia; relações sexuais forçadas (coerção física ou por medo do que venha a ocorrer).” (TAQUETTE et al., 2007, p.70).

O Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS) do Rio Grande do Sul propõe uma compreensão ampla no que se refere à violência sexual. Além das situações abordadas na definição do conceito proposto por Taquette (2007), estende-se para: qualquer ato que alguém se valendo de sua posição de poder, podendo ou não usar força física, influência psicológica, usando ou não armas e/ou drogas obriga outra pessoa a ter, participar ou presenciar, de alguma forma, de interações sexuais ou, ainda, utilizando-se de sua sexualidade com fins de lucro ou outra intenção. Compreendem-se como VS situações como: estupro, assédio sexual, jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas, sexo forçado no casamento, pedofilia, voyeurismo, penetração (oral, vaginal, anal) com objetos ou não de maneira coercitiva. Também abarca questões de exposição forçada, ou constrangedora a atos eróticos, masturbação, exibicionismo, linguagem erótica e material pornográfico. Ainda, fazem parte da violência sexual ações que impeçam o uso de contraceptivos ou forcem matrimônio, gravidez, aborto, prostituição, que limitem ou anulem a liberdade dos direitos sexuais e reprodutivos<sup>2</sup>.

A VS é um problema que ocorre no mundo todo. Os dados disponíveis, conforme a

---

<sup>2</sup> Informações retiradas do site do Centro estadual de vigilância em Saúde (CEVS).



OMS, apresentam que uma em cada quatro mulheres já sofreu algum tipo de violência e que um terço das adolescentes tiveram suas primeiras experiências sexuais de maneira forçada (KRUG et al., 2002).

Referente aos dados mundiais sobre a violência sexual, pode se fazer analogia a um *iceberg*, no qual a ponta, que é visível, refere-se aos casos que foram registrados pela polícia, uma parte maior é explicitada por meio de pesquisa, porém há uma parte substancial, abaixo da superfície, que ainda não foi explorada e quantificada sobre a dimensão do problema (KRUG et al., 2002). A dimensão do fenômeno fica evidente na medida em que pesquisas sobre o tema são conduzidas e oferecem um quadro sobre a realidade encontrada (KRUG et al., 2002).

Os números de estupros no Brasil vêm crescendo ao longo dos anos. De acordo com o levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que divulga anualmente informações sobre dados de registros policiais através do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2016, foram registrados 49.497 estupros (FBSP, 2017), sendo que em 2017 houve um crescimento nesse índice, chegando a 61.032 casos de estupro no país (FBSP, 2018) e, no último anuário (FBSP, 2019) o número de estupro referente ao ano de 2018, passou a ser de 66.041, o maior número já registrado, sendo as vítimas 81% mulheres, de maioria jovens e negras, chegando a 180 estupros por dia. Com relação aos dados do estado do Rio Grande do Sul, foram registrados 1.928 estupros pelo Sinan e 4.144 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Ipea/ FBSP, 2018).

Os dados sistematizados e disponibilizados pelos anuários apresentam o número total de estupros no país de acordo com as notificações (boletins de ocorrências policiais) realizadas, ou seja, os números englobam as vítimas do sexo feminino e masculino que romperam com o medo e o silêncio e realizaram um boletim de ocorrência policial. Porém, historicamente, as mulheres são as principais vítimas desse crime, chegando a ser de 81% dos casos (FBSP, 2019).

Deve-se levar em consideração a existência das subnotificações. Por exemplo, em 2016, enquanto houve o registro de 49.497 casos nas delegacias, apenas 22.918 foram registrados nos Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, nem todas as situações de violência registradas nas delegacias chegam ao SUS. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) coloca o problema da subnotificação sob uma ótica internacional e faz um comparativo

aos Estados Unidos, que tem apenas 15% dos estupros referidos à polícia, ou seja, se nosso índice de subnotificação estivesse aproximado ou igual ao americano, com uma margem de 15% de casos notificados à polícia, poderia se dizer que há uma prevalência entre 300 mil a 500 mil estupros a cada ano no Brasil (CERQUEIRA et al., 2018).

Ainda, cabe ressaltar que, além da violência relacionada ao gênero, existem outras vulnerabilidades que se inscrevem por meio da deficiência física e/ou transtornos psicológicos. Dos 22.918 casos registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) em 2016 (CERQUEIRA et al., 2018), 2.345 haviam sido relatados por pessoas com algum tipo de deficiência ou transtornos psicológicos. Além disso, dos 3.529 casos de estupro coletivo, 12,2% foram contra vítimas com alguma deficiência (CERQUEIRA et al., 2018 p. 66).

Tendo em vista a desarticulação do sistema de registros, que acarreta a subnotificação da violência como já mencionado, torna-se um desafio apresentar dados precisos sobre o fenômeno da violência sexual, abarcando suas diferentes dimensões além do estupro. A dificuldade de mensurar os dados também está relacionada à sua expressão social, pois percebe-se que, baseado no contexto social que se vive, alguns comportamentos são naturalizados e permitidos socialmente, deixando de serem vistos como atos violentos.

Conforme uma pesquisa do Instituto Datafolha, realizada em 2017 com 1427 mulheres, em 194 municípios, 42% das brasileiras entre 16 anos ou mais declarou já ter sofrido assédio sexual. Entre as formas mais comuns de assédio relatado pelas mulheres, estão: o assédio nas ruas, com uma porcentagem de 29%, representando uma em cada três mulheres adultas. Destas, 25% alegam que sofreram assédio verbal e 3% físico. O lugar de maior incidência nos relatos foi o transporte público (22%), sendo o assédio físico presente em 11% dos relatos e o verbal em 8%. O assédio no trabalho foi relatado por 15% das mulheres, incluindo o assédio físico (2%) e verbal (11%). Entre as mulheres pesquisadas, 10% afirma ter sido vítima de assédio sexual na escola ou faculdade (8% verbalmente e 1% fisicamente). Ainda, 6% relatou ter sofrido assédio dentro de suas casas (Instituto Datafolha, 2018). Considera-se, ainda, que os dados apresentados dizem de uma pequena, mas já significativa parcela de mulheres afetadas pela violência sexual e se apresentam em certa medida atualizados no tempo.

A violência psicológica diz respeito a todo tipo de depreciação, humilhação, discriminação, falta de respeito, punição e, ainda, a utilização de pessoas para compreender as necessidades psicológicas de outra. “É toda ação que coloque em risco ou cause danos à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa” (CEVS). De acordo com o Mapa

da Violência Contra a Mulher (2018), a cada meia hora uma mulher sofre violência psicológica, no mesmo dia uma média de oito casos de VS são encontrados no Brasil. A violência psicológica muitas vezes se torna invisibilizada historicamente.

Ressalta-se que a violência contra a mulher está inserida ao longo da história da sociedade, de maneira que se pretende olhar como essa história de violência e luta por direitos foi e é construída até os dias de hoje. Entender a história é necessário para compreender como o fenômeno da violência sexual se expressa atualmente.

### 3.2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA NO BRASIL E A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NA CONQUISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Retoma-se o conceito de violência para então contextualizar brevemente a violência no Brasil, destacando o papel do movimento feminista na luta pelos direitos das mulheres e da não violência de gênero. De acordo com Minayo (2006, p.13), “a violência não é uma, é múltipla” e, apesar de o conceito parecer neutro, não é, pois, de acordo com as análises de eventos violentos, pode-se afirmar que existem embates pelo poder, pela autoridade, bem como o desejo pela dominação e o aniquilamento do outro. A violência não se inscreve só pela força física. O autor Domenach (1981) aponta que a violência está intrínseca nas relações e pontua que esta é formada de forma subjetiva e inconsciente. Assim, ele destaca que: “É demasiado fácil e ineficaz condenar a violência como um fenômeno exterior, e inclusive, como algo estranho ao homem, quando, na realidade ela o acompanha sem parar, [...] até na articulação de seu discurso e na afirmação mesma da evidência racional” (Domenach, 1981, p. 37)<sup>3</sup>.

Para contextualizar a violência no Brasil, é necessário rememorar a forma pela qual o território foi colonizado. Ressalta-se que a violência sempre esteve articulada na colonização e desenvolvimento do país (MINAYO, 2006). Seguindo alguns apontamentos de Minayo, pode-se recorrer à obra como Dias e Gambini (1999), que, em sua obra, irão levantar discussões frente ao nascimento do Brasil como fruto de um estupro, onde os colonizadores não enxergavam as mulheres como sujeitos – questionava-se se elas tinham almas, ou seja, apenas as viam como um objeto para suas satisfações individuais. Da mesma

---

<sup>3</sup> Tradução livre- realizada pela autora

forma, os autores levantaram questões referentes ao processo de escravização, no qual as mulheres escravas eram objetificadas e submetidas a diferentes formas de violência.

Para Minayo (2006), uma questão crucial da violência no Brasil é a compreensão de que ela se estrutura pelos altos índices de desigualdade social. As desigualdades sociais seriam a base para outras violências. Assim, torna-se necessário não perder de vista nossa história, que retrata a “aculturação indígena, à escravização dos negros, às ditaduras políticas, o comportamento patriarcal e machista que perpetua abusos contra mulheres e crianças, os processos de discriminação, racismo, opressão e exploração do trabalho” (MINAYO, 2006, p. 27).

Trazendo para questões mais recentes, cabe ressaltar o golpe de Estado em 1964, que instituiu um processo de ditadura militar e suprimiu o direito do povo, utilizando-se de métodos como a tortura como forma de coibição e silenciamento, com o objetivo de aniquilar os desejos que não estivessem de acordo com o do Estado. Assim, utilizou-se de métodos como afogamentos, prender pessoas nuas em um pau, denominado ‘pau de arara’, inserção de insetos nos órgãos genitais, queima de partes do corpo, entre outras formas de agressões. Cabe ressaltar que houve grande números de estupros nesse período, o que representa a apropriação de poder através do corpo da mulher, com o objetivo de humilhar os homens, ou seja, o corpo da mulher como produto, como demarcação e conquista territorial (SEGATO, 2003). Na mesma direção, Minayo (2006, p. 29) acrescenta: “É preciso ter em mente que a estratégia de humilhar os homens por meio da humilhação das mulheres vem ocorrendo nos mais diferentes momentos históricos e em diversas sociedades como arma de persuasão”.

Nesse mesmo período, movimentos sociais se fortaleceram, colocando-se contra as represálias estatais e buscando uma luta coletiva por direitos. Um dos movimentos que ganhou força e visibilidade foi o movimento feminista, que, nesse período, tornou prioridade o enfrentamento da violência contra as mulheres (BRAZÃO; OLIVEIRA, 2010). No final dos anos 70 e início da década de 80, os movimentos feministas organizaram atos nas ruas, recebiam denúncias de mulheres que sofriam violências e as acolhiam. Em São Paulo, com esse intuito, foi criado, a partir da atuação de 30 mulheres do movimento feminista, o SOS mulher. Logo, esse tipo de ação se estendeu aos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Também eram realizados protestos referentes ao descaso na investigação de assassinatos de mulheres que, por consequência, culminavam na impunidade daqueles que haviam cometido tal crime, invariavelmente perpetrado por parceiros íntimos, que alegavam estar defendendo a honra (BRAZÃO; OLIVEIRA, 2010). Também nesse período, o SOS mulher lançou a campanha: “o silêncio é cúmplice da violência”, que estimulou diversas

mulheres a denunciarem relações abusivas e explicitou a necessidade de um Estado ativo frente à problemática da violência contra a mulher.

Outras campanhas foram criadas e uma discussão impulsionada pelo *slogan* “quem ama não mata” atingiu inicialmente Minas Gerais e posteriormente todo o país. Diversos grupos feministas surgiram nesse período histórico e utilizaram essa frase na construção de seus protestos, vigílias, ações contra os assassinatos de mulheres. Essas movimentações geraram uma repercussão midiática e a questão da violência contra a mulher passou a ser escancarada nacionalmente. Assim, a televisão adotou alguns programas que traziam a temática da mulher para ser debatida (BRAZÃO; OLIVEIRA, 2010).

No período da redemocratização, o movimento feminista trabalhou ativamente, levando suas reivindicações até a Assembleia Nacional Constituinte. Foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que lançou a campanha “Mulher e Constituinte” – “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher, senão fica pela metade”, era um dos lemas da campanha (BRAZÃO; OLIVEIRA, 2010, p. 26). Foram coletadas milhares de assinaturas para que as mulheres pudessem apresentar uma carta feita com emendas à Constituinte visando à garantia de seus direitos. Vale ressaltar que a carta trazia categoricamente questões referentes à violência contra as mulheres. Mais de 80% das propostas foram aprovadas, o que possibilitou avançar nas políticas para o enfrentamento da violência.

Na luta contra violência de gênero, as discussões sobre direitos humanos contribuíram para difundir a ideia de que direitos humanos são direitos das mulheres. Apenas em 1995, tal pauta ganhou maior visibilidade e mobilização, reivindicando que o governo assumisse medidas assertivas na promoção por igualdade (BRAZÃO; OLIVEIRA, 2010). Em 1995, se aprovou a Convenção Interamericana de Belém do Pará, para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, momento importante na história do Brasil, pois ampliou a definição de violência contra as mulheres e foi base para a criação da primeira lei específica para violência de gênero (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015).

A consolidação de uma lei específica também se deu a partir dos movimentos feministas e ganhou mais força após criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) em 2003 (MENEGHEL et al, 2013). A Lei 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, afirma que todas as mulheres possuem direitos fundamentais e tem como pretensão

assegurar a saúde física, mental, assim como possibilitar oportunidades para o rompimento da violência. A SPM representou um importante passo para a constituição de uma rede de atendimentos e na garantia de recursos investidos na implementação de políticas públicas integradas no enfrentamento à violência, como, por exemplo: a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

Em 2007, foi lançado o Pacto Nacional Pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que estabeleceu a importância de uma rede articulada de atendimento. A partir desse pacto, as ações governamentais deixariam de ser feitas de forma isoladas e a partir de serviços emergenciais para que se realizem atuações mais amplas, como: capacitar os trabalhadores para atender, criar padrões de atendimento, aperfeiçoar legislações, apoiar projetos para a prevenção da violência, tanto no âmbito educacional quanto cultural, assim como ampliar o acesso das mulheres aos serviços de justiça e segurança pública (BRASIL, 2011a).

Após quatro anos, foi publicada a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, entendendo a necessidade de fortalecer a Lei Maria da Penha e integrar outros setores públicos no combate à violência, descentralizando do jurídico e promovendo ações de prevenção, assistência e garantindo direitos. Além de estar em consonância com a Lei Maria da Penha, a Política Nacional também está de acordo com a Declaração dos Direitos Humanos (1948), a Convenção de Belém do Pará (1994), entre outros tratados internacionais estabelecidos com o intuito de garantir direitos e segurança (BRASIL, 2011).

Entendendo a complexidade sobre o problema da violência contra a mulher no Brasil, se constitui o conceito de Rede de Enfrentamento à violência que diz respeito à articulação de instituições e serviços governamentais e/ou não governamentais, assim como da comunidade, tendo em vista desenvolver “estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência” (BRASIL, 2011 p.8).

As políticas mencionadas são referentes à violência contra as mulheres em sua ampla dimensão. Cabe ressaltar que a VS é uma das faces da expressividade da violência. No que tange especificamente à VS, em 2013, foi sancionada a Lei nº 12.845, que prevê atendimento imediato, integral, obrigatório e de qualidade a pessoas que sofreram VS, dando amparo médico, psicológico, tratamento das lesões, profilaxia da gravidez e das infecções sexualmente transmissíveis (IST). A norma técnica (BRASIL 2014) é o principal instrumento que auxilia na condução dos casos de VS nos serviços de saúde - onde o atendimento deve ser realizado emergencialmente nas primeiras 72 horas, para que seja possível administrar o

anticoncepcional de emergência e para a profilaxia de IST. A norma inclui o direito do aborto legal e acompanhamento multiprofissional.

Cabe ressaltar o que o país vive atualmente em seu campo político. Em 2016, o Brasil sofreu um golpe de Estado, arquitetado pelo Congresso Nacional. Um conjunto de ações arbitrárias feitas por instituições estatais acarretaram a destituição da presidenta Dilma Rousseff. Rita Laura Segato (2016), ainda em 2016, já delineava um panorama do cenário político na América Latina, que vem se fortalecendo nos dias de hoje.

A autora apresenta as manobras que foram/são realizadas para a obtenção de poder por meio do conservadorismo, moralismo e fundamentalismo religioso como eixo central dos discursos e políticas que foram organizadas, às quais chamou de antidemocráticas. Os governos atuais investem fortemente na família patriarcal, gerando discursos de ódio a tudo aquilo que acreditam ferir a moralidade, o cristianismo ou o poder masculino. A própria votação para a destituição da presidenta Dilma foi aos brados de frases como: “em nome de Deus”; “pelo bem da família”.

Rita Segato (2016) coloca em evidência o quanto a multiculturalidade, a diversidade e a ascensão de discursos de emancipação de categorias, que sempre foram colocadas como subalternas, se tornaram uma ameaça ao poder patriarcal, ameaçando assim a estrutura sólida – baseada em gênero – de organização da população e que privilegia os homens, brancos e poderosos. Dessa forma, os novos governantes constroem discursos que estigmatizam e ressaltam a posição da mulher – a partir de uma construção cristã do que é esperado de uma mulher.

Da mesma maneira, esse é o discurso usado pelo atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, que, desde antes da campanha presidencial, ainda enquanto deputado federal, já falava explicitamente para os veículos de comunicação ideias como: “ as minorias devem se curvar às majorias, ou serão esmagadas”<sup>4</sup> ; “porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece”<sup>5</sup> - (discurso pronunciado se dirigindo à sua colega deputada, Maria do Rosário).

---

<sup>4</sup> [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277\\_033603.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277_033603.html)

<sup>5</sup> <https://oglobo.globo.com/brasil/stf-mantem-pagamento-de-indenizacao-de-bolsonaro-maria-do-rosario-23464003>

Após a vitória para presidência, o governo de Bolsonaro retira a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM) e a realoca no novo ministério, nomeado “Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos”, o qual tem como responsável a ministra pastora Damares Alves, que lançou uma campanha no dia 8 de março de 2019 para o combate à violência contra a mulher, chamada “Salve uma Mulher“. Para auxiliar na campanha, o maquiador Agustin Fernandez foi chamado e defendeu a importância do reconhecimento da violência nos espaços de beleza. O maquiador ainda falou que os profissionais da beleza são: “espécie de psicólogos e que devem estar preparados para conduzir as mulheres pelo caminho certo”<sup>6</sup>. A campanha foi pautada na beleza e autoestima, corroborando para um estigma da mulher enquanto feminina e, ainda, promovendo a ideia de que todas as mulheres têm condições de irem a salões de beleza.

Esses são alguns exemplos que demonstram o atual cenário político brasileiro no que diz respeito ao tema da violência contra a mulher. Assim, é possível observar o caráter que o governo Bolsonaro apresenta frente às políticas essenciais para o combate à violência e o quanto o investimento, e alguns ganhos, dos movimentos feministas estão sendo fragilizados pela atual gestão, que promove estereótipos de gênero, que reforçam uma posição de domesticidade, de feminilidade e de tudo que sustenta uma estrutura patriarcal e de dominação masculina.

### 3.3 VIOLÊNCIA A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

A violência está ligada a valores e normas sociais específicos. É importante entender como esses valores são arquitetados. Dessa forma, para compreender a violência contra a mulher, faz-se necessário um recorte a partir da concepção de gênero, raça e classe.

É equivocado considerar que exista uma categoria única que defina e abarque todas as mulheres. Uma visão naturalista, proveniente do sexo biológico, por exemplo, não contém em si ou, tampouco, oferece subsídios suficientes para a compreensão do ser mulher. Na compreensão do ser mulher, é preciso adicionar que há diferentes relações de privilégios nas relações sociais e culturais, por exemplo, entre mulheres e homens e entre as mulheres, a partir do gênero, raça, classe.

---

<sup>6</sup> <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/marco/no-08-de-marco-ministerio-lanca-campanha-de-enfrentamento-a-violencia-contra-a-mulher>



### 3.3.1 Questões de gênero

A violência sob a perspectiva de gênero diz respeito à compreensão de que existem relações hierárquicas entre homens e mulheres na sociedade. Scott (1989) fez um resgate de como o termo gênero foi sendo calcado ao longo do processo histórico e chega atualmente como algo tão necessário a ser observado e inserido nos processos teóricos. A autora vai trazer que é a partir do gênero que é possível indicar as construções sociais dos papéis dos homens e das mulheres na sociedade e que é olhando para essas questões que se pode repensar a história da humanidade. Ainda, traz em seu repertório o gênero como uma “categoria social imposta sobre um corpo sexuado”, pois os papéis definidos a homens e mulheres não necessariamente dizem respeito de um sexo biológico e sim de comportamentos normativos construídos no meio social e que simbolizam um masculino e um feminino (SCOTT, 1989, p.75). Essa lógica se constitui desde o início da vida. Nascer com determinada genitália coloca o ser humano enquadrado em determinado gênero e isso irá reverberar de diferentes maneiras na sua construção de sujeito social. Na primeira infância, uma maneira de inferir o gênero sobre um corpo sexuado é por meio dos brinquedos escolhidos, roupas, cores dos móveis, maneiras de se comportar - o que pode ou o que não pode fazer. Tais elementos irão ajudar na construção de uma definição do que é ser homem ou ser mulher (GARCIA; MARINS, 2018).

A diferente leitura frente aos genitais mostra uma valorização do pênis, como um órgão que simboliza o poder e a virilidade, enquanto a vagina se mostra em alguns momentos ligada à maternidade, mas também em outros momentos representando a promiscuidade. São nas diferenças desiguais, impostas a cada gênero, que se demarca uma cultura, como a cultura de estupro, “pois nesse contexto o homem é colocado como um sujeito com mais direitos do que a mulher, inclusive direitos sobre o corpo da mulher” (GARCIA; MARINS, 2018, L. 038<sup>7</sup>).

A expressão violência de gênero teve maior visibilidade a partir da década de 70, por meio do movimento feminista. Compreender que a violência que a mulher sofre é uma violência de gênero explicita a relação de dominação masculina e submissão das mulheres, induzindo relações violentas que não devem ser observadas como práticas naturais, mas sim

---

<sup>7</sup> a letra L significa localização quando o livro está em versão Kindle.

parte do processo de socialização. É por meio do gênero que é possível visualizar as diferenças socioculturais que existem entre os homens e as mulheres, as quais irão se traduzir em “desigualdades econômicas e políticas, colocando as mulheres em posição inferior à dos homens nas diferentes áreas da vida.” (TELES; de MELO, 2017, L. 124.).

A violência de gênero tem sido legitimada e mantida por meio da criação de estereótipos sobre a feminilidade, vistos como mecanismos de opressão que colocam a mulher numa posição de subalternidade. Tais estereótipos acabaram se naturalizando ao longo da história. Como exemplos, tem-se: a constituição de uma sociedade que se desenvolve baseada em núcleos familiares, nos quais as mulheres foram consideradas como propriedade: primeiro do pai, depois do marido. Isso fica explícito por meio das leis criadas para punir mulheres adúlteras e que permitia que o marido “resgatasse sua honra” na forma de vingança à mulher (ainda existem países que permitem tais ações). Outro mecanismo de opressão é uma educação familiar e social que tende a ver a mulher como incompleta e que cria um desejo ou uma necessidade de ter uma família mononuclear heteronormativa, mesmo que para isso seja necessário abdicar de desejos individuais, se sacrificar pelos filhos e pelo bem da família (BIGLIA, 2007).

Ainda, pode-se ressaltar como mecanismo de opressão às mulheres a maternidade como regra, normatizada, pois a mulher passa a ser vista como produtoras de futuros trabalhadores. Com a entrada da mulher no mercado de trabalho remunerado, tais aspectos, assim como as atividades domésticas, passam a ser revistos, pelo menos por um grupo de mulheres, as quais questionaram a naturalização do cuidado como uma atividade necessariamente relacionada às mulheres (BIGLIA, 2007). Isso acaba colocando as mulheres em uma posição de desigualdades salariais e vulnerabilizando-as, pois, dessa forma, tornam-se mais dependentes.

Biglia (2007) aponta questões importantes para refletir sobre as implicações do gênero frente à vida das mulheres:

“A construção das mulheres como sujeitos frágeis permitiu destruir parcialmente nossa agência pessoal e coletiva, nos recriar como dependentes e usar uma instigação generalizada do medo, através de ameaças implícitas, como uma forma de controle social. Nesse sentido, por exemplo, a ameaça de violação permitiu controlar nossos movimentos, nossas relações e, em substância, limitar de maneira impressionante nossa liberdade” (BIGLIA, 2007, p. 26).<sup>8</sup>

A violência de gênero pode ser percebida sob a ótica da dominação masculina. Para

---

<sup>8</sup> Tradução livre

isso, serão resgatadas questões teóricas referentes à dominação e contrato social/sexual até chegar ao pensamento de Pierre Bourdieu – que é nosso intuito. Para percorrer esse caminho, o conceito de dominação entre grupos e indivíduos, com o qual Erika Apfelbaum (1999; 2009) trabalha é necessário. A partir de tal conceito, é possível compreender que as/algumas relações são de sujeição e servidão. A autora explica que “em nome da particularidade do outro, o grupo dominante exerce sobre ele um controle constante, reivindica seus direitos fixando os limites dos direitos do outro e o mantém num estatuto que retira todo o seu poder contratual” (APFELBAUM, 2009 /1999, p. 76).

Com base na Teoria Liberal, as relações econômicas e contratos sociais ocorreriam de maneira consentida e sem conflitos, com o compromisso de obedecer ao outro voluntariamente. Assim, a dominação seria parte do contrato. Porém, a autora Carole Pateman rompe com essas ideias, apresentando que esse tipo de contrato não poderia ser consentido, pois restringem direitos, tendo em vista que envolvem a submissão pessoal. Dessa maneira, decisões que são vistas como livres são na verdade imposições materiais e simbólicas da ausência de alternativas (MIGUEL, 2017).

Pateman (1993) lançou um olhar feminista sobre a teoria do contrato social, incluindo na discussão a ideia de contrato sexual e explicitando a assimetria entre “contratantes”. A autora, em seu repertório teórico, enfatizou que nem todos os indivíduos participam de fato do contrato, apenas seres masculinos têm a capacidade para participar. Ou seja, não há condições de consensualidade quando é retirada a possibilidade de escolha por uma das partes. Assim, a diferença sexual se torna uma diferença política: é a diferença entre a liberdade e a sujeição. Para a autora, o contrato sexual “cria o direito político dos homens sobre as mulheres” (PATEMAN, 1993, p. 17).

Para Apfelbaum (2009), tornar o outro invisível possibilita que o dominante – no caso o homem – ocupe um lugar de representante universal. O preço da dominação é a “desapropriação do outro” e para exemplificar do que se trata efetivamente esta desapropriação, chama atenção para a apropriação dos homens frente ao corpo das mulheres. Pateman (1993) em sua teoria evidencia a falta de consentimento dentro dos contratos e Apfelbaum corrobora a ideia, dizendo que “opressores e oprimidos não estão no contexto de um contrato entre iguais” (APFELBAUM, 2009, p. 78).

Ao relacionar as questões de dominação masculina (BOURDIEU, 2012) e

consentimento (PATEMAN, 1993), destacando o caráter desigual das relações entre homens e mulheres, as contribuições de Bourdieu parecem pertinentes para complementar/aprofundar a análise sobre Gênero. Pierre Bourdieu irá trazer que os modos de relações de dominação são incorporados a partir da visão androcêntrica. Conforme o autor: “A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la” (BOURDIEU, 2012, p.18).

A visão do dominante sobre o dominado vai estabelecer a organização das relações sociais. Aparentemente, ela se utiliza da ideia de que é o corpo biológico que difere as características de homem e de mulher para fundamentar a naturalização da divisão sexual e divisão sexual do trabalho. A visão androcêntrica opera como uma engrenagem, pois legitima a dominação, colocando-a como parte da natureza biológica. No entanto, a própria concepção de natureza biológica é construída socialmente e naturalizada. Isso fica explícito na obra de Bourdieu (2012) quando menciona questões referentes aos mitos e construções sociais dos corpos. Alguns exemplos serão apontados a fim de elucidar as ideias do autor, sendo eles: a virilidade, associada à honra masculina (p. 20); questões referentes aos mitos construídos sobre os órgãos genitais (pênis cheio x vagina algo oco, vazia, faltante) onde o falo “enche de vida o ventre da mulher” (p. 21; 22); representação da vagina como falo invertido (p. 23); A cintura da mulher como fechamento do corpo, a cintura simbolizando uma barreira sagrada que protege a vagina ou ainda a partir dos ritos de matrimônio (ex: quando uma mulher precisa fazer um exame ginecológico e é realizado praticamente um ritual pelo médico colocando sobre sua barriga um pano, como se esse representasse a neutralização das conotações sexuais do exame, a vagina e a pessoa jamais são vistas simultaneamente, como se a vagina ficasse dissociada a pessoa) (p. 25). A consequência disso para o autor é realizar uma transformação contínua de corpos e mentes.

Bourdieu explica que a visão androcêntrica se inscreve nas coisas e nos corpos a partir das determinações implícitas nas “rotinas de trabalho ou dos rituais coletivos ou privados” – Bourdieu retoma o que ele chama de condutas de marginalização que exclui as mulheres de lugares construídos como masculinos. Os ritos de instituição<sup>9</sup> também ganham esse caráter, porém de maneira excepcional, pois instauram, a partir de uma coletividade, intervenções de

---

<sup>9</sup> Ritos de instituição: Instaurados em nome e na presença de toda a coletividade, como por exemplo: a circuncisão, consagrando a virilidade (p.35); jogos infantis com conotações sexuais que também enaltecem a masculinidade (p. 35); ritos de “separação” que tem como objetivo libertar o menino de sua relação com a mãe e promover sua masculinização (p.35-36).

diferenciação do corpo de homens. A proposta dos ritos coletivos está na construção implícita de uma virilização para homens, e da feminilização<sup>10</sup> para as mulheres. Esses rituais consolidam representações de um corpo biológico de maneira diferencial que convergem para exaltação e benefício dos homens (BOURDIEU, 2012).

“Sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.” (BOURDIEU, 2012, p. 8).

Assim, institui-se a violência simbólica, que se baseia em acordos não conscientes entre as estruturas objetivas e subjetivas e faz com que os dominantes e os dominados incorporem essa classificação e a naturalizem, mantendo assim a sua reprodução (BOURDIEU, 2012). A violência simbólica não diz respeito de diminuir a violência física vivida pelas mulheres, o autor aponta que isso seria um reducionismo do termo simbólico. O que o autor, ao longo de sua obra, explicita é a “objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação” (p.46), ou seja, não se trata de uma violência imaterial, incorpórea, mas uma violência com efeitos reais.

Torna-se importante ressaltar que as estruturas de dominação masculina são produzidas historicamente, pois dizem de um trabalho incessante realizado por homens e instituições, como família, igreja, escola e Estado (BOURDIEU, 2012). A força simbólica que a dominação exerce não precisa de coação física, pois ela é obscura e incorporada pelos indivíduos por meio de “predisposições colocadas nas zonas mais profundas dos corpos” (BOURDIEU, 2012, p.50).

Se a violência simbólica se materializa por meio do reconhecimento da legitimidade dos discursos dominantes, como seria pensar estes aspectos da violência de gênero quando se acrescenta a compreensão de raça.

---

<sup>10</sup> No caso das meninas conforme Bourdieu a feminilização se dá de forma mais radical (2012, p. 37), pois todo o trabalho de socialização da mulher é decorrente da imposição de limites, exemplos disso se dão a partir da aprendizagem de como devem arrumar seu cabelo, amarra sua cintura, mover-se, abaixar a face, dentre outros. A moral feminina se coloca por meio da disciplina incessante referente a todas as partes do corpo.

### 3.3.2 Questões de raça

Quando se fala sobre questões de violência contra as mulheres é importante destacar que estas vivenciam as violências de maneiras diferentes, dependendo de sua cor de pele, sua origem e orientação sexual. O Brasil é um dos países que mais mata mulheres, estando em 5º lugar no *ranking* mundial (WAISELFISZ, 2015). A maioria das mulheres mortas é negra (WAISELFISZ, 2015). As taxas de feminicídios revelam uma tendência assimétrica: a taxa de feminicídios envolvendo mulheres brancas tende a cair, enquanto a de mulheres negras aumenta (WAISELFISZ, 2015).

Dessa forma, tendo em vista as taxas de violência contra a mulher, levanta-se a necessidade de incluir nesta discussão aspectos referentes à raça, pois as mulheres negras são afetadas de maneira explícita, profunda e radical (CERQUEIRA et al, 2018). Também se compreende que a construção da mulher negra na sociedade se dá de maneira diferente das mulheres brancas, devido à história de escravização. Há, portanto, a necessidade de entender as complexidades de como a violência contra mulheres negras age e perpetua no meio social.

Para iniciar essa explanação será usufruído do discurso de uma abolicionista afro-americana, escritora e ativista dos direitos das mulheres, que adotou o nome de Sojourner Truth, discurso esse denominado “eu não sou uma mulher”:

Bem, minha gente, quando existe tamanha algazarra é que alguma coisa deve estar fora da ordem. Penso que espremidos entre os negros do Sul e mulheres do Norte, todos eles falando sobre direitos, os homens brancos muito em breve, ficarão em apuros. Mas em torno de que é toda essa falação?

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir em carruagens, a passar por cima da lama ou me cedem o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu capinei e plantei, juntei palha nos celeiros, e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? Daí eles falam dessa coisa que tem na cabeça; como eles chamam isso... [uma pessoa da plateia murmura: “intelecto”]. É isto aí meu bem. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres ou os direitos dos negros? Se minha caneca não está cheia nem pela metade e se sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho de sua parte não completar a minha medida? Então aquele homenzinho vestido de preto ali diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens porque Cristo não era mulher! Mas de onde é que vem o seu Cristo? De onde foi que veio Cristo? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com Ele.

Se a primeira mulher que Deus criou foi suficientemente forte para, sozinha, virar o mundo de cabeça para baixo, então todas estas mulheres, juntas, conseguirão mudar a situação e pôr novamente o mundo de cabeça para cima! E agora elas estão pedindo para fazer isso. É melhor que os homens não se metam.

Obrigada por me ouvir, e agora a velha Sojourner não tem muito mais coisas para dizer. (SOJOURNER TRUTH, s/a.)

Esse discurso evidencia o problema de universalizar a categoria mulher, ou seja, as mulheres com suas diferentes questões como raça, classe, orientação sexual sofrem do machismo e dominação masculina de diferentes maneiras. Assim, como já pontuado, a forma de organizar o mundo é pelo viés androcêntrico, ou seja, masculino. Além disso, ressalta-se que a ciência valoriza um modelo eurocêntrico e embranquecido, dando maior ênfase a teorias construídas geralmente por homens brancos.

Retomando questões históricas, Sueli Carneiro (2003) aponta que a construção da identidade nacional se deu por meio da violência dos homens brancos contra as mulheres indígenas e negras, construindo o mito da democracia racial. Segundo Gilliam *apud* Carneiro (2003, s/p), “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance”.

O mito da democracia racial<sup>11</sup>, em sua exatidão, diz respeito a um sistema baseado na igualdade racial, como se não houvesse nenhum tipo de discriminação ou preconceito com o povo negro. Com a lei Áurea e a proclamação da república, os negros poderiam desfrutar dos mesmos direitos e oportunidades que os brancos. Entretanto, tal questão nunca se concretizou, pois não há como pensar que brancos e negros estivessem na mesma posição social sendo que por muitos anos suas condições de existência se deram de maneira radicalmente desiguais (DOMINGUES, 2005). “O argumento da democracia racial suprime o estupro colonial praticado pelos colonizadores às mulheres negras e indígenas” (CARNEIRO, 2011, p. 66).

A opressão que as mulheres negras sofrem são particulares, pois estão interligadas pelo racismo e pelo sexismo (GONZALEZ, 1984; CARNEIRO, 2011). Essas opressões agem como uma “asfixia social” (CARNEIRO, 2011, p. 127) que tomam dimensões negativas na vida das mulheres negras, por meio de prejuízos à saúde física e mental. Dessa maneira, são produzidos processos de exclusão e violência (CARDOSO, 2014). Para a análise da construção da representação das mulheres negras no Brasil, recorrer-se-á ao pensamento de

---

<sup>11</sup> Ler mais em: DOMINGUES, P. : O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). <https://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf>

Lélia Gonzalez – importante intelectual e ativista negra. A autora aponta que as mulheres negras estão situadas em três categorias que correspondem a um mesmo sujeito: a mulata, a doméstica e a mãe preta (GONZALEZ, 1984).

A mulata e a doméstica são noções decorrentes da “mucama” – terminologia dada no período escravocrata. Com a redefinição do termo, mascara-se seu cunho original, que era de servidão e exploração sexual, mantendo-se uma continuidade das atribuições da época da escravidão e representa uma permissividade de colocar a mulher negra nesse lugar de sujeição/submissão (GONZALEZ, 1984; CARDOSO, 2014).

Ainda, a mulata correlaciona dois sentidos: um que está imbricado aos resultados da mestiçagem e outro que a coloca como mercadoria de exportação, objetificando a mulher negra e colocando-a à deriva e “usufruto” do colonizador. Por isso, é importante recuperar o mito da democracia racial, que tem o carnaval como seu intenso atualizador. Conforme Gonzalez (1984), é nesse momento que a mulata é permitida, é considerada rainha, vislumbrada e considerada sedutora pelo seu físico e samba no pé. É nesse contexto que a mulata é exportada ao mundo como valorosa. É por meio desse rito carnavalesco que a mulher negra “sai das colunas policiais e é promovida a capa de revista [...]” (GONZALEZ, 1984, p. 239).

“Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeuamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeuamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas.” (GONZALEZ, 1984, p. 228).

As mulheres negras são vistas como empregadas domésticas, independentemente da classe e profissão que ocupam. O texto de Lélia Gonzalez foi apresentado em 1984, ou seja, há mais de 30 anos. Em 2013, uma jornalista de um veículo de comunicação que tem grande visibilidade escreveu em sua página pessoal na *internet* que as médicas cubanas, que na época estavam vindo ao Brasil para auxiliar os serviços de saúde por meio do Programa Mais Médicos, tinham “cara de empregada doméstica” e questionou se elas realmente tinham a formação necessária para atuarem (FONTANA; CESTARI, 2014). O discurso mencionado, que posteriormente foi estudado, evidencia a perpetuação de estereótipos racistas que mantém relações de desigualdade em nosso país.

E, por último, a categoria “mãe preta” representa um comportamento esperado e bem



avaliado pela classe média e branca, ou seja, o de submissão e docilidade das mulheres negras diante das violências vivenciadas. Novamente, transfigura as violências do período escravocrata em uma idealização de amorosidade e passividade, fortalecendo uma negação das potencialidades e autonomia das mulheres negras (GONZALEZ, 1984; CARDOSO, 2014). Ao encontro dessa argumentação, Carneiro (2011) aponta que as(os) negras(os) fortes imponentes são vistas(os) como afrontosas(os) pelos brancos, os quais parecem só suportar a ideia de negras(os) ligadas ao fracasso, à vulnerabilidade e a inferioridade.

Partindo do discurso de Sojourner e das questões levantadas por Carneiro (2011) e Gonzalez (1984), as experiências das mulheres negras são diferentes das experiências das mulheres brancas e o discurso clássico que compreende a opressão das mulheres não tem reconhecido essas diferenças substanciais que modificam os efeitos da opressão. Exemplo disso é a expressão sobre fragilidade feminina que coloca a mulher em posição de necessidade de proteção. Esse mesmo discurso não cabe às mulheres negras, pois elas nunca foram vistas como frágeis, sempre precisaram trabalhar, o que prova que a luta feminista para ganhar ruas e espaço no mercado de trabalho dizia respeito de necessidade das mulheres brancas (CARNEIRO, 2003). Ainda, destaca-se que as mulheres negras são percebidas como objetos – “Ontem a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores do engenho tarados ... Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulata tipo exportação” (CARNEIRO, 2003, s/p.).

Sueli Carneiro (2003), em seu texto “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”, aponta aspectos referente às desigualdades que as mulheres negras vivenciam frente às mulheres brancas, até mesmo dentro da luta feminista. Isso porque, ao passo que as mulheres brancas lutam para desconstruir mitos de “rainha do lar” e ganharem acesso ao espaço público, as mulheres negras nem sequer foram vistas como rainhas de alguma coisa – referindo-se ao padrão estético branco. Também, quando o movimento feminista (branco) luta pela garantia de oportunidades igualitárias de trabalho para homens e mulheres, está novamente invisibilizando problemas vivenciados pelas mulheres negras, para quem os anúncios de emprego exigem “boa aparência”.

Outra questão histórica a ser levantada é a realidade violenta da esterilização involuntária das mulheres negras no Brasil (RIBEIRO 2017; ROLAND ,1995). Em um

estudo, Roland (1995) destaca que a maioria das esterilizações foi realizada durante o parto cesariano. As principais políticas de controle de natalidade foram implementadas no Nordeste do país, território com um maior número de população negra. Há uma linha tênue na compreensão sobre a condução das esterilizações, invariavelmente realizadas de maneira induzidas ou compulsórias. Há relatos de que em alguns lugares do país empregadores exigiam das mulheres negras um atestado de laqueadura para realizar a contratação para o trabalho; profissionais da saúde acreditavam que mulheres negras e pobres eram incapazes de escolha e induziam a esterilização. Também se ressalta a falta de oferta de métodos contraceptivos ou, ainda, o aborto legal dentro do serviço público na época (ROLAND, 1995).

Edna Roland (1995) indica o entendimento da Rosalind Petchesky – cientista política e líder dos direitos reprodutivos internacionais – sobre a esterilização de mulheres negras. A teórica compreende como abusiva as esterilizações, realizadas quando as condições das mulheres a levam a concordar com o procedimento sem, ao menos, serem informadas a respeito dos possíveis riscos à saúde associados à esterilização. A partir dessa concepção, baseado nos estudos de Roland (1995), o Brasil já teria esterilizado uma média de 12 milhões de mulheres, pois os altos índices de miséria populacional e desinvestimento nas políticas de saúde do país intensificam e promovem esse tipo de ação.

Apesar de os estudos apresentados serem de mais de duas décadas atrás, eles dizem da história e da reverberação da violência sexual na vida das mulheres negras. Ainda, como exemplo, em 2007, o governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral explicitou a necessidade de uma política de controle de natalidade às mulheres moradoras das favelas, colocando-as como objetos de uma ação que facilitaria o aborto assentido pelo Estado. Seu secretário de segurança pública explicitou os diferentes valores que cada vida humana ocupa, ou seja, quem tem o direito à vida retirado (CARNEIRO, 2011).

Cabe ressaltar que o atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, ainda quando deputado, explicitou a necessidade do controle de natalidade e criou projetos de leis<sup>12</sup> – que acabaram sendo arquivados no congresso federal – facilitando processos de vasectomia e laqueadura, inclusive na hora do parto, colocando as mulheres em uma situação de

---

<sup>12</sup> Projeto de lei - dispõe sobre a realização de laqueadura tubaria e vasectomia para fins de planejamento familiar e controle de natalidade e da outras providencias.

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=220589>

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/bolsonaro-defendeu-esterilizacao-de-pobres-para-combater-miseria-e-crime.shtml>

vulnerabilidade, principalmente as mulheres negras. Tendo em vista que são elas as que mais morrem na hora do parto, representando 62% do total de mortes, os dados estão relacionados com a falta de acesso das mulheres negras aos serviços de saúde e por atos de racismo na hora do atendimento ao parto (WERNEK; IRACI, 2016).

Foi cunhado o termo violência obstétrica para descrever as diversas maneiras que a violência se expressa durante o período gestacional. A mortalidade materna adentra o conceito. A autora Kalckmann et al (2007) identificou em sua pesquisa expressões que foram ditas a mulheres durante o período de gestação, como por exemplo: “Escutei a recepcionista (pré-natal) falar: negra é como coelho, só dá cria”; “No parto do meu último filho não me deram anestesia”; “O médico nem examinou a gestante negra”; “No pré-natal, só mandavam emagrecer eu nem sabia o que era eclampsia, quase morri” (KALCKMANN et al, 2007, p.152). Tais expressões explicitam o teor racista das falas dos profissionais da saúde dentro de serviços públicos, legitimando o argumento de que as mulheres negras sempre foram marginalizadas e vulnerabilizadas pelo sistema, por isso a necessidade de atentar quais os reais objetivos de possíveis políticas de planejamento familiar.

Tendo em vista o engendramento do racismo estrutural na sociedade, é necessário refletir sobre as questões levantadas pela teórica Angela Davis (2016), que traz em seu livro *Mulher, Raça e Classe*, uma questão importante a ser analisada e discutida, sendo esta o mito do estuprador negro. A autora situa o fenômeno do estupro no contexto norte americano como um problema que tem tomado grandes proporções e se tornado uma preocupação pública. A partir dessa emergência do fenômeno, muitas mulheres começaram a relatar suas experiências e foi preciso criar maneiras para conter o problema. Porém, a criação de políticas no Estados Unidos, assim como em outros países capitalistas, é determinada para a proteção de uma classe específica, a classe alta. Davis (2016) explicita que as mulheres da classe trabalhadora não têm ganhado devida atenção nos tribunais e, como resultado disso, poucos homens brancos têm sido condenados pelo crime de violência sexual.

São os homens negros que têm carregado altos índices de acusações de estupro; a autora explicita que, dos 455 homens condenados em 1930 a 1967, 405 eram homens negros. Essas acusações, ou melhor, essa maneira de criar políticas para privilegiar uma classe, auxiliam na consolidação do mito do estuprador negro, no qual a falsa acusação é utilizada como mecanismos de opressão e controle criados pelo racismo.

Assim, as políticas criadas invisibilizaram as mulheres negras que sofriam estupro e garantiam direitos apenas a brancos e abastados. Com os altos índices desse fenômeno, surge um movimento antiestupro – pautado principalmente pelas feministas brancas, porém a luta contra o estupro carecia de uma análise aprofundada, pois o movimento não fazia a leitura sobre a condição da mulher negra como vítima de estupro, assim como não analisava como as injustas as execuções penais realizadas aos homens negros. Dessa maneira, muitas mulheres negras não se juntaram a esse movimento, não porque se opusessem às medidas para combater o crime, mas sim porque sabiam de suas histórias, de como o corpo das mulheres havia sido objetificado, e de como agora se utilizavam de falsas acusações aos homens negros, homens estes que por sua vez eram seus companheiros, familiares. O mito do estuprador negro foi uma invenção política, se tornando mais uma forte arma na legitimação do racismo e de linchamentos a pessoas negras (DAVIS, 2016).

### 3.3.3 Questões de classe

É possível perceber, na história das sociedades, que existiram diferentes grupos sociais, representados pelas desigualdades e divisão social entre eles, podendo as diferenças estarem expressas pelo poder político e/ou econômico. Desta forma, entendendo o modo de sociedade em que se vive, a partir de estudos baseados em Marx, classe estará dividida pela polarização entre trabalhadores(as), que representam quem produz a riqueza e sobrevive através de seu trabalho, e os burgueses(as), donos dos meios de produção que exploram e usurpam a força de trabalho da classe trabalhadora (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010)<sup>13</sup>.

Hirata e Kergoat (1994) levantam críticas à definição de classe a partir da teoria marxista, não a negando, mas questionando a forma como foi abordada, parecendo ser homogênea não levando em consideração o gênero e tampouco a raça. Assim, as autoras escreveram uma obra com o objetivo de explicar que a classe operária tem gênero<sup>14</sup> e que trazer isso refere-se:

“[...] afirmar que as práticas, a consciência, as representações, as condições de trabalho e de desemprego dos trabalhadores e das trabalhadoras são quase sempre

---

<sup>13</sup> Ler mais em: MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez. 2010. Ou ainda para maiores aprofundamentos LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. Proletariado e sujeito revolucionário São Paulo : Instituto Lukács, 2012. Disponível em: <http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/proletasujeito.pdf>

<sup>14</sup> No texto as autoras usam o termo sexo, porém entende-se que o termo mais adequado a ser utilizado é gênero.

assimétricas e que raciocinar em termos de unidade da classe operária sem considerar o sexo social leva a um conhecimento truncado - ou pior falso do que é uma classe social” (HIRATA; KERGOAT, 1994, p. 95).

As condições que homens e mulheres vivem não se dão a partir de questões biológicas, como já identificado ao longo do capítulo, e sim por meio de construções sociais. Homens e mulheres formam dois grupos sociais que participam de “uma relação social específica: as relações sociais do sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa, divisão sexual do trabalho” (KERGOAT, 2003 p. 55).

A ideia da divisão sexual do trabalho é apontar que existe uma repartição do que é trabalho da mulher e o que diz respeito ao trabalho do homem. É possível apontar duas esferas que fazem parte da divisão sexual do trabalho: a esfera produtiva, associada aos homens, e a esfera reprodutiva, associada à mulher. Estas têm dois princípios: o de separação - que semeia a ideia que existe um tipo de trabalho para homens e outro tipo para mulheres; e o da hierarquização, que diz respeito ao trabalho do homem valer mais do que o da mulher (KERGOAT, 2003).

Assim, o trabalho da mulher, além de se tornar invisibilizado, passa a ser associado ao amor; ao dever e parte de sua natureza, sendo também um trabalho destinado ao outro e nunca para si mesma. Além disso, é um trabalho gratuito. Essa divisão sexual do trabalho é baseada em relações de poder e dominação (KERGOAT, 2003).

Silvia Federici (2017) constrói um importante apanhado histórico em sua obra *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. A autora monta as peças que representaram a divisão entre as classes, as lutas que foram travadas entre elas e o lugar conferido às mulheres na construção dos sistemas econômicos até a chegada do capitalismo.

Nessa construção histórica, a autora, baseada principalmente no contexto europeu (mas não somente), aponta que “a violência foi a principal alavanca” para a expropriação de poder econômico por meio da força de trabalho para o desenvolvimento capitalista (FEDERICI, 2017, p. 121). Nos lugares que os trabalhadores resistiram a voltar à condição de servos, ou negaram o trabalho assalariado, tentado se desvincularem do empregador, houve castigos, aprisionamento e a retirada de suas terras. O desenvolvimento do capitalismo se dá de forma mais assustadora nos povos americanos, onde dois terços da população originária foi brutalmente morta por meio de castigos disciplinares e proliferação de doenças.

Também, milhões de africanos foram mortos devido à escravização e péssimas condições de existência. “Nunca na Europa, a exploração da força de trabalho atingiu proporções tão genocidas, exceto sob regime nazista” (FEDERICI, 2017, p. 126).

Federici (2017) ressalta que a classe capitalista impôs políticas de controle sobre o proletariado com o objetivo de discipliná-lo, reproduzi-lo e expandi-lo. O início desse feroz ataque foi diretamente às mulheres. A crise populacional do séc. XVI e XVII colocou em evidência a necessidade de intervenção estatal para o aumento da população. Assim, o Estado se utilizou de mecanismos de controle sobre o corpo das mulheres. Instaurou-se, então, uma política reprodutiva capitalista.

A caça às bruxas foi umas dessas intervenções<sup>15</sup>, uma verdadeira guerra contra as mulheres: “essa guerra foi travada principalmente por meio da caça às bruxas, que literalmente demonizou qualquer forma de controle de natalidade e de sexualidade não procriativa, ao mesmo tempo que acusava as mulheres de sacrificar crianças para o demônio” (FEDERICI, 2017, p. 174). Também, houve medidas de controle para garantir que as mulheres não iriam interromper a gestação, sentenciando as mulheres à morte caso os bebês morressem antes do batismo. Houve uma vigilância sobre as mães solteiras, proibindo a população de acolhê-las; As parteiras foram colocadas como suspeitas e se promoveu a entrada de homens para realização dos partos, fazendo com que as mulheres perdessem o espaço, a autonomia e o controle sobre a reprodução, apresentando-se assim mais uma forma de dominação masculina, pois colocou os homens como “os que realmente davam a vida” e as mulheres passivas dentro desse processo. As parteiras se tornaram uma espiã do Estado, que deveria controlar mulheres que davam à luz clandestinamente. Mulheres eram castigadas caso não tivessem feito esforço na hora do parto ou não expressassem felicidade com o nascimento de seus filhos. Assim, desenvolve-se a prática médica que colocava a vida do feto em detrimento a vida da mulher (FEDERICI, 2017).

Para Federici (2017, p.178):

O resultado destas políticas, que duraram duzentos anos (as mulheres continuavam sendo executadas na Europa por infanticídio no final do século xviii), foi a escravização das mulheres à procriação. Enquanto na Idade Média elas podiam usar métodos contraceptivos e haviam exercido um controle indiscutível sobre o parto, a partir de agora seus úteros se transformaram em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista.

---

<sup>15</sup> A autora explora de maneira mais completa a relação da caça às bruxas e do desenvolvimento do capitalismo, aqui só cabe ressaltar como uma das medidas de coerção do Estado frente ao corpo das mulheres.

A autora levanta um argumento necessário, tendo em vista as questões sobre raça, referindo que a condição das mulheres escravas explícita “a verdade e a lógica da acumulação capitalista” (FEDERICI, 2017, p. 178). Porém, em ambos os casos, o corpo das mulheres se tornou uma máquina de reprodução de força de trabalho fora do controle das próprias mulheres.

Dessa maneira, Federici (2017) questiona Marx, na sua falta de análise sobre a procriação e o quanto está interligada a uma atividade histórica, carregada de intencionalidade, e não dada como processo natural feminino, como se as mulheres não pudessem em algum momento de suas vidas recusarem-se a procriar e o quanto isso impactaria a classe trabalhadora. Ou seja, a procriação é política. Assim, as mulheres experimentam uma alienação profunda diferente de outros trabalhadores. Essa alienação se dá sobre seus corpos, seu “trabalho” e até sobre seus filhos.

A função reprodutiva é uma parcela das funções das mulheres na divisão sexual do trabalho. Assim como já levantado por Hirata e Kergoat (1994), Federici (2017) aponta que o trabalho exercido pelas mulheres é colocado como de menor valor econômico e social. As mulheres acabaram ocupando trabalhos de menor *status* social, como: empregada doméstica, trabalhadoras rurais, tecelãs, bordadeiras, etc. A diminuição *status* social do trabalho exercido pelas mulheres corroborou a ideia de que este fazia parte de sua vida doméstica. Em determinadas circunstâncias, o trabalho era exercido de maneira gratuita, em outras, era pago um valor baixo por ele, um valor que nunca possibilitasse uma autonomia econômica. Pela falta de trabalho remunerado, o número de prostitutas aumentou na Europa, que tempo depois foi criminalizada. O estupro de mulheres que se prostituíam passou a ser permitido na França. Em Madri, elas não poderiam dormir em vias públicas e, se infringissem a lei, deveriam ser castigadas. Tudo isso com o intuito de assegurar e sustentar que o lugar das mulheres era exercendo o trabalho dentro de suas casas (FEDERICI, 2017)<sup>16</sup>.

Trazendo para um contexto brasileiro, construindo alguns recortes necessários, assim como já dito as mulheres negras não tinham a opção de não trabalhar, pois eram animalizadas e forçadas a trabalhar desde muito jovens. Suas condições de trabalho, ainda hoje, representam essa relação de subordinação e resquícios da escravidão, sendo as mulheres

---

<sup>16</sup> Apesar de hoje em dia as mulheres terem avançado dentro do mercado de trabalho é imprescindível compreender que isso se deu porque beneficia o capitalismo e as mulheres não deixam de exercer o trabalho remunerado e o trabalho doméstico.

negras a maioria das empregadas domésticas no Brasil, as que recebem os menores salários e que têm dificuldade maior na ascensão social. As mulheres negras também estão dentro da categoria de maiores vulnerabilidades, pois são a maioria dos trabalhadores sem carteira assinada, autônomos, empregados domésticos (CARNEIRO, 2011).

A partir dos conceitos explanados ao longo do capítulo sobre gênero, raça e classe, entende-se que as mulheres sofrem diversas opressões de diferentes ordens e dessa maneira torna-se importante olhar a manifestação das violências possibilitando a identificação e caracterização de como as mulheres experienciam violências de maneiras diferentes e como estas reverberam em suas vidas.

### 3.4 OBJETIVOS

#### 3.4.1 Objetivo geral

Compreender como as mulheres universitárias experienciaram situações de violência, quais os caminhos elas percorreram e as reverberações que a violência produziu ao longo de suas vidas.

#### 3.4.2 Objetivos específicos

- Analisar como as mulheres universitárias deram-se conta que vivenciaram uma violência de gênero;
- Compreender as trajetórias de mulheres moradoras da Casa do Estudante Universitário (CEU II) que vivenciaram violência, ao longo de suas vidas;
- Compreender as repercussões provocadas/geradas pela violência contra a mulher a partir de uma pesquisa qualitativa;
- Suscitar algumas reflexões sobre a produção de uma pesquisa qualitativa sobre violência contra a mulher no campo da psicologia e suas implicações ético-políticas.



#### 4 PERCURSO METODOLÓGICO

Para Minayo (2009), a metodologia da pesquisa diz respeito “do caminho, pensamento e prática exercida na abordagem da realidade” (p. 14), ou seja, quando se trata de um estudo social, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias. Ainda, de acordo com a teórica, a metodologia de uma pesquisa envolve questões maiores que as técnicas, pois estão inseridas as concepções teóricas da abordagem articuladas com a teoria e a realidade.

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, que tem como proposta entender e explicitar as relações sociais, preocupando-se com aspectos do real que não podem ser quantificados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Para Minayo (2009, p. 21), a pesquisa qualitativa refere-se a questões específicas, pois se ocupa de um “universo de significados” que fazem parte da realidade social. A pesquisa qualitativa foi escolhida como uma estratégia de abordagem, tendo em vista que o problema de investigação estava centrado nas experiências das mulheres moradoras da CEU II, que vivenciaram situação(ões) de violência sexual. Esse tipo de pesquisa ofereceu a possibilidade de compreender dimensões subjetivas e simbólicas do problema. Também foi uma pesquisa exploratória, porque se aprofundou no fenômeno, tornando-o mais evidente (GIL, 2007).

No que tange ao campo, a pesquisa foi realizada no município de Santa Maria, na Casa do Estudante Universitário 2 (CEU II), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A casa do estudante 2 foi criada em 1968, tendo surgido a partir da necessidade de estudantes de baixa renda que vinham de outras cidades do estado e não tinham como se manter em Santa Maria. No início, a casa era apenas um bloco, o bloco 11. Porém, a demanda de moradia estudantil começou a se ampliar, necessitando assim mais vagas para os estudantes. Até o final da década de 70, apenas homens podiam residir. No início dos anos 80, houve uma ocupação de quatro mulheres em um quarto no bloco 12, que resistiram às pressões sociais e administrativas da universidade e garantiram o direito da moradia e permanência de mulheres na CEU II. Atualmente, existem mais de 2.500 estudantes, sendo eles de níveis de ensino médio, técnico, tecnológico e de graduação. A assistência estudantil da UFSM é considerada uma das melhores do Brasil, porém todas as conquistas se deram a partir da organização e luta dos e das estudantes.

As participantes da pesquisa foram mulheres, que já viveram situações de violência em algum momento de suas vidas e que sejam moradoras da CEU II. O critério de exclusão de participação foram mulheres menores de 18 anos - tendo em vista que a CEU II tem um bloco para quem não completou a maioridade. Ressalta-se que todas as participantes foram ouvidas e acolhidas, apenas não foram incluídos esses dados na pesquisa.

Com o advento da Pandemia de Covid-19, foi necessário reorganizar a pesquisa, o que previa ser realizado de modo presencial necessitou se transpor ao virtual. Assim, se construiu a divulgação da pesquisa pelas redes sociais num primeiro momento (colocar cartaz de divulgação em anexo). Tendo em vista que a divulgação pelas mídias sociais não abarcava todas as mulheres, pois se entende a limitação do uso da internet e de redes sociais, foram colados cartazes em todos os blocos da CEU II como convite para a pesquisa. Como muitos estudantes haviam retornado para sua cidade natal por conta da pandemia, houve uma dificuldade de contemplar todas as mulheres moradoras.

A partir da primeira comunicação com as participantes - após verem o convite nas redes sociais, elas entraram em contato direto com a pesquisadora responsável (via e-mail ou WhatsApp). Para as mulheres que entraram em contato, foi pensada uma estratégia de aproximação de maneira sensível, enviando a elas, em particular, a escrita de uma carta da autora da pesquisa contando de maneira pessoal sua trajetória no assunto. Assim, buscou-se realizar uma troca significativa entre participante e pesquisadora, a fim de oportunizar que as participantes se sentissem mais confortáveis para conversar.

“Olá, me chamo Isadora Torres, sou a autora dessa pesquisa. Tenho 25 anos. Eduardo Galeano tem uma frase que diz muito sobre mim e sobre de que forma vejo a escrita nesse momento da minha vida, nela o autor diz “Del miedo de morir nació la maestría de narrar”. A escrita tem significado um lugar de potência a cada dia que passa em meio a tudo que temos enfrentado. Construir narrativas, contar histórias faz com que elas sejam em certa medida lembradas, ressignificadas e inspiradoras para tantas outras pessoas que as ouvem, lêem e guardam para si com diferentes impressões e sentidos. Digo isso porque quero me apresentar para você que está do outro lado, que por motivos teve interesse em participar da pesquisa. Digo isso para explicitar que a pesquisa não está no simples ato de “coletar” dados e transferi-los a um sistema de decodificação. A pesquisa que pretendo desenvolver conta histórias, respeita elas. A pesquisa que faço é um caminho incessante de conhecimento sobre o mundo, relações e sobre mim mesma. [...]”

Nesse trecho da carta, evidenciou-se a tentativa da autora de se apresentar e apontar sua preocupação na construção de uma pesquisa comprometida eticamente com a temática e com as participantes. Após a leitura da carta, as participantes foram convidadas a contar um pouco sobre si. Assim, foram feitas trocas de e-mails, mensagens e explicações gerais sobre

a pesquisa - objetivos, para onde os dados iriam, enfim, diversas conversações até que conseguíssemos marcar os relatos que as participantes fariam sobre suas vivências frente à violência sexual.

A partir da proposta apresentada de convite para a pesquisa, obteve-se seis participantes. Para preservar a integridade pessoal das participantes, foram utilizados nomes de diferentes flores para cada uma delas, inspirado na música *Nos queremos vivas*, de Rebeca Lane “*Donde otras sembraron semillas hoy me han nacido flores*”. Abaixo, tem-se o quadro 1, com informações gerais sobre cada participante:

Quadro 1 – Informações gerais sobre as participantes desta pesquisa

Participante	Idade	Raça/etnia	Orientação sexual	Escolaridade	Status de Relacionamento	Sit. Financeira	Violência Vivenciada
<b>Orquídea</b>	22	branca	heterossexual	graduanda	namorando	Aux. pais	VS
<b>Lírio</b>	26	parda	bissexual	graduanda	namorando	Bolsa/ aux. pais	VS
<b>Girassol</b>	26	parda	bissexual	graduanda	União estável	Bolsa/ aux. pais	VS
<b>Jasmin</b>	20	preta	bissexual	graduanda	solteira	Aux. pais	VS
<b>Margarida</b>	22	preta	lésbica	graduanda	namorando	Aux. pais	Violência psicológica
<b>Azaléia</b>	19	branca	heterossexual	graduanda	solteira	Aux. pais	Violência psicológica

Fonte: elaborado pela autora.

Os dados apresentados no quadro foram preenchidos a partir de um questionário sócio demográfico enviado como primeiro instrumento da pesquisa, o qual teve como intuito obter informações gerais sobre a situação econômica, relacionamento, raça/etnia, afim de nos auxiliar na compreensão da realidade social de cada participante.

Devido ao contexto da pandemia, que nos impôs as atividades a distância, tivemos de reorganizar a produção das informações da pesquisa. Então, propomos para as participantes duas formas delas nos contarem seus relatos, pois entendemos a complexidade que o momento apresentava. Primeiro, por tratar-se de um assunto delicado, segundo porque não sabíamos as condições de segurança e privacidade em que as participantes se encontravam. Uma das formas encontradas para obter o relato das participantes foi a entrevista de profundidade. De acordo com Minayo (2009), a entrevista é uma conversa que pode ser feita entre duas ou mais pessoas a partir da iniciativa do entrevistador. Tem como objetivo realizar um levantamento de informações concernentes ao objeto da pesquisa.

A entrevista de profundidade ou semiestruturadas, tem como base um determinado roteiro, mas possibilita o(a) entrevistado(a) falar livremente sobre assuntos que vão surgindo por meio dos desdobramentos do tema principal (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Ressalta-se a importância do uso da entrevista para essa pesquisa qualitativa, pois, conforme Minayo, proporcionam a “realização de pesquisas baseadas em narrativas de vida” (2009, p. 65). Ainda, sobre a entrevista, trata-se de dados subjetivos que dizem respeito a ideias, opiniões e afetos que compõem uma representação da realidade (MINAYO, 2009).

Outra opção dada às participantes foi responder via um questionário aberto (GONZÁLEZ REY, 2017). Assim como a entrevista de profundidade, o questionário permite um aprofundamento sobre o fenômeno estudado a partir de perguntas abertas, orientadas a facilitar a expressão ampla das participantes da pesquisa. Entendendo os desafios impostos pela pandemia, possibilitamos às mulheres que as respostas fossem feitas de acordo como cada uma se sentisse mais à vontade, respeitando as limitações (seja de espaço, ou segurança) de cada uma. Elas poderiam enviar por escrito, assim como realizar a conversação por áudios ou também por vídeo chamada. Assim, tivemos respostas de ambas as maneiras apresentadas, as entrevistas foram realizadas por meio de áudios de aplicativo de mensagens, outras por chamadas de vídeo ou chamada de voz. Também se obteve alguns questionários abertos enviados por escrito para a pesquisadora.

Essas são algumas perguntas que estavam presentes na entrevista e no questionário: “Em que momento você se deu conta que sofreu uma violência sexual? ”; “O que fez em seguida? ”; “Qual o caminho que você percorreu quando buscou ajuda? ” “O que você acha importante me contar sobre tua vivência? ” “Que pergunta você considera importante ser acrescentada nesta entrevista? ”

As entrevistas foram marcadas individualmente, com horário definido pela disponibilidade de cada participante; foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas

pela pesquisadora. Tiveram durações de tempo variáveis, algumas levaram cerca de duas horas, outra levou quatro horas de conversação. Entendemos que essas particularidades do tempo dizem respeito por se tratar de histórias de vida, dependendo das situações de violência vivenciada, dos caminhos percorridos pelas mulheres, da disposição para adentrar no assunto e como cada uma estava lidando com a situação no momento da entrevista.

Outro instrumento que foi utilizado para a produção de dados foi o diário de campo, momento em que a pesquisadora fez apontamentos daquilo que a afetou, ao longo do processo de pesquisa, não só sobre a temática em si, mas como ela se inseria no contexto social que estávamos vivendo. O diário de campo possibilita registrar as experiências do pesquisador dentro da investigação, permite descrever os caminhos que o estudo vai trilhando, os questionamentos, as angústias que foram sendo suscitadas ao longo do processo da pesquisa (ARAÚJO et al., 2013).

#### 4.1 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Com relação à análise dos dados, se utilizou a análise temática pela proposta operativa de Minayo (2008) que é baseada na hermenêutica-dialética. A hermenêutica-dialética conduz um processo de pesquisa que busca uma compreensão aprofundada sobre o fenômeno e suas relações, mas constrói essa compreensão de forma crítica a partir da realidade social (MINAYO, 2014). No processo hermenêutico, “entender a realidade que se expressa no texto é também entender o outro, é entender-se no outro (...)” (Minayo, 2014, p. 343). Já “o exercício dialético considera como fundamento da comunicação as relações sociais historicamente antagônicas e contraditórias entre classes, grupos e culturas” (Minayo, 2014, p.347). Minayo (2014) ainda nos aponta a partir da dialética que a comunicação esconde e ao mesmo tempo expressa uma relação de conflito entre desigualdade, dominação e exploração ao mesmo passo que apresenta resistência e aceitação.

Minayo (2014) constrói uma proposta operativa a partir da hermenêutica- dialética que está dividida em dois níveis de interpretação: o primeiro momento diz respeito a entender a totalidade do contexto, ou seja, levar em consideração os aspectos sócios históricos do grupo que está sendo pesquisado – por isso se utilizou o questionário sociodemográfico. O segundo momento é interpretativo, é o ponto de partida e de chegada [...], é o encontro com

os fatos empíricos”, ou seja, é uma unidade de concepção sobre o fenômeno (MINAYO, 2014, p. 355). Buscou-se, por meio dos relatos das participantes, seu sentido, interpretações e projeções.

Para esse segundo momento, Minayo (2014) sugere três fases: a primeira é a ordenação dos dados, que engloba todos os dados sejam eles coletados individualmente ou em grupo. Esse é o momento em que é realizada a transcrição das entrevistas, organização dos relatos e observações, nessa fase visualizou-se as descobertas do (a) pesquisador (a). A segunda consiste na classificação dos dados, que ocorre em dois momentos: a) leitura horizontal exaustiva: o pesquisador se deixou impregnar pelo conteúdo dos achados, anotando as primeiras impressões do(a) pesquisador(a) e analisa cuidadosamente as frases, palavras, sentidos; b) Leitura transversal, em que é feito um recorte de cada entrevista em unidade de sentido ou tema. Colocou-se os temas semelhantes juntos para perceber suas conexões, posteriormente se enxugou essas classificações temáticas iniciais com o intuito de compreender o que foi considerado mais relevante pelo grupo estudado. Criaram-se categorias centrais a partir de uma lógica unificadora

Por fim, se realizou a análise final que se deu a partir de um movimento circular que vai do empírico para o teórico. Assim, elaborou-se categorias analíticas criadas a partir dos dados obtidos na investigação, que auxiliaram na compreensão do problema da pesquisa. Levantou-se as concepções do grupo sobre o fenômeno pesquisado e se organizou a partir da escrita análises complexas voltadas à compreensão do fenômeno estudado e seus desdobramentos.

#### 4.2 PROCEDIMENTOS E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

O presente projeto de pesquisa foi registrado no Gabinete de Projetos vinculado ao Centro de Ciências Sociais e Humanas. Posteriormente, foi registrado na Plataforma Brasil, e obteve a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com número do parecer: 3.997.754.

Os princípios éticos foram respeitados de acordo com as resoluções 510/2016 e 466/2012, ambas do Conselho Nacional de Saúde (CNS), visando garantir a integridade e autonomia das participantes da pesquisa. A partir da normativa 510/2016, a ética na pesquisa com seres humanos é considerada uma construção histórica que envolve respeito pela dignidade humana e a proteção integral dos participantes. Entende-se que o agir ético do pesquisador requer uma ação autônoma do participante.

Todo o percurso da pesquisa levou em conta as singularidades dos participantes. No caso da presente pesquisa, que teve como participantes mulheres que sofreram violências, recorreu-se a outros cuidados éticos. Entre eles, está o compromisso do pesquisador em não proporcionar situações de insegurança ou risco e nem sustentar um discurso que amplie preconceitos e estigmas. A temática da violência sexual exigiu uma postura empática e cuidadosa do pesquisador.

Dentro desse cenário, a Psicologia demonstra preocupação e responsabilidade social no que tange à construção do conhecimento. Porque ela procura compreender como o fenômeno se desenvolve e a partir disso propor medidas de enfrentamento. Ressalta-se que na realização desse estudo, nós, enquanto pesquisadoras, estivemos dispostas e comprometidas em elaborar formas de participação viáveis as participantes evitando ao máximo possíveis riscos que poderiam ocorrer.

Olhou-se para as participantes de maneira horizontalizada e instigamos a autonomia, entendendo também que a ética está diretamente relacionada com as ações das pesquisadoras. A conduta ética também está correlacionada pelo modo de olhar para as mulheres como sujeitos autônomos e potentes, retirando a visão estigmatizada de vítima.

Foi entregue a cada participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que, não podendo ser assinado presencialmente, tendo em vista a situação da pandemia, foi gravado em áudios em que cada participante declarou a sua autorização. As participantes foram informadas de todos os detalhes do procedimento da pesquisa, assim como que poderiam retirar-se da pesquisa a qualquer momento do percurso da produção das informações.

Garantimos o anonimato das participantes através do uso de codinomes. Mantivemos o sigilo, pois compreendemos como fundamental na realização das escutas que foram realizadas. A pesquisa não teve nenhum custo financeiro para as participantes. Com relação aos benefícios da pesquisa, foi possível visualizar o acolhimento as participantes e a validação de suas experiências, o que auxiliou nas significações geradas pela pesquisa assim como em diferentes elaborações sobre o problema vivenciado.

Cabe ressaltar a ideia de realizar uma pesquisa, dentro da área da Psicologia, que se proponha a pensar em conjunto com as participantes, ou seja, afastando-as de um lugar de passividade durante o processo de pesquisa. Retira-se, portanto, a ideia de que o pesquisador

(a) deve se manter neutro(a) e que sua amostra deve apenas ser interpretada. Dessa forma, de acordo com Campos (2011), só é possível a realização de uma pesquisa com estas características a partir do cuidado e da responsabilidade de quem a planeja e desenvolve. Não se trata de verticalizar uma produção e sim produzir democraticamente para que todos possam refletir e participar.

Ainda, percebe-se que com essa forma de trabalhar as pesquisas é possível estabelecer estratégias de cuidado mais potentes, ajudar na defesa da vida, assim como possibilitar melhores formas de organização de serviços, de acordo com a necessidade dos envolvidos e, principalmente, como diria Campos: “a um Estado omissivo interessa uma ciência inócua. A nós, o contrário” (2011, p. 1284).



## 5 RESULTADOS

### Artigo 1

#### ***“Foi ali que me deu um estalo e eu lembrei de tudo”*: o processo de dar-se conta que se vivenciou uma violência**

**Resumo:** O objetivo deste artigo foi analisar como as mulheres universitárias deram-se conta que vivenciaram uma violência de gênero a partir de uma pesquisa qualitativa. Para isso realizou-se entrevistas e questionários abertos com seis participantes moradoras de uma casa do estudante universitário, que vivenciaram violências ao longo de suas vidas. Os dados foram analisados a partir da Proposta Operativa de Minayo que visa a um olhar hermenêutico e dialético. Como resultados, verificou-se que as participantes levaram tempo, que variou entre meses a anos, para perceber que se encontravam em uma situação de violência. As falas das participantes foram agrupadas em quatro categorias que buscaram compreender as razões que dificultam a percepção da violência, destacando que algumas são de ordem social, como a cultura do estupro e a construção dos corpos femininos, e outras de ordem subjetiva e individual, como forma de internalização dessa cultura a partir de sentimentos de culpa e responsabilização. Os aspectos sociais e individuais são inseparáveis, por isso, é importante olhar para ambas perspectivas com o intuito de avançar nas análises sobre a violência de gênero.

Palavras-chave: violência de gênero; mulheres universitárias; cultura do estupro

#### ***“It was there that I snapped and I remembered everything”*: the process of realizing that violence has been experienced**

**Abstract:** The aim of this article was to analyze how university women realized that they had experienced gender violence based on a qualitative research. For this, interviews and open questionnaires were carried out with six participants who lived in a university student's house, who had experienced violence throughout their lives. Data were analyzed based on Minayo's Operative Proposal, which aims at a hermeneutic and dialectical perspective. As a result, it was found that the participants took time, ranging from months to years, to realize that they were in a situation of violence. The speeches of the participants were grouped into four categories that sought to understand the reasons that hinder the perception of violence, highlighting that some are of a social order, such as the rape culture and the construction of female bodies, and others of a subjective and individual order, such as way of internalizing this culture from feelings of guilt and responsibility. Social and individual aspects are inseparable, so it is important to look at both perspectives in order to advance the analysis of gender violence.

Keywords: gender violence; university women; rape culture

### **Introdução**

No ano de 2018, foram registrados 66.041 casos de estupros no Brasil, desse número estima-se que em média 80% foram vítimas do gênero feminino. Esses dados significam que

180 estupros ocorrem diariamente (ABSP, 2019). Estima-se que uma a cada três mulheres já sofreram assédio sexual em algum momento de suas vidas (Datafolha, 2018). Com relação à violência contra as mulheres na cidade de Santa Maria é possível afirmar que a cidade ocupa o 21º lugar no *ranking* das mais violenta para as mulheres no estado. A maioria das vítimas são jovens, com uma média de 20 anos de idade e os crimes geralmente ocorrem ao dia (Baptista; Tartari; Bueno, 2012). Tais dados são baseados apenas em casos notificados, ou seja os números são ainda maiores, pois muitas mulheres não chegam a denunciar ou procurar ajuda.

Dessa forma, trazemos alguns questionamentos: O que faz de nós mulheres propensas à tanta violência? Quem/ o que permite que isso aconteça? O que faz com que sejamos desumanizadas e transformadas em objetos, objetos estes que podem ser manuseados, violados de tantas formas, inclusive a mais radical - a morte.

É sobre o processo de dar-se conta que o presente artigo trata, com o objetivo de analisar como as mulheres universitárias compreenderam que vivenciaram uma violência de gênero. Entender que a violência contra a mulher é uma violência de gênero é compreender que existem relações hierárquicas entre homens e mulheres na sociedade. Assim, o conceito abarca diferentes formas de violência que as mulheres sofrem, como por exemplo: a violência psicológica, física, moral, patrimonial, a violência institucional e a violência sexual.

A demora que as mulheres levam para dar-se conta que vivenciaram situações de violência pode ocorrer por várias razões, como falta de informação, vergonha, medo dentre outros (Souza; Rocha 2020). Neste trabalho abordaremos dois elementos que nos dão pistas de como ocorre esse processo. Um desses elementos, de ordem social, diz respeito à cultura do estupro que é naturalizada e acaba dificultando que nos demos conta da gravidade de atitudes e da visualização de ações como ações violentas. Para aprofundar nossa compreensão lançaremos mão de conceitos como cultura de estupro e dominação masculina (Bourdieu, 2012). Outro elemento está relacionado ao anterior, porém se dá de maneira simbólica e subjetiva, diz respeito a vivência de uma situação traumática, na qual não se consegue lidar com todos os sentimentos gerados pela experiência da violência. Este, será abordado a partir do conceito de trauma e descrédito/desmentido por Sándor Ferenczi. É importante ressaltar que entendemos que esses dois possíveis motivos não são excludentes, ou seja não operam de forma separada, um está atrelado ao outro, mas para fins didáticos serão explicados um a um.

Antes de partirmos para esses pontos do processo de dar-se conta voltaremos ao primeiro questionamento - o que faz com que as mulheres estejam propensas a serem violadas? - Com o objetivo de entender como a violência se estrutura na sociedade.

A violência está ligada a valores e normas sociais específicas. É importante entender como esses valores são arquitetados. De acordo com Minayo (2006, p.13) “a violência não é uma, é múltipla” e apesar do conceito parecer neutro não é, pois de acordo com as análises de eventos violentos pode-se afirmar que existem embates pelo poder, pela autoridade, o desejo pela dominação e o aniquilamento do outro. Ainda, a autora pontua que uma questão crucial da violência no Brasil é a compreensão de que ela se estrutura pelos altos índices de desigualdade social. As desigualdades sociais seriam a base para outras violências. Assim, torna-se necessário não perder de vista nossa história, que retrata a “aculturação indígena, à escravização dos negros, às ditaduras políticas, o comportamento patriarcal e machista que perpetua abusos contra mulheres e crianças, os processos de discriminação, racismo, opressão e exploração do trabalho” (Minayo, 2006, p. 27).

Dessa forma, para compreender a violência contra a mulher faz-se necessário entender como se organizam as estruturas sociais a partir de gênero, raça e classe. Ou seja, compreender que as mulheres vivenciam as violências de maneiras diferentes, dependendo de sua cor de pele, sua origem, orientação sexual e sua classe.

A violência não se inscreve apenas pela força física, o autor Domenach (1981) aponta que a violência está intrínseca nas relações e pontua que esta é formada de forma subjetiva e inconsciente. Dessa forma, partiremos para as explicações de conceitos importantes como já havíamos mencionado para compreender o enraizamento da violência contra as mulheres na sociedade que faz com que com elas levem tempo para dar-se conta do que vivenciaram. Começaremos explicando o conceito de dominação e dominação masculina.

O conceito de dominação entre grupos e indivíduos, com o qual Erika Apfelbaum (1999; 2009) trabalha torna-se necessário. A partir deste conceito é possível compreender que algumas relações são de sujeição e servidão. A autora explica que “em nome da particularidade do outro, o grupo dominante exerce sobre ele um controle constante, reivindica seus direitos fixando os limites dos direitos do outro e o mantém num estatuto que retira todo o seu poder contratual” (Apfelbaum, 2009 /1999, p. 76).

Pierre Bourdieu irá expor que os modos de relações de dominação são incorporados a partir da visão androcêntrica. Conforme o autor: “A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la” (Bourdieu, 2012, p.18). Torna-se importante ressaltar que as estruturas de dominação masculina são produzidas historicamente, pois dizem de um trabalho incessante realizado por homens e instituições, como família, igreja, escola e Estado (Bourdieu, 2012). A força simbólica que a dominação exerce não precisa de coação física, pois ela é obscura e incorporada pelos indivíduos por meio de “predisposições colocadas nas zonas mais profundas dos corpos” (p.50, 2012).

Entendendo que as estruturas de dominação são produzidas historicamente partiremos para compreensão sobre a cultura do estupro. O conceito diz respeito a uma ordem intrínseca na sociedade que por meio de crenças tolera, e além disso, incentiva práticas violentas contra as mulheres (WOMENS AGAINST VIOLENCE AGAINST WOMEN, 2016). A cultura do estupro é potencializada a partir de nossa estrutura social que além de machista é racista e capitalista. Ou seja, coloca as mulheres como objetos passíveis de manuseio, troca e exploração. Apresentado brevemente esse enraizamento de uma cultura que promove violência contra as mulheres e como isso se apresenta no meio social, iremos explorar questões subjetivas e simbólicas que também dizem respeito a percepção das mulheres sobre as experiências de violência.

Para isso iremos abordar o conceito de trauma a partir de Freud. Em seu texto - Além do princípio do prazer (1920) ele explica que o trauma se configura a partir de uma ruptura no escudo protetor do aparelho psíquico causado por estímulos muito fortes que dificultam que o eu assimile o que ocorreu. Ou seja, o eu não estava preparado para o ocorrido, surpreendendo-se e tem dificuldade de enfrentar o que se passa (Antonello, 2016).

Ferenczi atribui considerações sobre o trauma a partir do conceito descrédito/desmentido o sujeito como já dito não consegue dar sentido a uma grande energia pulsional e recorre a alguém (geralmente de um círculo de confiança) para que o outro elucide sobre o ocorrido, porém esse outro (importante nessa cena) coloca a situação de violência vivenciada como proveniente da fantasia, do imaginário, do não real. “Da junção entre esses dois momentos distintos, a violência real (abuso) e o descrédito, é configurado um trauma desestruturante ou invalidante. O desmentido proveniente do outro, portanto, impossibilita à vítima dar sentido ou significar o acontecimento traumático” (Antonello, 2016 p. 61).

Utilizamos conceitos tanto num âmbito social - dominação masculina, violência simbólica, como questões de arranjos subjetivos como trauma e descrédito/desmentido com o intuito de oferecer uma lente para compreender o tempo de dar-se conta de uma experiência de violência. Trata-se, portanto, de um tempo subjetivo, singular, que oferece elementos para uma construção de significado sobre o experienciado.

### **Método**

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, que tem como proposta entender e explicitar as relações sociais, preocupando-se com aspectos do real que não podem ser quantificados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Para Minayo (2009, p. 21), a pesquisa qualitativa refere-se a questões específicas, pois se ocupa de um “universo de significados” que fazem parte da realidade social.

A pesquisa qualitativa foi escolhida como uma estratégia de abordagem, tendo em vista que o problema de investigação está centrado em: analisar como as mulheres universitárias compreenderam/ tomaram consciência que vivenciaram uma violência. Este tipo de pesquisa oferece a possibilidade de compreender dimensões subjetivas e simbólicas do problema.

No que tange ao campo, a pesquisa foi realizada no município de Santa Maria, na Casa do Estudante Universitário 2 (CEU II), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A casa do estudante 2 foi criada em 1968, surgiu a partir da necessidade de estudantes de baixa renda que vinham de outras cidades do estado e não tinham como se manter financeiramente.

Assim, as participantes da pesquisa foram mulheres, maiores de 18 anos que já viveram situações de violência em algum momento de suas vidas e que eram moradoras da CEU II. Participaram da pesquisa no total seis mulheres das quais daremos nomes de flores com o intuito de preservar suas identidades:

<b>Participante</b>	<b>Idade</b>	<b>Raça/etnia</b>	<b>Orientação sexual</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Status de Relacionamento</b>	<b>Sit. Financeira</b>	<b>Violência Vivenciada</b>
<b>Orquídea</b>	22	branca	heterossexual	graduanda	namorando	Aux. pais	VS

<b>Lírio</b>	26	parda	bissexual	graduanda	namorando	Bolsa/ aux. pais	VS
<b>Girassol</b>	26	parda	bissexual	graduanda	União estável	Bolsa/ aux. pais	VS
<b>Jasmin</b>	20	preta	bissexual	graduanda	solteira	Aux. pais	VS
<b>Margarida</b>	22	preta	lésbica	graduanda	namorando	Aux. pais	Violência psicológica
<b>Azaléia</b>	19	branca	heterossexual	graduanda	solteira	Aux. pais	Violência psicológica

### **Acesso às participantes, instrumentos e produção das informações:**

Com a chegada da pandemia se fez necessário reorganizar a presente pesquisa, buscando pensar alternativas para desenvolvê-la sem perder seu caráter político social. Para tal se fez questão primordial traçar estratégias eficazes no objetivo de acessar as participantes de forma cuidadosa, tomando as precauções cabíveis para não ocasionar prejuízos ou desconfortos nos momentos de construção das informações.

Não havendo mais a possibilidade do encontro presencial, foi dada a opção para as participantes de fazerem uma entrevista via meios de comunicação *online*, tendo como horizonte as entrevistas de profundidade que de acordo com Minayo (2009) são baseadas na conversação entre pesquisador e participante, no qual mesmo tendo um roteiro é possível falar livremente sobre os assuntos que vão surgindo por meio dos desdobramentos do tema inicial. A autora aponta que as entrevistas de profundidade são “baseadas em narrativas de vida” (MINAYO, 2009, p. 65). Ainda como alternativa, caso alguma participante não se sentisse confortável de realizar a entrevista poderia respondê-la via um questionário aberto. O questionário aberto (González Rey, 2017), assim como a entrevista de profundidade, permite um aprofundamento sobre o fenômeno estudado a partir de perguntas abertas, orientadas a facilitar a expressão ampla das participantes da pesquisa. Entendendo os desafios que a pandemia e o distanciamento físico/social nos colocou possibilitamos às mulheres que decidissem qual o melhor instrumento para responder às questões propostas, de modo que pudessem optar pela forma que se sentissem mais à vontade, respeitando as limitações (seja de espaço, ou segurança) de cada uma. Assim, para a produção de informação tivemos duas entrevistas respondidas por escrito (via questionário aberto), três entrevistas realizadas por áudios via aplicativo de comunicação *online* e uma entrevista realizada por vídeo chamada.

### *Interpretação dos dados*

Minayo (2014) sugere três fases no desenvolvimento da análise: a primeira é a ordenação dos dados coletados individualmente ou em grupo. Esse é o momento em que realizamos a transcrição das entrevistas, a organização dos relatos e observações. A segunda consistiu na classificação dos dados, que ocorreu em dois momentos: a) leitura horizontal exaustiva, onde nos deixamos impregnar pelo conteúdo dos achados, anotando as primeiras impressões e analisamos cuidadosamente as frases, palavras, sentidos; b) Leitura transversal, onde fizemos destaques de cada entrevista em unidade de sentido ou tema. Agrupamos os temas semelhantes para perceber suas conexões, posteriormente enxugamos essas classificações temáticas iniciais com o intuito de compreender o que foi considerado mais relevante pelo grupo estudado. Esse processo de agrupamento e enxugamento possibilitou a emergência de categorias centrais a partir de uma lógica unificadora. Por fim, realizamos a análise final que ocorreu a partir de um movimento circular, partindo do empírico para o teórico, explicitando as concepções do grupo sobre o fenômeno pesquisado. Minayo (2014) aponta que é importante que se apresente aos leitores respostas complexas sobre o problema estudado.

Com relação à análise dos dados, utilizou-se a análise temática pela proposta operativa de Minayo (2014) que é baseada na hermenêutica-dialética e está dividida em dois níveis de interpretação: o primeiro momento diz respeito em entender a totalidade do contexto, ou seja, levar em consideração os aspectos sócio históricos do grupo que está sendo pesquisado. Assim, antes de realizarmos a escuta da entrevista, enviamos às participantes um questionário sociodemográfico onde conseguimos visualizar melhor alguns aspectos particulares do grupo estudado - mulheres estudantes moradoras da CEU II, com condições socioeconômicas vulneráveis, que saíram de seus territórios originais para cursar uma graduação na Universidade Federal de Santa Maria. O segundo momento é interpretativo, é o ponto de partida e de chegada [...], é o encontro com os fatos empíricos”, ou seja, é uma unidade de concepção sobre o fenômeno (MINAYO, 2014, p. 355). Se buscou por meio dos relatos das participantes o sentido, as interpretações e as projeções. Nesse segundo momento, a partir da hermenêutica dialética que visa a um aprofundamento crítico e reflexivo sobre os dados, se realizou a partir das respostas de cada participante, a fim de obter uma sintetização

do conjunto dos dados com vista a pergunta norteadora: “Como as mulheres universitárias tomaram consciência/se deram conta que vivenciaram uma violência?”

Dessa forma, se construíram categorias emergentes a partir das semelhanças encontradas nas narrativas de cada participante. Porém, para chegarmos às categorias foi necessário entender como esse grupo de participantes compreendia a violência, pois só assim conseguimos aprofundar as reflexões sobre como elas se deram conta que vivenciaram situações violentas. Elencamos quatro pontos principais que conversam e se conectam entre si, construindo assim as subcategorias. A primeira se chamou “O inimigo está bem ao lado” - se propondo analisar o quanto os abusadores são pessoas próximas às mulheres o que leva a dificuldade de aceitar/entender que aquela pessoa está cometendo violência; a segunda visou trazer elementos sobre os corpos das mulheres, chamando-se “O corpo como produto”, que tem como pretensão relacionar a construção social do corpo das mulheres como corpos para serem violados inclusive por aqueles que deveriam assegurar a segurança delas, usufruindo-o como um objeto de prazer e, ainda, construindo uma responsabilização da mulher como quem deve proteger-se e resguardar-se; seguindo essa linha de pensamento a terceira subcategoria, nomeou-se “A culpa” onde se pretendeu explicar o quanto essa construção do corpo responsabiliza as mulheres dos abusos que sofreram o que faz com que a maioria acabe se culpabilizando. Por fim, a última que criamos visou retomar o conceito de descrédito/desmentido, pensando o quanto a cultura do estupro descredibiliza às mulheres e como são importantes fatores externos que a devolvam esse crédito para que acreditem em si e consigam conectar memórias às sensações, integrando esses elementos e compreendendo que vivenciaram uma violência.

## **Resultados e discussão**

A seção de resultados está organizada inicialmente de forma a descrever e caracterizar a percepção das participantes sobre o que é violência e, conseqüentemente, o processo de dar-se conta. Posteriormente, a partir das histórias de violência narradas pelas participantes é possível identificar que há aspectos que guardam semelhanças substanciais no processo de dar-se conta e que foram a base para a formulação das subcategorias.

### ***Percepção sobre violência***

Antes de partirmos para como e em que momento cada participante se deu conta que tinha experienciado uma violência coube trazer como cada uma percebe o que é violência, para que assim seja compreendido de que ponto partem para entenderem seus processos. Foi



questionado às participantes o que compreendiam sobre violência sexual e violência psicológica. Quatro participantes sofreram violência sexual e outras duas participantes sofreram violência psicológica, todas as participantes demonstraram uma compreensão ampla sobre violência sexual, e violência contra as mulheres, algumas narrativas demonstram isso:

“Ao meu ver eu acho que vai desde um toque, do toque mesmo em si.. até um olhar de quem a gente fala assim um olhar com intenções sabe [...]” (Orquídea)

“A VS pra mim é qualquer tipo de assédio, de movimento assim, no sentido da pessoa te constranger ou te obrigar de alguma forma realizar algum ato no sentido sexual que tu não queira. Ou tu se sentir coagida a fazer sexo com alguém, tu não conseguiria dizer não, tu ser assediada, teu teu corpo violado de alguma forma” (Lírio).

“Violência sexual é toda e qualquer ação contra, pode ser uma mulher pode ser um homem né, uma pessoa que... agrida fisicamente, moralmente verbalmente, psicologicamente as questões envolvidas com o seu gênero (Girassol).”

“Entendo como violência sexual toda tentativa sem consentimento do outro sobre mim” (Jasmin)

“Violência sexual é todo ato onde a vítima tem seu corpo ou parte dele exposto, violado e tratado com desprezo por um abusador” (Azaléia)

Outras duas participantes relataram que sofreram violência psicológica, uma delas também traz uma compreensão ampla do que a afetou:

“Então, Para mim a violência contra mulher são conjuntos de Atos né não especificamente físico, mas na grande maioria das vezes e o que é mais levado com seriedade que ainda é minimamente né levado é a violência física né [...] não verbal é uma violência tudo o que a mulher sentir constrangida, envergonhada coagida, tudo que deixa a mulher se sentindo assim é uma violência” (Margarida).

Uma questão importante a ser ressaltada nas respostas das participantes é o quanto questões sociais - como estereótipos de gênero, família, círculos sociais - se atravessam na construção da compreensão sobre o que é ou não violência, pois é a partir do meio social que estamos inseridos que vamos produzindo significados sobre ele. O que esse meio nos oferece para que consigamos ter uma compreensão acerca da temática? Podemos ver exemplos a partir das falas a seguir de como a cultura do estupro é subliminar e vai deixando registros em nossas concepções sobre violência.

Isso se explicita em relatos como: deixar de usar uma roupa que queria por medo de ser assediada: *“porque nós mulheres... bom quem que nunca saiu na rua e tá com o short*

*mais curto com decote alguma coisa olham né tipo muitas vezes eu já deixei de ir com uma roupa que eu queria seila ir na universidade pra ir pra aula ou até mesmo no centro para sair porque eu sabia que iam olhar e eu ia me sentir desconfortável”, ou ainda outra participante que relata que demorou a criar um conceito amplo de violência “[...] no meu lugar de mulher, demorou para entender que me chamarem de gostosa na rua era uma violência sexual. Por isso essa ideia do amplo, porque durante muito tempo foi... algo como que precisasse de contato físico. Mas hoje não mais...”*

Outra participante ainda trouxe em seu relato o quanto foi ensinada que o risco de ser estuprada estava num cenário perigoso:

“porque até então a gente aprende assim, que VS é aquela pessoa que sai de um beco escuro, te ataca no meio da rua e.. sei lá coloca uma arma na tua cabeça e te estupra assim, é isso que tu, que geralmente a gente aprende que é né, e aí quando a gente começa a entender que não necessariamente é isso, que pode ser de várias outras maneiras foi aí que eu me dei conta que eu já tinha passado por isso” (Lírio)

Em ambos os relatos trazidos se explicita o quanto se constrói um cenário isolado de VS que não se dá dessa forma na realidade. Esses cenários se constroem como forma de responsabilização das mulheres, onde elas deveriam tomar mais cuidados, como não sair a noite sozinha, cuidar que roupas vai vestir, como vai agir, para não acabar sendo uma potencial vítima de estupro. Isso retira completamente a exclusividade da responsabilidade sobre o agressor/estuprador e a coloca sobre as mulheres (Think Olga, 2014; Souza, 2017).

### ***Como se deram conta?***

Para compreender esse processo, contaremos um pouco da história das participantes, a partir de suas narrativas:

### **Orquídea**

Orquídea sofreu VS na infância três vezes em idades diferentes, os autores da violência foram pessoas próximas à família, todos circulavam no mesmo ambiente familiar que Orquídea. Por ter vivenciado muito jovem tem dificuldades para relembrar o ocorrido, ela relatou: “quando eu comecei a entender o que que era violência sexual e tal é como se eu tivesse esquecido que eu tinha passado aquilo que eu tinha que aquilo tinha acontecido comigo então”. Ainda em outro momento da entrevista ela falou: “é como se tivesse apagado da minha memória e só fui entender o que aconteceu comigo quando eu tava mais velha” (...).

Essas expressões exemplificam a dimensão subjetiva e traumática das experiências vividas pela participante, o trauma atua fazendo uma ruptura no eu dificultando que os fatos se encaixam e ganhem significado, deixando uma nebulosidade sobre suas lembranças (Antonello, 2016). Mesmo ainda não conseguindo associar as experiências aos seus significados, Orquídea relatou sensações que lhe ajudam a trilhar um caminho por sua memória ainda encoberta. O que não podia ser compreendido e explicado era sentido pelo corpo. Isso se apresenta em seu relato, quando a participante comentou uma situação na qual olhava uma reportagem sobre um caso de violência sexual infantil:

“Eu vi aquilo na TV falando e eu me sentia tipo angustiada com medo coisa assim e eu ficava tá porque que eu fico assim? Eu não entendia porque eu não queria ver quando eu via que dava essas notícias como se me desse nervoso tipo uma ansiedade assim eu não queria ficar vendo aquilo ou ouvir aquele tema sabe? E aí eu comecei a pensar por que eu fico assim? ou..., era confuso”

A reportagem na televisão lhe suscitou sensações que queriam dizer-lhe algo, nas reflexões de porque se sentia daquela forma enquanto assistia um caso sobre VS infantil Orquídea relatou que lhe ocorreu um “estalo”:

“E daí foi ali que me deu tipo um estalo e eu lembrei de tudo assim meio que foi de tudo dos outros dois casos que eu tinha passado e aí eu lembro muito disso logo que eu vim para Caxias que eu me mudei que talvez aí por eu já tá maiorzinha e tal, por entender melhor né que eu comecei a perceber que a gravidade daquilo assim que eu não entendia o que que era e a achava que talvez não era nada e não é não, era isso”

É possível perceber a importância de um agente externo para dar sentido e conexão ao que até então tinha ficado tão confuso. Poder ver uma reportagem que tratava sobre o tema auxiliou Orquídea a se identificar com a história da tv e perceber o que ela tinha experienciado, mesmo assim em seu relato existe uma certa dúvida/questionamento sobre sua conclusão do que lhe tinha ocorrido, pois até então achava que podia não ter sido uma violência e com um pouco mais da idade conseguiu dimensionar a gravidade e confirmar que o que tinha vivenciado era violência sexual.

Agentes externos, como mencionado anteriormente auxiliam ou não que esses elementos desconexos tomem forma. No caso de Orquídea a reportagem foi algo bem importante para a tomada de consciência, porque foi nesse momento que algumas lembranças vieram à tona, mesmo assim ela ainda tinha dúvidas sobre seu julgamento frente à situação.

Anos depois decidiu contar a madraستا, pois ela sempre sinalizou para Orquídea que se algo acontecesse com ela era importante ela falar. Relatar o ocorrido para alguém de sua confiança validou o que ela tinha experienciado e ampliou seu conhecimento sobre sua experiência - o que antes achava ser um assédio foi nomeado pela madraستا como estupro. Houve a necessidade de que alguém, externo à ela, nomeasse para que ela pudesse compreender o que tinha acontecido.

Mas não foi a primeira vez que havia contado a alguém, já havia falado para sua mãe sobre a primeira experiência de violência sexual. Na ocasião, a mãe lhe disse que não fosse mais na casa onde a violência havia ocorrido. Orquídea aproveitou e relatou que seu padrasto também tinha cometido uma violência, mas sentiu que sua mãe não acreditou no que ela tinha acabado de relatar:

(...) Ela falou o nome, fulano o nosso fulano aqui? eu falei sim! só que minha mãe ficou naquelas assim ela me olhou com uma cara meio tipo "tem certeza"? (...)  
Aí eu senti que ela não tinha acreditado enfim não lembro exatamente eu só tenho essa lembrança assim que eu contei ela fez aquela cara meio "aí eu acho que não" acho que tipo não sei eu eu acho que talvez ela não tenha acreditado em mim ou ela ou sei lá não sei eu não ou aquela coisa que acontece bastante né quando a criança conta e todo mundo fica aí é melhor não falar nada.

O descrédito faz com que o silêncio sobre a situação traumática se amplie, pois banaliza o ocorrido, faz com que o sujeito não consiga sentir-se seguro sobre suas percepções. Isso se apresenta na situação de Orquídea quando ela relata que depois dessa conversa nunca mais tocou no assunto com sua mãe. Mesmo depois de ter sofrido outra violência sexual por parte de um dos tios (Câmara, 2012).

### **Lírio**

Lírio contou que vivenciou violência sexual em três momentos diferentes. Ela relata que foi muito tempo depois que conseguiu entender/compreender o que ocorreu. Assim como Orquídea, Lírio tinha sensações que não entendia muito bem e que não conseguia nomear, mas que lhe davam pistas do que havia passado. Ela relatou:

era algo que incomodava bastante quando eu pensava ou quando eu lembrava era algo que me trazia esse desconforto mas eu não conseguia nomear isso eu não consegui identificar como uma violência era algo mais como desconforto mesmo (...)

A fragmentação da memória sobre a experiência traumática faz com que se leve tempo para assimilar o ocorrido, pois faltam recursos internos para lidar. Mas, no caso de

Lírio, ainda que a questão do trauma seja importante, não é suficiente para explicar a demora na assimilação. Além das condições subjetivas, que são necessárias para entender a VS, existe também uma correspondência a cultura do estupro que constrói um imaginário social de como ocorrem fatos de violência sexual, dificultando com que as mulheres entendam que elas passam diariamente por situações de violência que não se enquadram nesses mitos construídos para que duvidamos de nós mesmas (Think Olga, 2014). Isso se exemplifica em sua fala de como se contrói o cenário do que é um estupro - alguém desconhecido que sai de um beco escuro e coloca uma arma na sua cabeça.

Lírio traz agentes externos, como por exemplo o movimento feminista e os estudos, como fatores que auxiliaram ela a compreender o que tinha vivenciado. Percebemos o quanto esses agentes contribuíram para que ela, aos poucos, fosse integrando suas sensações às experiências de estupro, compreendendo-as mais profundamente:

“aí quando eu me dei conta assim começou a vir essa, essas lembranças esse momentos que era nítido assim o que tinha acontecido e fazia todo sentido eu me sentir daquela forma que eu, antes eu não sabia porque eu me sentia daquele jeito aí depois começou a fazer sentido, eu comecei a entender a tristeza, a questão de me sentir suja, de não conseguir falar pras pessoas, não conseguir contar, porque enfim não sabia o que tinha acontecido (...)”

Aliado a percepção vieram sentimentos de culpa e responsabilização pela violência sofrida:

“e essa sensação de me sentir extremamente sozinha assim, de ficar pensando porque eu deixei isso acontecer comigo, porque as outras pessoas deixaram isso acontecer comigo assim, porque ninguém fez nada, porque ninguém achou estranho, porque eu não achei estranho, enfim.. tipo um misto de sentimentos, muito, muita coisa...”

## **Girassol**

Girassol relata que sofreu VS na vida adulta. Assim como as outras participantes, ela também levou um bom tempo após a violência ter acontecido para se dar conta do que de fato havia ocorrido. Em torno de um ano depois começou a conectar os fatos, foi a partir de alguns elementos - situações de VS com pessoas próximas e cartazes na CEU - que a ajudaram a entender o que havia ocorrido. Uma das peças desse quebra-cabeças foi um caso de violência sexual na CEU II, conforme relatou:

“Demorou um ano pra eu perceber que o que tinha acontecido foi uma violência, os processos de naturalização ta tão imbricados aqui dentro que... precisou de ter uma

menina na CEU que tinha tido uma relação sexual e logo em seguida ela não quis ter uma outra relação, isso era estupro e eu não tinha entendido. Eu fiquei dois dias pensando sobre (...)"

Logo após esses dias que ela ficou pensando sobre o caso que havia ocorrido Girassol viu um cartaz que fez com que ela parasse, refletisse e percebesse questões sobre a violência sexual experienciada por ela:

"tinha um cartaz e esse cartaz estava escrito "cu de bebado não tem dono" e tem sim e é estupro de vulneravel. Meio que houve um link, o que tinha acontecido tinha uma outra denominação e que eu naquele lugar de culpa e vários outros lugares emocionais fiquei... não consegui encarar sabe, nem tipo, parece mais um lugar que eu fingia que não sei, vou fingir que não foi comigo e segue a vida."

Diferente das outras participantes, Girassol, quando sofreu VS, procurou ajuda institucional para fazer o uso da Profilaxia Pós-Exposição (PEP), forma de prevenir a infecção pelo vírus do HIV, usando um coquetel de medicamentos. O uso do PEP é para pessoas que acabaram ficando expostas ao vírus de alguma forma ou em casos de violência sexual. Mesmo fazendo esse movimento que demonstra de alguma forma algum estranhamento com o que havia acontecido, Girassol não conseguiu nomear como estupro, não conseguiu reconhecer para si mesma o que lhe tinha ocorrido. Relatou que após essa busca para tomar a medicação evitou pensar ou falar sobre o assunto e ainda se convenceu de que não tinha sido com ela, no seu relato ela apresentou:

"Porque assim que aconteceu, eu procurei, tomei o PEP, procurei esse auxílio dos remédios e tudo. Tinha sinalizado que tinha algo errado, tomei PEP durante 28 dias. Mas depois de 1 mês, eu tive contato de novo com a pessoa, mesmo sabendo que era estranho, eu me convenci que não tinha sido comigo.

"(...)eu fiz tudo para poder evitar falar sobre, pra evitar encarar o que tinha acontecido de fato, que essa pessoa não era tão interessante quanto parecia".

Durante toda a entrevista com Girassol ela se questionou muito sobre o que fez com que ela levasse esse tempo para perceber que tinha vivenciado um VS. Alguns elementos vão nos dando pistas sobre esse questionamento. Alguns elementos sociais - que dizem respeito à construção do que é ser mulher na sociedade - são demarcadores bem fortes na vida de Girassol, o que pode colocar o lugar de submissão e responsabilização da mulher como algo inquestionável. Um exemplo disso é a educação que recebeu no seu meio familiar e que trouxe em seu relato:

"Porque assim, eu sempre tive corpinho, acho que eu já trouxe isso várias vezes e um corpinho com coxinha, com bundinha, mas seios eu nunca tive muito não. Mas coxinha e bundinha com cintura que sempre lembrou o corpinho de mulher, então

desde criança esse lugar de "você tem que usar short, você tem que se cuidar, você não pode..." Pra mim é normal entender que tipo, é perigoso andar na rua à noite, eu vou de coração valente, mas em momento algum alguém disse pra mim que não era, fui criada com a narrativa de que é um perigo, não pode. Não pode usar um decote, não por que a sua religião não permite, não pode usar porque homem vai olhar, porque você não pode provocar o homem (...)"

"Você tem que ser dessa forma" Se não for, acontece o que aconteceu".

Assim como Lírio, Girassol também teve de lidar com o sentimento de culpa, pois sempre foi responsabilizada por todas as coisas que aconteciam em sua volta:

"(...)essas narrativas todas, elas compõem esse lugar de que eu me responsabilizo e porque eu me responsabilizei por anos, 1 ano, foi até eu ver o cartaz e eu participar dessa reunião, eu me responsabilizei. Tipo, era minha responsabilidade, isso foi tão profundo e agora eu vejo dessa forma né."

A responsabilização foi algo tão intenso para ela que após um mês tomando a medicação (PEP) ela voltou a procurar o homem que cometeu a VS e tiveram um relacionamento.

O trajeto de Girassol também nos mostra questões comuns aos das outras participantes, uma vez que também é possível identificar neste relato a importância de agentes externos no movimento de dar-se conta que ela sofreu uma violência. Esses agentes externos operam no sentido de auxiliar a visualizar, conectar os elementos fragmentados e possibilitar uma integração das sensações aos fatos, como é o exemplo do cartaz que Girassol viu, ou o caso de outras pessoas próximas terem sofrido VS e conseguir visualizar-se nelas.

### **Jasmin**

Jasmim relata que sofreu violência sexual, seu relato não explicita exatamente o momento em que se deu conta que vivenciou VS, mas diferentemente das outras participantes não aparecem elementos fragmentados e, posteriormente, um agrupamento dos mesmos que auxiliem no processo de dar-se conta. Um dos possíveis motivos para que seu relato se apresente dessa forma é que, também diferentemente dos outros relatos, Jasmim teve, desde de o início, seu discurso validado por sua mãe, que a protegeu da maneira que pôde, devido às condições que tinham. Jasmim relata que a família tinha muitas dificuldades financeiras e dependiam do padrasto.

Ela conta que desde os 3 anos de idade convivia com o padrasto, que era alcoolista, mas que na adolescência o convívio com ele passou a ser muito desconfortável, ela relatou:

“[...] com 13/14 anos já era muito desconfortável a convivência com ele, uma vez que meu corpo estava mudando. Eu percebia os olhares maliciosos e sentia nojo quando tentava algum contato físico, sempre bêbado, ele pedia pra sentar no colo, dar beijo no rosto ou para abraçá-lo e quando isso era recusado, partia para as chantagens psicológicas.

Mesmo que Jasmim relate o bom diálogo com sua mãe, facilitando que expusesse o que sentia, ela narrou que a família acabou naturalizando as investidas que ele fazia à ela:

“[...] chegou a certo ponto que eu e minha família naturalizamos esse comportamento, então para evitar incomodações quando ele chegava em casa bêbado, ficávamos cada um no seu canto/quarto”.

A experiência de Jasmim nos apresenta características da cultura do estupro: primeiro quando ela relata sobre a mudança do seu corpo, algo que diz de um processo natural da adolescência e passa a ser percebido pelo padrasto como algo sexualizado - os olhares maliciosos, pedidos para sentar no colo. Outro momento que a cultura do estupro aparece é quando ela fala sobre a naturalização sobre esse comportamento do padrasto, por parte dela e da família.

### **Margarida**

Margarida sofreu uma violência psicológica. Ela relata que seu processo de perceber que vivenciou uma violência está atrelado ao fato de sempre querer saber mais sobre assuntos como o da violência contra a mulher, mas por ser uma mulher lésbica a questão de violência entre pessoas do mesmo gênero é pouco falada.

Foi através de agentes externos - amigas - que Margarida começou a perceber que se envolvia em relações abusivas:

“eu tinha muitas amigas lésbicas que falavam “Nossa isso daí é um abuso né” “não porque ela é mulher, que ela não faz abuso contigo” e aí todo mundo me falava isso. E aí eu comecei a perceber que todos os relacionamentos que eu tinha acontecia a mesma coisa sabe [...]”

Ressaltamos que a violência sofrida por Margarida mesmo sendo vista como psicológica ainda estava voltada para o seu corpo, como ela relatou:

“ [...] “aah tu não pode postar essa foto com essa roupa”, “tu não pode fazer amizade com essa pessoa”, “tu não pode sabe”? uma questões de uma série de questões [...]”

“você não pode colocar esse short” “você não pode colocar essa foto”

“Você não pode Ter amizade com essa pessoa porque essa pessoa já tem um laço afetivo com você”



Ela contou que a partir desses acontecimentos se sentiu muito envergonhada e indecente. A cultura do estupro coloca as mulheres em um lugar de objetificação, é como se o corpo nunca pertencesse à elas, mas sim ao outro, ao dominador, nessa cultura nossas escolhas acabam se tornando limitadas e geram consequências nas quais esse corpo é visto como um objeto, possível de fazer e falar o que se quer sobre ele. O outro nessa situação - Margarida - é totalmente distanciada de suas próprias escolhas e auto-percepção.

Outro ponto importante no seu relato é que ela aponta que as pessoas com quem se envolveu são pessoas na fala dela “críticas” - se referindo a essas pessoas como questionadoras do sistema machista - e o quanto, de certa forma, isso dificulta o processo de percepção sobre a violência:

“Por isso é muito difícil entender quando uma pessoa tipo super critica tem comportamentos como esse mas na realidade faz outras coisas, Sabe eu era muito difícil de colocar numa caixinha e falar nossa que bizarro. Como assim fala uma coisa e faz outra né? É muito difícil.”

A partir desse relato identificamos duas questões importantes. A primeira diz respeito à cultura de estupro/dominação que como nos aponta Bourdieu (2012) está muito enraizada na nossa sociedade fazendo com que tenhamos ela introjetada em nossos corpos. Ou seja, a mesma pessoa que é crítica ao sistema o reproduz, apresentando comportamento violento e/ou abusivo. Outra questão sobre o fato da pessoa ser crítica ao sistema é que dificulta ao outro a percepção que está numa relação violenta, porque há uma dissonância entre as atitudes e o discurso, ambos se mostram incoerentes.

Margarida mesmo tendo agentes externos que a ajudaram na percepção da violência sofrida, houve ainda quem tratasse do assunto com descaso por ela estar num relacionamento lésbico, ou ainda pelo fato da violência psicológica ser minimizada em detrimento da violência física:

“Então quando eu contei a reação das pessoas foi tipo “okay é um abuso tem que conversar com ela” só que trataram com descaso sabe, não sei se era porque era uma mulher e eu também sou uma mulher, Ou se era porque não chegou até a violência física sabe, mas foi como se fosse uma coisa simples sabe, como se fosse um uma tempestade num copo d'água”

“ [...]Acontece muito das pessoas naturalizaram isso Tipo “isso não é violência é o mesmo gênero que o teu minha filha como que ela vai fazer uma coisa contra você”

**Azaléia**

Azaléia, assim como Margarida, sofreu violência psicológica. Ela conta que inicialmente duvidou muito de si: “*será que eu realmente passei por isso?*”. Em alguns momentos ainda se colocou como merecedora dos atos que ocorreram com ela. Isso novamente nos dá indícios sobre uma cultura que tende a responsabilizar as mulheres e a culpabilizá-las quando experienciam uma violência.

Assim como para as outras participantes Azaleia precisou de agentes externos para validar o que tinha vivido:

“[...] me coloquei como merecedora dos atos, mas ao ver outros relatos, conversar com amigas sobre o que estava passando fui acreditando que eu não era nem um pouco merecedora e que eu iria ser muito forte e sairia dessa situação.”

Ela relatou que se deu conta que tinha vivenciado uma violência quando perdeu o domínio sobre si:

“[...] a partir do momento quando eu iria me expressar dando opiniões ou contestando sobre algo eu era contrariada e criticada fazendo com que eu me sentisse incapaz de poder me expressar. Me dei conta quando estava me sentindo uma pessoa incapaz de opinar até mesmo sobre as coisas que eu queria fazer, usar e expressar, sentindo perda do meu domínio.”

A partir das histórias de violência narradas pelas participantes é possível identificar que há aspectos que guardam uma semelhança substancial no processo de dar-se conta e que foram a base para a formulação das categorias de análise a seguir.

*O inimigo está bem ao lado*

Diferentemente dos cenários criados a partir de tramas de filmes, novelas e livros nos quais os abusadores são desconhecidos, monstros, ou pessoas com problemas psicológicos (Think Olga, 2016), no caso das situações que ocorreram com as participantes da pesquisa todos eram próximos, amigos, namorados, padrastos e tios. Todos tinham uma ligação afetiva forte com as mulheres e nenhuma participante relatou qualquer possível transtorno psicológico advindo de seus abusadores. Outras pesquisas realizadas no Brasil apresentam que esse problema não é novo, como é o caso da pesquisa realizada por Oliveira (2015), que agrega dados secundários do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) entre os anos de 2000 a 2012 onde é possível visualizar que a maioria das mulheres jovens sofreram VS por pessoas conhecidas. Ou ainda, o estudo de Mascarenhas et al. (2017) que apresenta dados da violência cometida por pessoas conhecidas e demonstra que as mulheres

sofrem violência por pessoas próximas. Souza (2017) aponta que os estupradores estão em todos os lugares, podendo ser de diferentes classes sociais e não estando relacionados à transtornos psicológicos, mas sim utilizando um poder sexual masculino para subjugar as mulheres a partir de relações sexuais.

Saffioti e Almeida (1995) corroboram com a discussão trazendo uma larga pesquisa realizada na América Latina onde a maioria dos casos de abusos sexuais e violência contra as mulheres eram cometidos por pessoas próximas que se aproveitavam da confiança delas para poder vitimizá-las. No Brasil, também temos dados que apontam para esse problema, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em seu relatório de 2014 mostrou que os estupro geralmente são praticados por pessoas próximas à vítima, presente no seu cotidiano (Cerqueira e Coelho, 2014; Sommacal e Tagliari, 2017).

Todas as entrevistadas apresentaram algum tipo de relação próxima aos abusadores. No contexto dessas relações próximas, relações familiares, ou de namoro ou amizade, que deveriam proteger e assegurar a segurança das mulheres, é que a violência foi praticada. Essas relações desprotegeram e vulnerabilizaram as participantes, tornando difícil o processo de dar-se conta da violência sofrida, pois como compreender que atos violentos advém de pessoas do seu círculo de confiança, podendo inibir com que as mulheres peçam ajuda, pois existe um receio de “destruir a vida do estuprador” (Souza, 2017, p. 19).

O que faz com que pessoas tão próximas sejam capazes de violar de diferentes formas os corpos das mulheres? É com esse questionamento que partiremos para a segunda categoria, que visa discutir a construção do corpo da mulher como produto manuseável que permite que qualquer um faça dele o que bem entender.

### *O corpo como produto*

Desde a infância os corpos são vistos como aparelhos para serem incutidos às estruturas sociais das quais vivemos. Assim, é no corpo que se constrói as identidades de gênero de acordo com o que se espera socialmente. A partir dos relatos, todas as entrevistadas apresentam o quanto as situações de violência vivida estão atreladas à mudanças no corpo, quando adolescente, à exposição do corpo em redes sociais, à socialização de o que se espera de uma mulher e como esta deve agir e se portar.

O gênero é uma “categoria social imposta sobre um corpo sexuado”, pois os papéis definidos a homens e mulheres não necessariamente dizem respeito de um sexo biológico e

sim de comportamentos normativos construídos no meio social e que simbolizam um masculino e um feminino (SCOTT, 1989, p.75). Essa lógica se constitui desde o início da vida. Nascer com determinada genitália coloca o ser humano enquadrado em determinado gênero e isso irá reverberar de diferentes maneiras na sua construção de sujeito social. Na primeira infância, uma maneira de inferir o gênero sobre um corpo sexuado é por meio dos brinquedos escolhidos, roupas, cores dos móveis, maneiras de se comportar - o que pode ou o que não pode fazer. Tais elementos irão ajudar na construção de uma definição do que é ser homem ou mulher (GARCIA; MARINS, 2018).

A diferente leitura frente aos genitais mostra uma valorização do pênis, como um órgão que simboliza o poder e a virilidade, enquanto a vagina se mostra em alguns momentos ligada à maternidade, mas também em outros momentos representando a promiscuidade. São nas diferenças desiguais, impostas a cada gênero, que se demarca uma cultura, como a cultura de estupro, “pois nesse contexto o homem é colocado como um sujeito com mais direitos do que a mulher, inclusive direitos sobre o corpo da mulher” (GARCIA; MARINS, 2018, L. 038). Uma expressão desses direitos, visível em nossa sociedade patriarcal, baseada em núcleos familiares, refere-se à ideia de que as mulheres são consideradas como propriedade: primeiro do pai e depois do marido (Biglia, 2007).

Um ponto importante a ser ressaltado, que mostra a exclusão das mulheres no processo de consentir e acabar sendo vistas como propriedade do outro, é levantado pela autora Carole Pateman (1993), quando discute a teoria do contrato social, incluindo na discussão a ideia de contrato sexual e explicitando a assimetria entre “contratantes”. A autora enfatiza que apenas seres masculinos têm a capacidade para participar do contrato. Ou seja, não há condições de consensualidade quando é retirada a possibilidade de escolha por uma das partes. Assim, a diferença sexual se torna uma diferença política: é a diferença entre a liberdade e a sujeição. Para a autora, o contrato sexual “cria o direito político dos homens sobre as mulheres” (p. 17). Tornar o outro invisível possibilita que o dominante – no caso o homem – ocupe um lugar de representante universal. O preço da dominação é a “desapropriação do outro” e para exemplificar do que se trata efetivamente esta desapropriação, chama-se atenção para a apropriação dos homens frente ao corpo das mulheres (Apfelbaum, 2009).

Nesse sentido, a autora Gayle Rubin (1993) traz em seu ensaio *Tráfico de Mulheres* o conceito de *troca de mulheres* como algo potente a ser pensado. Nele ela faz um recorte histórico para pensar o quanto as mulheres sempre foram vistas como objetos de trocas, “no casamento, nas batalhas, trocadas por favores, enviadas como tributo, negociadas, compradas

e vendidas" (Rubin, p. 23, 1993). A troca e a comercialização de pessoas, não se dá apenas com as mulheres, também se aplica aos homens, a diferença é que os homens são trocados como escravos, atletas, prostitutas enquanto as mulheres além de tudo isso são trocadas pelo simples fato de serem mulheres. Assim, reforçamos a percepção de que temos “um sistema no qual as mulheres não têm direitos sobre seus corpos” (Rubin, p. 25, 1993).

Entendemos que o corpo da mulher como um produto, objeto, tem sido construído ao longo da história, autoras como Carole Pateman (1993), Gayle Rubin (1993), Silvia Federici (2017; 2019) entre tantas outras nos dão indício de como isso foi sendo arquitetado pela cultura e sociedade vigente que sempre colocou a mulher numa posição de subalternidade. Essas construções sempre estiveram a serviço dos sistemas econômicos, porém não nos cabe aqui nesse momento aprofundar esse resgate histórico, apesar de sua relevância, o que queremos é apresentar que é a partir dessa alienação sobre o corpo e esse não pertencimento a si mas ao outro que coloca as mulheres como submissas em determinadas relações ou, ainda, dificulta com que esta perceba que a relação da qual ela faz parte é uma relação violenta. Pois há uma ideia que outro pode dizer e fazer o que quer com nossas escolhas e vida. Esse é o caso das participantes, que demoraram a perceber a violência que tinham sofrido, que por determinados momentos se sentiram sem escolha, sem autonomia, despidas de si e exercendo a vontade do outro, apesar do desconforto e dor que isso lhes causava.

A questão é por que uma mulher que tem o corpo alienado de si e visto como pertencente ao outro é extremamente responsabilizada por todos os atos que ocorrem no seu entorno, com a sua sexualidade? Isto é o que pretendemos refletir na nossa próxima categoria, entender como acontece essa relação entre o pertencimento ao outro mas culpabilização de si sobre a violência sofrida.

### *A culpa*

Em uma pesquisa realizada pelo Datafolha em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2016) 32% das mulheres e 42% dos homens alegaram que “mulheres que se dão o respeito não são estupradas”. Em outra pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) um número relevante de entrevistados acredita que as mulheres deveriam saber se comportar melhor para que menos estupros ocorram, ou, ainda, mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser estupradas.

Outras pesquisas como a de Santi, Nakano e Lettiere (2010); Sommacal e Tagliari (2017) e Souza (2017) demonstram o quanto uma responsabilização é posta sobre as mulheres com relação às violências que sofrem. Isso se apresentou na maioria das entrevistas, sentimentos relacionados à culpa, a ter deixado que algo acontecesse consigo. O que acabou levando as mulheres a duvidarem que tinham sofrido uma violência, ou ainda quando chegavam perto dessa percepção se questionavam se tinham feito algo para aquilo ter acontecido.

Dando seguimento à categoria anterior retomamos a questão da dominação masculina. É por meio dela que são introjetadas as relações de submissão e sujeição das mulheres aos homens de forma subjetiva, é através de mecanismos de dominação e violência que se constrói o que é e o que não é permitido às mulheres. Bourdieu (2012) explica que a visão androcêntrica se inscreve nas coisas e nos corpos a partir das determinações implícitas nas “rotinas de trabalho ou dos rituais coletivos ou privados”. As mulheres são culpabilizadas por não seguirem determinadas regras de condutas construídas socialmente desde o nascimento, regulando como esta deve se comportar, se vestir, beber, quais horários são mais seguros para sair dentre outras, depositando na mulher a responsabilidade sobre sua integridade sexual (Souza, 2017).

Portanto, apontamos uma contradição do próprio sistema machista e de dominação que ao mesmo tempo que somos vistas como propriedade de outros - homens - somos responsabilizadas individualmente pelo que ocorre com os nossos corpos. Essa contradição é favorável à esse sistema pois retira completamente a culpa do agressor além de dar permissividade para que a violência se perpetue - esse é um dos mecanismos da cultura do estupro.

Como já trazido antes, somos alienadas do nosso próprio corpo o que dificulta a percepção sobre a violência sofrida, mas esse mesmo corpo é responsabilizado ao longo da história por aquilo que sofre. Independente dos lugares que as violências ocorrerem irão questionar "porque ela estava na rua nesse horário? Sozinha? Com essa roupa? Bebendo?". Quando sofremos uma violência a pergunta e a responsabilidade não é destinada ao agressor. Então, a culpa é de quem se as perguntas são feitas e destinadas para a mulher que sofreu a violência? Estamos pagando uma conta que não é nossa. A conta de uma violência sexual é cobrada da mulher e o pagamento também é feito por ela, como não se culpar?

São a partir desses questionamentos e dos dados levantados nas entrevistas sobre o processo de dar-se conta que chegamos por fim a nossa última categoria, que tem a pretensão de explorar o quanto a validação do outro é importante para que ela consiga perceber à

violência vivenciado, ou o contrário o quanto a dúvida colocada sobre seu relato, seus sentimentos, sensações acaba dificultando que esse processo ocorra. Para isso utilizaremos o conceito de descrédito/desmentido de Ferenczi (1992) amarrando questões sociais já trazidas à questões subjetivas e individuais, que podem explicar a demora em dar-se conta.

### *Descrédito/desmentido*

Ao longo dos resultados percebemos que a trajetória traçada pelas mulheres até o processo de dar-se conta que vivenciaram uma violência, seja ela sexual ou psicológica, se deu por fatores construídos socialmente, mas também por questões subjetivas e individuais, esses pontos estão o tempo todo conectados. As entrevistadas apresentam vários fatores externos que as ajudaram ou as prejudicaram na significação do fato ocorrido. Dessa forma, decidimos utilizar o conceito de descrédito/desmentido, cunhado pelo psicanalista Sándor Ferenczi.

O conceito de descrédito/desmentido de forma resumida significa “a emissão de um juízo por parte daquele que detém o poder que desautoriza a experiência de quem sofre” (Martins et al., p. 98, 2020). Ferenczi apresenta uma situação clínica para exemplificar: a cena é composta por uma criança que sofre violência sexual de um adulto e recorre a outro adulto para contar sobre essa experiência, esse adulto do qual a criança confiou para lhe contar o ocorrido lhe desacredita, negando que isso possa ter acontecido. Como resultado disso, a criança não tem condições para entender o que ocorreu de fato, o que acaba gerando um trauma, onde há um corte entre realidade e significação da experiência ocorrida (Martins et al., 2020).

Os estudos realizados por Ferenczi se mostraram essenciais para compreender a condição do trauma para além de questões com crianças, mas de forma política e cultural e é por isso que utilizamos do exemplo trazido para pensar sobre a história das participantes da pesquisa, que viveram uma situação traumática e a reatualizam a partir o descrédito/desmentido nos seus percursos, através de pessoas, sociedade e/ou instituições.

A condição do trauma se apresenta quando:

“[...] Ao invés do reconhecimento do seu sofrimento por parte do outro, o sujeito depara-se com a indiferença, e, mais radicalmente, com a desautorização. Assim, a própria percepção da violência sofrida é deturpada, sendo muitas vezes transformada em seu inverso. O sujeito passa a incorporar a culpa pela infâmia

sofrida, como se merecesse ser punido pelo simples fato de constituir uma singularidade”.  
(Martins et. al, 2020 p 101.)

É importante ressaltar que há uma necessidade de validar a experiência vivenciada a partir do relato a esse outro, é esse crédito na palavra de quem sofreu uma violência que auxilia na construção de sentidos para a realidade (Martins et al, 2020), quando esse outro desacredita a única coisa que resta ao desmentido é o desamparo e o silenciamento frente ao ocorrido (Câmara, 2012).

A partir do exemplo clínico trazido anteriormente - onde existem três personagens - é possível compreender que a produção do trauma se dá a partir da relação com o(s) outro(s). Nesse sentido Martins et al., (2020 p. 100) aponta, a partir dos escritos de Ferenczi (1933/1992), que o encontro com alguém que se sensibilize permite a quem experienciou a violência à simbolização, dando sentidos ao que viveu, “transformando a passividade traumatizante em atividade simbólica”. Quando isso ocorre o aparelho psíquico se liberta de uma “paralisia esterilizante”.

Kupermann e Martins (2018) propõem pensar o termo original de Ferenczi - *Verleugnung* - como *desautorização*, pois há uma desapropriação do sujeito sobre si mesmo, essa desautorização é dada por quem detém o poder tanto real como simbólico. A consequência disso é a perda da confiança sobre sua percepção dos fatos ocorridos, levando o sujeito traumatizado a se identificar com quem cometeu a violência e com os “valores hegemônicos vigentes de determinada cultura” e apague da sua memória o discernimento sobre o que vivenciou. A partir das considerações teóricas trazidas, é importante relembrar o relato das participantes que sofreram violências o quanto elas dizem ter “apagado” da memória o que havia ocorrido, ignorado, esquecido, isso está em direta associação com o descrédito que elas tiveram, seja frente à pessoas em quem elas confiam, como no caso da Orquídea, quando conta à sua mãe que o padrasto cometeu um ato violento e sua mãe a responde que isso não pode ser verdade. Ou, ainda, quando Lírio sofre uma violência sexual por parte de uma amigo e ninguém no em seu entorno valida que aquilo estava errado, lhe causando por anos dúvida em relação ao que tinha acontecido; O caso de Margarida também nos mostra essa questão quando ela relata as amigas que sofre violência psicológica e essas a desacreditam pelo fato dela ser lésbica e estar se relacionando com outra mulher. Mas é importante ressaltar que esse outro - o que desacredita, desmente, desautoriza- não precisa ser uma pessoa pode ser a própria maneira como a sociedade se organiza na culpabilização e responsabilização da mulher. Nesse caso, as mulheres se sentem



desautorizadas/desacreditadas pelas instituições, por uma forma de pensamento machista que opera socialmente - quando cartazes são colocados para dizer que “c\* de bêbado não tem dono” (como no caso de Girassol). Enfim, há tantas formas de relacionar a teoria do trauma com os relatos das participantes que entendemos que há limitações em encerrarmos essa categoria. Porém, se tentou, sucintamente, levantar algumas reflexões sobre o quanto questões sociais e subjetivas estão interconectadas e correspondem à forma como assimilamos os fatos, a maneira como a sociedade se estrutura e é introjetada por nós e isso reverbera na nossa simbolização de mundo.

### **Considerações finais:**

Sabemos que este estudo sobre o processo de dar-se conta de ter vivenciado uma violência não é uma tarefa fácil, exige de nós enquanto pesquisadoras fazer um movimento hermenêutico, requer que venhamos a aprofundar e nos reexaminar em determinadas questões nos aproximando das participantes que narram suas histórias - pois também somos parte dessa realidade social que nos coloca enquanto dominadas/ desmentidas e desautorizadas - mas também diz de um processo dialético que parafraseando Minayo é uma arte do estranhamento e da crítica, nos permitindo um movimento de transformação e de análise entre objetividade e subjetividade dos fatos.

A partir dos resultados apresentados podemos entender e reafirmar o quanto as estruturas sociais corroboram para que as mulheres sofram violências e ainda proporcionam uma alienação sobre elas. Essa mesma estrutura social nos constrói enquanto pessoas simbólicas e subjetivas. Dessa forma, percebemos que a pesquisa avança em conseguir olhar como o social e o subjetivo se entrelaçam, criando uma cadeia de reações ou inércia frente às experiências de violência. Faz parte disso entender que o trauma que fragmenta a significação sobre o ocorrido não se dá individualmente, mas sim a partir das relações.

Assim, concluímos que o processo sobre dar-se conta inicia-se a partir das compreensões sobre o que é violência, esse processo leva tempo, tanto um tempo físico, podendo ser de meses ou até mesmo anos para entender o que vivenciou, assim como um tempo subjetivo carregado de significações que precisam ser dadas às experiências sofridas. E por fim, mas não obstante esse processo é demarcado por estruturas sociais e subjetivas,

como o agressor ser conhecido e próximos às mulheres, o corpo delas ser colocado como um produto a ser consumido, um sistema de culpabilização e responsabilidade sobre o ocorrido e o descrédito que ocorre quando as mulheres narram suas vivências.

Compreendemos que a pesquisa apresenta limitações, pois seu período de realização foi paralelo à pandemia de covid-19 que trouxe junto o isolamento domiciliar, dificultando o acesso às participantes e colocando desafios imprevistos na pesquisa. Há, ainda, muito o que pesquisar e aprofundar sobre a temática da violência sexual, tendo em vista sua complexidade e seus índices tão alarmantes, aprofundar tais conexões entre sociedade/indivíduo é uma necessidade para que consigamos mudar o cenário da violência contra as mulheres.

## Referências

Apfelbaum, E. (2009). Dominação. In: HIRATA, H. et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 76-80.

Antonello, D. F. (2016). *Trauma, Memória e Escrita: uma articulação entre a literatura de testemunho e a psicanálise*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Baptista, V.; Tartari, L.; Bueno, T. (2012). *Retrato da Violência Contra a Mulher no RS*. Projeto por dataviz para o concurso Decoders RS, 12º FISL. 2012

Biglia, B. (2007). Las estructuralidades de las violencias; In: BIGLIA, Barbara; Martín, Conchi. S. *Estado de Wonderbra: entretejiendo narraciones feministas sobre las violências de género*. Barcelona: Virus Editorial, 2007. p. 21-34.

Bourdieu, p. (2012). *A dominação masculina*. 11. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. Título original: La domination masculine.

Câmara, L. C. P (2012). *Do descrédito (desmentido) à catástrofe: a teoria freudiana do trauma*. Monografia de conclusão de curso (graduação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia.

Cerqueira, D., Coelho, D. de S. C. (2014) *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde* (versão preliminar). Brasília, n. 11, mar. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/140327\\_notatecnicadiest11.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf).

Domenach, J. et al. (1981) La violencia. In: DOMENACH, Jean-Marie. *La violencia y sus causas*. Paris: Editorial de la Unesco, 1981.

Federici, S. (2017). *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico reprodução e luta feminista*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante.

Ferenczi, S. (1992). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: FERENCZI, S. *Obras completas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019*. São Paulo, 2019.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2016). #APolíciaPrecisaFalarSobreEstupro - Percepção sobre a violência sexual e atendimento a mulheres vítimas nas instituições policiais. Recuperado de <https://bitly.com/5De9h>

Garcia, L. C., Marins, M. E. C. (2018). Do que elas tem medo? Uma discussão de gênero, violência e ódio. In: DESLANDES, Keila (org.). *Homotransfobia e direitos sexuais: debates e embates contemporâneos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

Gerhardt, T. E; Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

González Rey, F. (2017). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos da construção da informação*. 1ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

Instituto Datafolha. *Assédio Sexual no Brasil*. In: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/01/1949701-42-das-mulheres-ja-sofreram-assedio-sexual.shtml>. s/l. 11 jan. 2018. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/01/11/bfed1c72cc0eff5f76027203648546c5bbe9923c.pdf>

Kupermann, D.; Martins, K. P. H. (2018) Racismo, fome, testemunho e humor: sobre “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina de Jesus. In: JESUS, C. M. de. *Psicanálise e racismo: interpretações a partir do “Quarto de despejo: diário de uma favelada”*. Belo Horizonte: Relicário.

Mascarenhas, M. D. M., Sinimbu, R. B., Malta, D. C., Silva, M. M. A. da, Santos, A. F., Vieira, M. L. F. P. & Szwarcwald, C. L. (2017). Violência cometida por pessoa conhecida - Brasil, 2013. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(11). <https://doi.org/10.1590/1413-812320172211.08672016>

Martins. K. P. H., Rabelo, F, C.; Teixeira, I. F.; Souza, A. P de. (2020) *Ferenczi e o estudo das vulnerabilidades: clínica e política*. In: Barros, João P. P.; Antunes, Débora C.; Mello, Ricardo P. (Orgs). (2020). Fortaleza: Imprensa Universitária.

Minayo, M. C. de S. (2006). *Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

Minayo, M. C. S. (2009). O desafio da pesquisa social. In: Minayo, Maria C. S.; DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14 ed. São Paulo. Hucitec, 2014.

Oliveira, C. S de. (2015). *Violência sexual: mulheres atendidas em uma rede de atenção integral em uma capital do sul do Brasil*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Florianópolis, 2015.

Pateman, C. (1993) *O contrato sexual*. Tradução: Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Rubin, G. (1993). *O Tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.

Saffioti, H. I. B; Almeida, S. S. de. (1995) *Violência de Gênero: Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Revinter.

Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, Porto Alegre. p. 71-99. 1995. Tradução: Guacira Lopes Louro, versão em francês. Revisão Tomaz Tadeu da Silva, de acordo com o original em inglês. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> Acessado em: 06 de out. 2019.

Sommacal, C. L; Tagliari, P. A (2017). A Cultura de Estupro: o arcabouço da desigualdade, da tolerância à violência, da objetificação da mulher e da culpabilização da vítima. *Revista da ESMESC*, Santa Catarina, v. 24, n. 30, p. 245-268, 2017. Disponível em: . Acesso em: 13 nov. 2018.

Sousa, R. F de. (2017). Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Revista Estudos Feministas* , 25 (1), 9-29. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>

Souza, T. M. C., Rocha, I. A. (2017). Investigando o assédio sexual em universitárias: a violência de gênero na Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, 17(47). [HTTP://DX.DOI.ORG/10.5935/2238-1279.20200009](http://dx.doi.org/10.5935/2238-1279.20200009)

Think, O. (2014). *Meu corpo não é seu: desvendando a violência contra a mulher*. São Paulo: Companhia das Letras.

WOMENS AGAINST VIOLENCE AGAINST WOMEN. *What is rape culture?* Disponível em: <<http://www.wavaw.ca/what-is-rape-culture/>>

## ARTIGO 2

***“Foi quase uma peregrinação”*: Os caminhos percorridos por mulheres universitárias que sofreram violências****Resumo**

O objetivo deste artigo foi compreender as trajetórias de mulheres moradoras da Casa do Estudante Universitário (CEU II) que vivenciaram violência, ao longo de suas vidas. A pesquisa, de uma abordagem qualitativa e exploratória, realizou entrevistas e aplicação de questionários abertos com quatro participantes moradoras da casa do estudante universitário, da Universidade Federal de Santa Maria, que vivenciaram violências ao longo de suas vidas. Os dados foram analisados a partir da Proposta Operativa de Minayo que visa a um olhar hermenêutico e dialético. Como resultados, verificou-se que as participantes têm rotas críticas distintas, mas ainda com algumas semelhanças como a quebra do silêncio com pessoas conhecidas e de um círculo afetivo. As falas das participantes foram agrupadas em duas categorias que buscaram compreender como essas trajetórias para romper o silêncio se organizaram e quais respostas obtiveram nesse percurso. Com relação às respostas dos operadores sociais elas foram diversas, desde o acolhimento, à dúvidas e questionamentos com relação às violências experienciadas pelas participantes. Visualizamos a pesquisa como uma via de denúncia e escuta para as participantes.

**Palavras-chave:** rotas críticas; violência; mulheres estudantes.

***“It was almost a pilgrimage”*: The paths taken by university women who suffered violence****Abstract**

The purpose of this article is to understand the critical routes of women living in the Casa do Estudante Universitário (CEU II) who experienced violence. The research was based on a qualitative approach. For this, interviews and open questionnaires were carried out with four participants living in the home of the university student, at the Federal University of Santa Maria, who experienced violence throughout their lives. The data were analyzed based on Minayo's Operative Proposal, which aims at a hermeneutic and dialectical view. As a result, it was found that the participants have different critical routes, but still with some similarities, such as breaking the silence with known people and an affective circle of trust. Only one participant sought the institutional route. The speeches of the participants were grouped into 2 categories that sought to understand how these trajectories to break the silence were organized and what responses they obtained in this path. Regarding the responses of the social operators, they were diverse, from the reception, to doubts and questions regarding the violence experienced by the participants. We viewed the research as a way of denouncing and listening to the participants.

**Keywords:** critical routes; violence; female students.

**Introdução**

O conceito de violência contra as mulheres, fundamentado a partir da definição formulada na Convenção de Belém do Pará (1994), é utilizado pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (BRASIL, 2011). Nesse conceito, a violência contra a mulher diz respeito a “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Art. 1º da Convenção de Belém do Pará). Desse modo, entender que a violência contra a mulher é uma violência de gênero significa compreender que existem relações hierárquicas entre homens e mulheres na sociedade, que os colocam em situações de desigualdade, opressão e exploração (Scott, 1989).

As relações hierárquicas de gênero são alimentadas pelo capitalismo que mantém uma lógica patriarcal em detrimento da condição de vida das mulheres, Santos (2010) aponta em seu excerto o quanto o capitalismo se favorece nas relações de desigualdade e a necessidade de lutar contra esse sistema de dominação-exploração:

O sistema capitalista se beneficia da opressão das mulheres, tanto do ponto de vista ideológico, por meio da reprodução do papel conservador da família e da mulher, como na perspectiva da inserção precária e subalterna no mundo do trabalho. No bojo dessas determinações é necessária uma luta ampliada para obter uma nova condição social, política e econômica para as mulheres, que possibilite igualdade entre os gêneros (SANTOS, 2010, p. 14).

O conceito de violência de gênero abarca diferentes formas de violência que são experienciadas por mulheres, como por exemplo: a violência psicológica, física, moral, patrimonial, o tráfico de mulheres, a violência institucional e a violência sexual. As violências abordadas nesse trabalho foram principalmente a violência sexual (VS) e a violência psicológica, pois correspondem aos dados levantados da pesquisa.

O conceito utilizado para definir VS é amplo, nele estão intrínsecos qualquer ação contra a vontade do outro que obrigue a participar e/ou presenciar, de alguma forma, de interações sexuais ou, ainda, utilizando-se de sua sexualidade com fins de lucro ou outra intenção. Como violência psicológica compreendemos como todo tipo de depreciação, humilhação, discriminação, falta de respeito, punição e, ainda, a utilização das pessoas para compreender as necessidades psicológicas de outra. Dessa forma a violência psicológica se caracteriza por qualquer ação que cause danos ou coloque em risco a autoestima e o desenvolvimento dos sujeitos (CEVS; TAQUETTE, 2007).

Com relação à expressão em números destas violências temos dados alarmantes. A VS é um problema que ocorre no mundo todo. Os dados disponíveis, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), apresentam que uma em cada quatro mulheres já sofreu algum

tipo de violência e que um terço das adolescentes tiveram suas primeiras experiências sexuais de maneira forçada (KRUG et al., 2002).

No ano de 2018, foram registrados 66.041 casos de estupros no Brasil, desse número estima-se que em média 80% foram vítimas do gênero feminino. Esses dados significam que 180 estupros ocorrem diariamente (ABSP, 2019). Estima-se que no Brasil uma a cada três mulheres já sofreram assédio sexual em algum momento de suas vidas (Datafolha, 2017). De acordo com o Mapa da Violência Contra a Mulher (2018) a cada meia hora uma mulher sofre violência psicológica, no mesmo dia uma média de oito casos de VS são encontrados no Brasil. Os índices aumentaram nas últimas décadas, porém, há desafios para mensurar a dimensão deste fenômeno devido às subnotificações, pois, sabe-se que o número de crimes registrados não condiz com a totalidade dos casos.

Várias estratégias que são desenvolvidas para a erradicação da violência no Brasil foram organizadas ao longo dos anos. A Lei Maria da Penha (2006) é fundamental para a construção e consolidação dessas estratégias, sendo elas baseadas na Rede de Enfrentamento À Violência Contra As Mulheres (Brasil, 2011) como por exemplo, capacitação de profissionais, serviços de acolhimento, casas de passagem, delegacias da mulher, notificação compulsória, dentre outras. Para que essas estratégias se tornem efetivas é importante que os serviços construam espaços de apoio e cuidado, baseados na ética e acolhimento de uma rede sólida e articulada (Baragatti et al., 2018; Hanada et al., 2010; Vieira & Hasse, 2017).

Uma forma de compreender quais as trajetórias das mulheres que vivenciaram situações de violência são a partir do conceito de “rotas críticas”. O conceito de rotas críticas busca compreender quais caminhos as mulheres percorrem para romper com a violência (Sagot, 2000). Dessa forma é possível analisar a existência e o acesso a rede de cuidado e serviços, que como efeito de suas ações possibilitam que as mulheres saiam da situação de violência que se encontram.

Uma pesquisa realizada na América Latina por meio da OPAS abrangeu tanto o olhar das mulheres em situação de violência como o dos serviços que elas procuraram, com o intuito de ter uma compreensão mais dinâmica sobre os espaços buscados pelas mulheres, dessa forma foi utilizado o conceito que busca entender as trajetórias empreendidas, conforme Sagot (2000):

“A rota começa com a decisão e determinação das mulheres em apropriar-se de suas vidas e da vida de seus filhos. Seguindo esta rota, conhecemos os fatores que

impulsionam as mulheres na busca de ajuda, às dificuldades encontradas para levar adiante tal decisão, suas percepções sobre as respostas institucionais, e as representações sociais e significados sobre a violência intrafamiliar que existem entre o profissional das instituições que devem oferecer respostas a este sério problema de saúde pública. Por fim, aprendemos sobre suas frustrações e ressignificações que, em muitos casos, levam-as outra vez a situações de violência.” (SAGOT, M.; p.7; 2000).

Entendendo o conceito de rotas críticas como potente no levantamento de redes institucionais e afetivas que as mulheres buscam ajuda para romper a violência, decidimos utilizá-lo de maneira a nos inspirar, usando-o como referência dentro dessa pesquisa, não de forma rígida, mas procurando elucidar as trajetórias e caminhos na busca pelo rompimento do silêncio frente a violência experienciada.

A rota crítica não é única, é múltipla, podendo ter características objetivas como, por exemplo, a identificação e acesso aos serviços disponíveis em cada território, consolidação das equipes para trabalharem com o fenômeno da violência, construção de espaços de acolhimento, condições financeiras para buscar ajuda e o rompimento da violência. Mas a rota crítica também apresenta fatores subjetivos que influenciam na rota empreendida pelas mulheres. Portanto, esses caminhos percorridos não são lineares e únicos, eles são um emaranhado de movimentos que as mulheres que se encontram em situação de violência fazem (Torres, 2018). Dessa forma, pontuamos nossa visão sobre as mulheres que vivenciaram situações violentas, não as colocando num lugar de passividade ou vítima, mas sim num lugar de potência, construção de autonomia e desconformidade frente a situação vivida.

Assim, esse estudo se apresenta importante para atualizar e sistematizar o conhecimento sobre o fenômeno da violência com mulheres universitárias. Também possibilita a compreensão das trajetórias de mulheres moradoras da Casa do Estudante Universitário (CEU II) que vivenciaram violência, ao longo de suas vidas.

## **Método**

Diversas podem ser as formas e estratégias utilizadas para investigar a violência, entretanto, para a presente pesquisa a abordagem qualitativa pareceu ser a estratégia mais adequada pois possibilita compreender questões subjetivas e simbólicas referente ao fenômeno estudado. Conforme Minayo (2009) a pesquisa qualitativa, refere-se a questões específicas, pois se ocupa de um “universo de significados” que fazem parte da realidade social.



No que tange ao campo, a pesquisa foi realizada no município de Santa Maria, na Casa do Estudante Universitário 2 (CEU II), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A casa do estudante 2 foi criada em 1968 e surgiu a partir da necessidade de estudantes de baixa renda, que vinham de outras cidades do estado e não tinham como se manter financeiramente, residir na cidade.

No início a casa tinha apenas um bloco, o bloco 11. Porém, a demanda de moradia estudantil começou a se ampliar, necessitando assim mais vagas para os estudantes. Até o final da década de 70 apenas homens podiam residir. No início dos anos 80, houve uma ocupação de quatro mulheres em um quarto no bloco 12, elas resistiram às pressões sociais e administrativas da universidade e garantiram o direito da moradia e permanência de mulheres na CEU II. Atualmente, existem mais de 2.500 estudantes, sendo eles de níveis de ensino médio, técnico, tecnológico e de graduação.

Foi delimitado que as participantes da pesquisa seriam mulheres, maiores de 18 anos que já viveram situações de violência em algum momento de suas vidas, moradoras da CEU II tendo em vista um recorte contextual das mulheres universitárias. A maioria das moradoras da CEU II perde as referências familiares e territoriais, pois passaram a morar com pessoas desconhecidas e fora de sua cidade natal. Percebemos, dessa forma, um território potente para mapear as trajetórias e percursos, e compreender como se constroem as trajetórias das mulheres, quais as potencialidades e dificuldades encontradas no caminho.

Participaram no total 4 mulheres das quais daremos nomes de flores com o intuito de preservar suas identidades.

Quadro 1. Características sociodemográfica das participantes

<b>Participante</b>	<b>Idade</b>	<b>Raça/etnia</b>	<b>Orientação sexual</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Status de Relacionamento</b>	<b>Sit. Financeira</b>	<b>Violência Vivenciada</b>
<b>Orquídea</b>	22	branca	heterossexual	graduanda	Namorando	Aux. pais	VS
<b>Lírio</b>	26	parda	bissexual	graduanda	Namorando	Bolsa/ aux. pais	VS
<b>Girassol</b>	26	parda	bissexual	graduanda	União estável	Bolsa/ aux. pais	VS

Margarida	22	preta	lésbica	graduanda	Namorando	Aux. pais	Violência psicológica
-----------	----	-------	---------	-----------	-----------	-----------	-----------------------

Referente a produção dos dados é importante ressaltar que a pesquisa foi realizada nos anos de 2020/2021 no período de pandemia da COVID-19. Isso resultou em uma dificuldade de entrar em contato com as participantes, seja por que elas acabaram saindo das CEU II, ou por não terem acesso à internet, ou ainda por estarem na casa de familiares, o que poderia resultar num desconforto em realizar uma entrevista online.

Como estratégia para lidar com essas dificuldades, e acessar as participantes fizemos a divulgação da pesquisa nas redes sociais, em grupos específicos das CEU II e por meio da colagem de cartazes nos blocos das moradias, com a tentativa de abranger o maior número de mulheres. Entendendo a delicadeza do tema e das condições das participantes foi oportunizado à elas a possibilidade de realizar a entrevista via aplicativo de comunicação por áudio ou vídeo (elas escolheram o que as deixavam mais confortáveis) ou, ainda, via um questionário aberto (González-Rey, 2016), no qual poderiam responder por escrito. Todas essas ferramentas para a produção de dados foram baseadas na entrevista de profundidade, no qual as perguntas eram abertas e amplas, e possibilitaram novas perguntas para ir aprofundando as respostas. As perguntas que serviram de base para a produção dos dados foram: *“Em que momento você se deu conta que sofreu uma violência? Pode me contar como se sentiu?”*, *“O que fez quando se deu conta?”*, *“Qual o caminho que você percorreu quando buscou ajuda?”*, *“Como foi para você contar para alguém e/ou procurar ajuda?”*, *“O que você acha importante me contar sobre sua vivência?”*.

Todo o percurso de uma pesquisa precisa levar em conta as singularidades dos participantes. No caso de pesquisas que tenham como participantes pessoas em situações vulneráveis, como é o caso de mulheres que sofreram violência, recorre-se a outros cuidados éticos. Dentre eles, está o compromisso do pesquisador em não proporcionar situações de insegurança ou risco e nem sustentar um discurso que amplie preconceitos e estigmas. A temática da violência exige uma postura empática e cuidadosa do pesquisador, quando se trata de dialogar com mulheres que vivenciaram tais momentos (Mayer; Silva & Santos, 2017).

Com relação à análise dos dados, utilizou-se a análise temática pela Proposta Operativa de Minayo (2014) que é baseada na hermenêutica-dialética e está dividida em dois níveis de interpretação: o primeiro momento diz respeito em entender a totalidade do

contexto, ou seja, levar em consideração os aspectos sócio históricos do grupo que está sendo pesquisado, já o segundo momento é interpretativo.

Com o objetivo de atingir o primeiro nível de interpretação para entender a totalidade do contexto foi enviado às participantes um questionário sociodemográfico a partir do qual conseguimos visualizar melhor alguns aspectos particulares do grupo estudado - mulheres moradoras da CEU II, com condições socioeconômicas vulneráveis, que saíram de seus territórios originais para cursar uma graduação na Universidade Federal de Santa Maria.

O segundo nível de análise, denominado interpretativo, é o ponto de partida e de chegada [...], é o encontro com os fatos empíricos”, ou seja, é uma unidade de concepção sobre o fenômeno (MINAYO, 2014, p. 355). Nesse sentido, buscou-se por meio dos relatos das participantes a partir das entrevistas ou questionários abertos o sentido, as interpretações e as projeções. Nesse segundo momento, se realiza um aprofundamento crítico e reflexivo sobre os dados, a fim de obter uma sintetização do conjunto dos dados com vista à pergunta norteadora: Quais trajetórias as mulheres moradoras da Casa do Estudante Universitário (CEU II) percorreram quando vivenciaram violência?

Chegamos às categorias depois de uma escuta e leitura exaustiva das entrevistas. Três categorias foram criadas com o intuito de compreender o problema da pesquisa. A primeira categoria apresenta as participantes, essas mulheres, múltiplas e que relataram diferentes histórias de vida. Somente a partir dessa apresentação é possível avançar para a segunda categoria, que consistiu em explicar o primeiro passo dessa trajetória - a quebra do silêncio frente à situação de violência. Por fim, mas não com o sentido de esgotar o debate sobre o mapeamento e a compreensão das trajetórias de rompimento da violência, a última categoria traz consigo a resposta dos operadores sociais frente a essa quebra do silêncio.

## **Resultados e discussão**

### **Quem são essas mulheres?**

Antes de apresentarmos as trajetórias percorridas pelas participantes, entendemos necessário apresentá-las e contextualizar brevemente a experiência de cada uma, pois apesar das semelhanças, as histórias carregam consigo singularidades importantes. Escolhemos nomes de flores como forma de manter o sigilo e a privacidade em relação às identidades, as flores escolhidas dizem respeito do que cada uma suscitou na pesquisadora.

Girassol tem 25 anos, identifica-se parda e bissexual. Faz um curso de graduação no centro das Ciências Sociais e Humanas, sonha cursar medicina e estuda a anos para isso. Ingressou na universidade no ano de 2018. Sua renda mensal vem de auxílio dos pais/familiares e da bolsa que tem na universidade. Ela sofreu VS em sua vida adulta por parte de um conhecido.

Lírio tem 26 anos, identifica-se parda e bissexual. Estudou no centro das Ciências Sociais e Humanas, no momento da entrevista estava perto de concluir o curso. Ingressou na instituição no ano de 2016 Sua sobrevivência financeira é a partir de uma bolsa da universidade e auxílio dos pais/familiares. Sofreu VS na vida adulta em diferentes ocasiões por pessoas conhecidas.

Jasmin tem 20 anos, identifica-se preta e bissexual. Também estuda no Centro das Ciências Sociais e Humanas, ingressou na instituição no ano de 2018. Seu auxílio financeiro é com ajuda dos pais/familiares. Sofreu VS na adolescência pelo seu padrasto. As condições precárias da família fizeram com que sua mãe permanecesse com seu padrasto.

Margarida tem 22 anos, identifica-se preta e lésbica. Estudante do Centro de Educação, ingressou na instituição em 2018. Também depende do auxílio dos pais financeiramente. Sofreu violência psicológica por parte de namoradas.

Após apresentarmos as participantes, exploraremos os caminhos empreendidos por elas com a intenção de romper com o silêncio e a violência experienciada.

### **Falar sobre a violência sofrida, o primeiro passo da rota**

Conforme a OPAS (Sagot, 2000) a rota se inicia com a quebra do silêncio, é o momento em que as mulheres conseguem contar a outra pessoa o que estão passando, ou o que viveram. Nesse momento elas podem recorrer vias institucionais, como por exemplo: serviços de saúde, de assistência, ou ainda serviços jurídicos policiais, ou podem apoiar-se em uma rede comunitária, afetiva, que significa romper o silêncio para pessoas próximas das quais sentem-se confiantes, desde amigos, parentes e pessoas importantes dentro das comunidades como líderes comunitários, religiosos dentre outros.

A primeira parada dessa trajetória foi, na maioria das vezes, com a rede comunitária. A primeira pessoa para quem as participantes tiveram coragem para contar sobre a violência vivenciada foram mulheres, algumas eram amigas e outras familiares.

*“eu acabei contando pra duas amigas minhas, .. uma delas que conhece um dos caras que enfim, fez o que fez, e a outra é uma amiga minha de SM, eu cheguei a comentar com elas sim que eu tinha me dado conta que isso tinha acontecido enfim, e foi só o que eu consegui fazer assim” (Lírio)*

*“E quando aconteceu eu conversei com as minhas amigas e perguntei se isso acontecia com elas, que que era para eu fazer e tal, e aí uma amiga minha falou que que eu tinha que conversar com ela” (Margarida)*

No caso de Jasmim, que sofreu VS na adolescência, a primeira pessoa com quem ela se animou a conversar foi com sua mãe. Como o responsável pela violência era seu padrasto, a ajuda de sua mãe foi essencial para que as provocações feitas por ele parassem.

*“Sempre contei tudo para minha mãe, ela cobrava e sóbrio e ele dava sempre as mesmas desculpas de que não tinha intenções comigo, apenas carinho” (Jasmin)*

Girassol teve um processo bastante particular com relação às outras participantes. A demora em nomear o que lhe havia ocorrido e compreender que havia vivenciado uma VS, fez com que o caminho percorrido por ela fosse primeiro por uma via institucional - mas ainda assim sem a quebra do silêncio frente a violência (já que ela não sabia o que tinha ocorrido de fato). Buscou ajuda a partir da Profilaxia Pós-Exposição de Risco (PEP) que consiste no uso de diversos medicamentos para reduzir o risco de contrair Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Sentia-se desconfortável e viu na PEP uma medida de segurança, dessa forma ela foi a única das participantes que recorreu a meios institucionais.

Passado 36 horas da VS ocorrida, ela procurou uma Unidade de Saúde com o intuito de realizar a Profilaxia Pós-Exposição de Risco (PEP). Da Unidade foi encaminhada ao Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA). Girassol tomou a medicação durante 28 dias, a participante relatou:

*“Eu não consegui falar com ninguém, não consegui falar nada e fui pesquisar sobre, foi aí que eu descobri que existia e chegando lá, foi quase uma peregrinação assim...” (Girassol)*

Meses depois, uma pessoa muito próxima a ela sofre uma VS com as circunstâncias muito semelhantes a que ela havia vivido. Foi a partir do aconselhamento e do cuidado a essa mulher próxima a ela que conseguiu relatar que já tinha sofrido uma VS. Ela buscou ajuda para essa pessoa, inicialmente indicou que fizesse a PEP. Sobre a situação de VS sofrida pela amiga, Girassol relatou:

*“Nisso eu vi que a gente tratou o físico, você dorme, você chega e dorme. Viva você vai ficar sim, sem nenhum problema, óbvio que a saúde mental estava comprometida e é óbvio que a minha também tava. Mas é mais fácil ver do outro, no caso da outra, que era ela, ela é minha bebezinha (...)” (Girassol)*

Quando ela se dá conta que a saúde mental de ambas estava fragilizada - por consequência das violências sofridas - ela decide procurar ajuda psicológica para essa mulher próxima.

*“E aí quando eu vi que ela tava se punindo, foi aí que eu procurei, eu procurei alguma coisa, porque eu sei pesquisar no google, entendeu? Como é que as pessoas não conseguem pesquisar, eu realmente não sei. Aí eu coloquei "apoio psicológico estupro", aí apareceu o mapa do acolhimento e foi aí que eu fiz a inscrição. Aí, depois disso eu contei para a mãe dela, contei pra ela, porque depois a mãe dela ficou sabendo, enfim, uma confusão danada. E foi aí que eu consegui contar para alguém da família, mas contar não como alguém que precisa de ajuda, sempre contei como alguém que superou e de alguma medida eu já tinha superado (...)”. (Girassol)*

Girassol consegue acolher e entender melhor o que aconteceu com outra mulher do que consigo, e isso foi um fator fundamental para encontrar ajuda para si mesma, perceber as coisas que lhe machucavam. Ressaltamos novamente que ela levou tempo para dar-se conta que o que tinha vivido era uma VS - assim como as outras participantes - a particularidade do caso de Girassol é que ela diz sem dizer, ela quebra o silêncio sem dar nome ao que tinha ocorrido, ela espera que alguém nomeie para ela o que naquele momento não estava sendo possível sozinha.

Nessa seção relatamos brevemente onde e com quem as participantes quebraram o silêncio e pediram ajuda com relação à violência que tinham vivenciado. Ainda, inspirando-nos em estudos sobre as rotas críticas, outro passo importante para compreender o trajeto das participantes é buscar a resposta que elas obtiveram nos espaços que quebraram o silêncio e/ou pediram ajuda. Como as pessoas e/ou serviços reagiram ao relato e experiência das participantes?

### **A resposta dos operadores e dos serviços**

Chamaremos de operadores sociais toda e qualquer pessoa que fez parte da trajetória das participantes, podendo ser trabalhadores institucionais, amigos, conhecidos e familiares. Os operadores sociais são peças chave no percurso que as mulheres empreendem, pois é por meio de suas respostas que as mulheres encontrarão ou não, auxílio, apoio e cuidado. Ressaltamos que operadores institucionais se baseiam na própria estrutura institucional, com normas e regras específicas para o cuidado com as mulheres que sofreram violência, mas também suas respostas frente a essas mulheres podem envolver ações individuais, que podem chegar a ser de cunho moral ou de construções familiares e sociais (Torres, 2018).

Como visto na seção anterior, os operadores que mais apareceram nas falas das participantes foram pessoas próximas à elas, configurando-se em uma rede afetiva e

comunitária. As amigas foram as pessoas com quem elas sentiram-se confortáveis para desabafar, mas as respostas frente aos relatos são significativas para compreender como essas mulheres podem sentir-se frente ao ocorrido. Ou seja, as reações das pessoas para quem elas contaram sobre a violência colaboraram para a elaboração (ou não), para a tomada de ação e para a expressão de sentimentos.

Margarida relata:

*Então quando eu contei a reação das pessoas foi tipo “okay é um abuso tem que conversar com ela” só que trataram com descaso sabe, não sei se era porque era uma mulher e eu também sou uma mulher, Ou se era porque não chegou até a violência física sabe, mas foi como se fosse uma coisa simples sabe, como se fosse um uma tempestade num copo d'água.*

Percebe-se que Margarida sente que a violência vivenciada por ela foi em certa medida desvalorizada pelos operadores, em seu relato apontou que essa desconsideração diz respeito a natureza da violência, ao fato de ter sido cometida por uma mulher e da participante ser lésbica. Esse tipo de resposta pode ser um fator que inibe as mulheres a recorrer ao espaço institucional, ou ainda se sentirem validadas com relação aos sentimentos gerados a partir da experiência de violência.

Pesquisas apontam que o tema da violência conjugal entre mulheres lésbicas é pouco explorado, invisibilizado e, ainda, marginalizado, tendo poucas ações e propostas frente ao problema. Tais aspectos podem colaborar e acarretar na não realização da denúncia, no silenciamento e no enfrentamento de um duplo estigma, o de uma mulher lésbica e o de vítima de uma violência (Santos, 2012; Santos, Freitas & Ceara-Silva, 2019).

É importante destacar que vivemos em uma sociedade heteronormativa, ou seja, com normas sociais a partir do padrão da heterossexualidade, que submete os sujeitos a se enquadrarem no binarismo de gênero - homem x mulher - e nas relações afetivas heterossexuais. Isso nega, invisibiliza outras múltiplas identidades e narrativas. O estigma que diferentes sexualidades que fogem à norma carregam, produz violência e um trauma social que conduz à repetição da violência. Esse trauma deriva da “dificuldade de assimilação subjetiva que escapa à norma” (Poll, Alves & Perrone, 2018).

Já Lírio contou para duas amigas, uma delas tinha uma relação próxima com o abusador, isso gerou medo de não ser compreendida e acolhida, mas a realidade foi diferente. A outra amiga não conhecia quem cometeu a VS, isso parece ter feito ela se sentir mais confortável para relatar:

*“(...) ela super entendeu, ela acreditou em mim, me deu forças assim, foi super empática, super amiga mesmo, foi só meu medo mesmo, mas o medo não correspondeu à realidade assim (...)”.*

*E a minha outra amiga que não conhece os meninos, .. já foi mais tranquilo assim, (...) a gente é bem próxima e ela tbm foi super empática, super me entendeu, super me deu forças e tal, foi.. não tenho do que falar assim, porque elas foram muito legais”*

Em vários momentos da entrevista Lirio relatou que sempre foi muito difícil falar sobre o assunto, que isso causava choro, tristeza. Conseguir falar para as amigas e ser acolhida é um fator de cuidado importante que essa rede afetiva pôde dar a ela. De acordo com estudos, as mulheres se sentem cuidadas quando são acolhidas, pois têm suas queixas ouvidas, se sentem à vontade para expressar seus sentimentos sem se sentirem julgadas (Baragatti, et al., 2018).

No caso de Jasmin, que recorreu a sua mãe, ela relatou:

*“Eu sempre tive um bom diálogo com minha mãe, ela sempre me apoiou muito e por isso era fácil contar que eu sentia nojo do meu padrasto, e o fato dela ter cobrado ele diversas vezes pode ter dado uma falsa sensação de segurança na época”.*

*“Minha mãe dependia financeiramente do meu padrasto, por isso eu entendo o porquê daquela situação ter se estendido por tanto tempo” (Jasmim)*

Uma pesquisa realizada no nordeste do país, que tinha por objetivo analisar as redes institucionais e afetivas empreendidas pelas mulheres do sertão, apontou que a rede familiar é vista como um dos principais suportes, no sentido de proteção às mulheres desde questão de agressões físicas, sexuais, mas também com relação ao suporte emocional e financeiro. Os autores ressaltam que nem sempre a família oferece a ajuda necessária, mas quando a oferece essa se caracteriza como eficaz (Scott et al, 2016).

Outro elemento a ser observado na experiência de Jasmim é referente às condições socioeconômicas, que foram um fator importante para que seu padrasto seguisse convivendo com ela e com sua família, pois sua mãe dependia dele financeiramente. Nessas situações nas quais as mulheres se veem submetidas a determinadas condições financeiras, buscar a via institucional se torna mais custoso e delicado pois elas se encontram em uma situação de dependência (Scott et al, 2016). Dessa forma a resolução por parte das mulheres acaba muitas vezes se dando na via individual e familiar, fortalecendo a ideia de que a violência contra as mulheres deve ficar em um ambiente íntimo e privado.

Girassol relatou sua trajetória como uma peregrinação quando busca a unidade de saúde - “o posto” - para a PEP, a médica que a atendeu disse: *“que não era verdade, que não*



*tinha sido da forma como ela estava falando*”, duvidando de Girassol. Ao longo da entrevista relatou que decidiu deslocar um pouco sua história para conseguir um atendimento mais rápido:

*“(...) eu tipo, desloquei um lugar, não falei onde foi de fato, falei que foi em outro lugar. Mas a narrativa foi: bebi e acordei. (...) Então se eu cheguei lá, não tinha ninguém, só tinha eu. No horário que eu tinha chegado já havia passado as consultas, elas não me atenderam. Ai eu desloquei a história, criei uma narrativa... Ai eu fui atendida por 5 minutos (...) Infelizmente tem um jeito de lidar que não se preocupa com o paciente. ”*

Um ponto importante para análise é a desconfiança inicial da médica, não sendo uma ação acolhedora baseada nos princípios éticos e de cuidado do Sistema Único de Saúde (SUS). Algumas pesquisas apontam para o despreparo das equipes profissionais ao lidarem com casos de violência, ou de exposição sexual, seja com relação a falta de empatia com as mulheres que sofreram violência (Machado & Freitag, 2021), ou, ainda, pelo fato do cuidado, desenvolvido pelos profissionais, estar imbuído de questões morais e, na maioria das vezes, ser somente voltado para as condições físicas da saúde, negligenciando aspectos psicológicos (Souza et al., 2018)

Após esse evento na unidade de saúde ela é encaminhada para outra cidade para realização da PEP, logo ao chegar no prédio do CTA uma situação inusitada faz com que Girassol se sinta constrangida, quando pergunta para o porteiro do prédio onde fica a sala do CTA:

*Eu falei "olha, tô com esse encaminhamento, é onde?!" Ele saberia, eu sei que ele saberia, ele trabalha lá. Ele gritou tipo "ah, lá oh! Sobe aí, vai ter um tanto de gente na mesma situação". Sabe, tipo expondo desse jeito e é isso assim (Girassol)*

Passado um tempo, quando ela se dá conta que a parte física está bem, mas sua saúde mental está fragilizada, ela busca o Mapa do Acolhimento, que consiste em encontrar psicólogas disponíveis para atendimento clínico voluntário às mulheres que sofreram algum tipo de violência. Meses após sua inscrição no mapa ela consegue atendimento psicológico, no qual está até hoje, relatou que sentiu suas demandas acolhidas pela psicóloga e que conseguiu criar um bom vínculo ao longo desse tempo.

Um ponto significativo nas trajetórias das participantes é que nenhuma buscou a realização da denúncia frente às violências que lhes ocorreram. Três falas apontam reflexões importantes sobre a questão da denúncia:

*“[...] eu não tive essa oportunidade de fazer, por ter me dado conta muito tempo depois, e saber como funciona a questão da justiça brasileira, principalmente da questão da vs que eu não queria me desgastar a esse ponto” (Lírio).*

*“[...] não quero mover nenhuma forma de ação jurídica institucional e isso tem a ver, eu acabei de perceber isso de verdade, isso tem a ver com o fato de eu ter procurado esse lugar burocrático institucional e tipo, as pessoas estão se fudendo [...] pra mim é muito mais simbólico e significativo sensibilizar do que procurar uma instância”. (Girassol)*

*“[...] eu tenho lugar de não querer expor a minha imagem, esse lugar é um lugar importante, de auto proteção sabe?, mas eu não sei, se eu não tivesse um pai ou uma mãe, eu não sei se eu não iria querer mover uma ação, e denunciar, na moral”. (Girassol)*

A decisão de não denunciar veio por medo de retaliações, pela morosidade do sistema judicial e também pela exposição que sua vivência teria no seu meio. Isso mostra a fragilidade das instituições frente a um Estado burguês que corrobora para que as mulheres permaneçam em situações violentas. Dessa maneira, a aposta que as participantes fazem é na rede afetiva com a esperança de acolhimento, escuta e aceitação.

Percebe-se que todas as pessoas referidas pelas participantes foram outras mulheres, isso nos leva a reflexão da potência que as relações entre mulheres podem estabelecer em suas vidas. Uma rede de conexões, apoio entre esses pares. A autora Silvia Federici (2019) aponta-nos o quanto as relações de amizade entre mulheres foi uma ação de resistência e fortalecimento frente a diferentes ofensivas do sistema patriarcal. Porém, dito isto, não podemos deixar de fazer a crítica que nós mulheres acabamos tendo apenas umas às outras para se apoiar nas situações difíceis, já que o Estado e as instituições pertencentes à ele se apresentam faltantes no que tange o fim da violência contra as mulheres.

### **Algumas considerações**

Ao longo dos trechos mencionados, é possível compreender a necessidade de relações de confiança e afeto para que essas mulheres se sintam seguras para relatar suas experiências de violência. Nos casos em que esse lugar de acolhimento foi assegurado às mulheres, elas não se sentiram sozinhas. A credibilidade do outro é fator essencial para que elas não se sintam culpabilizadas e revitimizadas.

Em determinados casos, mesmo que houvesse um lugar de afeto e confiança, algumas respostas dos operadores as questionaram, duvidaram, ou negligenciaram certos aspectos referentes à violência vivida. Essas formas de respostas dos operadores podem ocorrer por diversos fatores como por exemplo, valores morais, despreparo emocional para lidar com a

situação, desconhecimento sobre violência, etc. Não é o objetivo deste estudo compreender as motivações dos operadores que não conseguiram acolher da melhor maneira possível essas mulheres, cabe a nós refletirmos o quanto a violência faz parte do nosso cotidiano a ponto de ser naturalizada e, muitas vezes, até banalizada por pessoas próximas. Isso influencia na trajetória das mulheres que sofrem violência. Com relação aos operadores que são profissionais de serviços institucionais o despreparo pode estar relacionado à própria formação desses trabalhadores ou, até mesmo, à uma lógica institucional, que permite e fortalece a revitimização das mulheres de acordo com a política vigente, que é conservadora e neoliberal, tratando as mulheres como produtos e objetos não qualificando espaços de suporte e cuidado.

Mesmo entendendo que as redes afetivas, com o acolhimento, e a escuta são de grande importância para as mulheres romperem o silêncio frente à uma violência, algumas participantes trilharam percursos solitários, individuais, lidando em diversos momentos sozinhas com seus sentimentos e possibilidades de resolução de conflitos. Isso não as coloca como vítima, pelo contrário mostra uma força e coragem no enfrentamento da violência. Não estamos dizendo aqui que as mulheres precisam passar por esse momentos sozinhas - o que seria um grande erro - estamos apontando a potência dessas mulheres na busca por respostas frente às suas experiências.

Outro ponto importante é que nenhuma das participantes denunciou em meios legais os agressores, ou seja, esses dados não foram nem registrados em meios institucionais. Compreendemos assim, que as políticas neoliberais não dão conta da complexidade da violência de gênero, pois elas não captam/absorvem as mulheres em suas reais demandas. Ainda promovem a lógica de um sistema tecido pela violência simbólica e pela dominação masculina (Bourdieu, 2012), por meio da desigualdade, da falta de acesso e do não investimento em políticas sociais, permitindo e mantendo as mulheres em situações de violência.

Esse é um grande problema que deve ser superado e para que isso aconteça é necessário produzir serviços mais qualitativos e que acolham as mulheres, valorizando suas vivências e relatos, protegendo-as e não culpabilizando-as pelos acontecimentos violentos. Também é necessário modificar a forma como o sistema de produção se organiza a partir do capitalismo, pois trata-se de um sistema que perpetua relações de exploração e violência de

gênero desde sua fundamentação. Apontamos para a necessidade de construir novas formas de relações sociais e humanas.

Por fim, mas não obstante, é preciso entender que mesmo que não tenha havido uma denúncia, junto aos dispositivos legais, ao longo das conversas com as participantes pode-se perceber o lugar da pesquisa como lugar de denúncia, de declaração e de confiança. A pesquisa se tornou um lugar que ocupou o institucional, fazendo com que essa trajetória empreendida pelas mulheres tivesse uma parada, um cruzamento com a pesquisa, potencializando ainda mais esse encontro entre a pesquisadora e as participantes, construindo mais um laço nessa rede de afetos e confiança.

## Referências

Baragatti, D. Y, Carlos, D. M., Leitão, M. N. da C., Ferriani, M. das G. C. & Silva, E. M. (2018). Rota crítica de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 26 (e3025). <https://doi.org/10.1590/1518-8345.2414.3025>

Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina*. 11. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Título original: *La domination masculine*.

BRASIL. (2011). Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília, 2011.

BRASIL. (2011). Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Rede de Enfrentamento À Violência Contra As Mulheres*. Brasília, 2011.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019*. São Paulo, 2019.

González Rey, F. (2017). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos da construção da informação*. 1ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

Krug, E. G. et al. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2002. Título original: *World report on violence and health*.

Machado, L. P., Freitag, V. L (2021). Cuidado de enfermagem a mulher vítima de violência sexual: uma revisão integrativa da literatura. *Research, Society and Development*, 10(2) e33210212595. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12595>

Mayer, A. S., Silva, S. L., Santos, S. S. Researches on the disclosure of sexual violence: ethical and methodological paths. In: Débora Dalbosco Dell'Aglio; Silvia Helena Koller. (Org.). *Vulnerable Children and Youth in Brazil: Innovative Approaches from the Psychology of Social Development*. 1ed.: Springer, 2017, v. 1, p. 120-150.

Minayo, M. C. S. (2009). O desafio da pesquisa social. In: Minayo, Maria C. S.; DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14 ed. São Paulo. Hucitec, 2014.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). (1994). Convenção Belém do Pará. *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher*. 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/d1973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm). Acesso em: jun, 2019.

Poll, M. von M., Alves, F. de O. Perrone, C. M. (2018). Violência de gênero: Uma discussão sob a perspectiva de trauma cultural. *Interação em Psicologia*, 22(02) DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v22i2.50001>

Sagot, M. (2000). *Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar em America Latina : Estudeos de caso de diez paises*. Organización Panamericana de la Salud. San José, 2000.

Santos, A. C. (2013). ‘Entre duas mulheres isso não acontece’ – Um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 98. 2013, Acessado em: 07 abril 2021. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/4988>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.4988>

Santos, N. C. R. dos, Freitas, R., Ceara-Silva, G. L. (2019). Violência conjugal lésbica: relatos de assistentes sociais que atendem mulheres na cidade de Niterói. *Serviço Social & Sociedade*, 134, 124-141.

Santos, S. M., Oliveira, L. (2010). Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. *Revista Katalisys*, Florianópolis, 2010.

Scott, J. W. (1995) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, Porto Alegre. p. 71-99. 1995. Tradução: Guacira Lopes Louro, versão em francês. Revisão Tomaz Tadeu da Silva, de acordo com o original em inglês. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>

Scott, P., Nascimento, F. S., Cordeiro, R., & Nanes, G. (2016). Redes de enfrentamento da violência contra mulheres no Sertão de Pernambuco. *Revista Estudos Feministas*, 24(3), 851-870. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p851>

Souza, E. G. de, Tavares, R., Lopes, J. G., Magalhães, M. A. N., & Melo, E. M. de. (2018). Atitudes e opiniões de profissionais envolvidos na atenção à mulher em situação de violência em 10 municípios brasileiros. *Saúde em Debate*, 42(spe4), 13-29. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-11042018s401>

Taquette, S. et al. (2007). *Mulher Adolescente / Jovem em Situação de Violência: propostas de intervenção para o setor saúde módulo de auto-aprendizagem*. p. 128, 2007.

Torres, I. (2018). *A interferência dos operadores sociais nas rotas críticas das mulheres em situação de violência na américa latina: uma revisão sistemática*. 30 p. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Psicologia)-Faculdade Integrada de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.

## ARTIGO 3

***“Vai ser uma dor que eu vou carregar para o resto da vida”*: as  
repercussões da violência na vida de mulheres jovens universitárias**

**Resumo:** A violência contra a mulher é um fenômeno complexo. Entende-se que ele se constrói a partir de uma estrutura social de dominação e exploração por meio do racismo, capitalismo e patriarcado. A violência deixa diferentes marcas e cicatrizes na vida de mulheres, por isso o presente manuscrito tem como objetivo compreender as repercussões provocadas/geradas pela violência contra a mulher. Para isso foi realizada uma pesquisa qualitativa com mulheres universitárias que moravam na Casa do Estudante Universitário em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Na análise dos dados se utilizou a hermenêutica-dialética a partir da proposta operativa de Minayo. Como resultados percebemos que a violência gera traumas e para sobreviver a eles é preciso encontrar estratégias subjetivas de sobrevivência. Esse trauma gerado pela violência vivenciada é fortalecido e cristalizado a partir do descrédito. O conceito de descrédito será um fio condutor de nossa análise pois ele nos apresenta as diferentes repercussões que violência pode gerar. Por fim, apresentamos que o trauma é também social e que o descrédito se faz presente na nossa estrutura social promovendo a repetição de eventos violentos e a invalidação das experiências das mulheres.

Palavras-chave: Violência; trauma; descrédito

***“It will be a pain that I will carry for the rest of my life”*: the repercussions  
of violence in the lives of young university women**

**Abstract:** Violence against women is a complex phenomenon. It is understood that it is built from a social structure of domination and exploitation through racism, capitalism and patriarchy. Violence leaves different marks and scars in women's lives, so this manuscript aims to understand the repercussions caused/generated by violence against women. For this, a qualitative research was carried out with university women who lived at the University Student House in a city in the interior of Rio Grande do Sul. In the data analysis, dialectic-hermeneutics was used based on Minayo's operative proposal. As a result, we realize that violence generates traumas and to survive them it is necessary to find subjective survival strategies. This trauma generated by the violence experienced is strengthened and crystallized from discredit. The concept of discredit will be a common thread in our analysis because it presents us with the different repercussions that violence can generate. Finally, we present that trauma is also social and that discredit is present in our social structure, promoting the repetition of violent events and the invalidation of women's experiences.

keywords: violence; trauma; denial.

*“Escutar a dor do outro significa, antes de tudo, suportá-la e reconhecê-la.”*  
(Antonello, 2016)

## **Introdução**

Entendemos a violência contra as mulheres como um fenômeno presente “no tecido social de uma sociedade estruturalmente patriarcal-racista-capitalista” (Cisne; Oliveira, 2017 p. 78). Apesar da violência contra a mulher ainda ser associada erroneamente ao âmbito doméstico, diz respeito às relações sociais que são estabelecidas através da raça, classe e gênero. Ainda, Cisne e Oliveira (2017) nos trazem a questão da objetificação e da sexualização do corpo das mulheres, o que promove sermos vistas e tratadas enquanto objeto e/ ou coisa. Ao encontro desse pensamento, Muniz (2017, p. 39) afirma que: “as mulheres são depreciadas, desvalorizadas, desconsideradas como pessoas com direito a ter direitos. São reduzidas à propriedade de alguém, a coadjuvantes históricas, a complemento na vida social, a objeto da satisfação masculina”.

A violência está mais próxima e é mais comum do que possamos imaginar, só no ano de 2018 uma mulher foi morta a cada hora (Ipea, 2020). Outro dado alarmante é que ocorreu um estupro a cada oito minutos no Brasil em 2019. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública ainda aponta o aumento da violência contra as mulheres na pandemia de Coronavírus. Os dados estarrecedores sustentam o quanto a violência é um grave problema social que precisa ser debatida, explorada e principalmente superada.

A violência contra as mulheres não pode ser naturalizada, as experiências violentas que cada mulher enfrenta ao longo de sua vida deixam profundas cicatrizes. Muitas vezes existem feridas ainda abertas e é necessário nos atentarmos a elas, pois entendemos que quando uma mulher sofre uma violência isso reverbera no meio social que estamos inseridos. Sabemos que são várias consequências que a violência contra as mulheres pode acarretar, desde questões de saúde física à saúde mental (Minayo, 2006). Dessa forma o presente estudo tem como objetivo compreender as repercussões provocadas/geradas pela violência contra a mulher a partir de uma pesquisa qualitativa.

Nesse sentido vamos olhar para essas marcas, cicatrizes e repercussões geradas pela violência, entendendo-a como um evento brutal na vida das mulheres, como diz Muniz (2017, p. 38) a violência “é uma ferida aberta e exposta em nosso cotidiano social. É uma chaga que sangra e ressangra, que é aberta e reaberta, que não cicatriza.” A partir do exposto para compreender as repercussões da violência vamos nos validar de alguns conceitos baseados no pensamento de Sándor Ferenczi.



Escolhemos Ferenczi pois trata-se de um pensador político do campo da psicanálise (Gondar, 2012), que olha para as particularidades dos sujeitos, mas também compreende a importância da relação com o outro e com o mundo que o rodeia. Ferenczi sai de um lugar de apenas observador, mas se propõe sentir com o outro, se fazer presente na relação da escuta, isso também demonstra o lugar que esta pesquisa se depara, que foi a partir do encontro, do se deixar impregnar pela dor e experiência das participantes que foi possível construir uma análise no campo da pesquisa qualitativa.

Um dos conceitos importantes que permeiam nosso estudo é a questão do trauma e dos desfiladeiros que ele ocasiona, é sob essa lente, a da traumatologia que olharemos para as repercussões da violência. Ferenczi (1933;1992) acrescenta compreensões fundamentais para a teoria do trauma, para o autor o trauma passa por dois momentos. O primeiro, o da experiência que carrega consigo uma energia intensa da ordem do irrepresentável, e o segundo que consiste em buscar a explicação, ou uma interpretação do outro, sobre o que lhe acabara de ocorrer, objetivando compreender a experiência vivenciada. Esse outro importante na relação com o sujeito o desacredita, o desautoriza e o desmente. É nesse segundo momento - que Ferenczi considera o mais importante na carga desestruturante do trauma - no qual o sujeito que experiencia o trauma é desacreditado pelo outro. O sujeito tentando lidar, sobreviver com o que lhe acaba de ocorrer precisa encontrar formas psíquicas para lidar com a situação e acaba ocorrendo a clivagem - fragmentação (Câmara, 2013; Antonello, 2016).

Antes de buscarmos compreender mais a fundo essa fragmentação que ocorre com o sujeito traumático, cabe ainda voltar a um ponto muito importante para nós sobre a teoria do trauma em Ferenczi, que é a relevância colocada na *relação*, pois é por meio dela que esse trauma pode ser desestruturante para o sujeito - a partir do descrédito. Ferenczi elucida de forma mais contundente a importância da relação no processo traumático em seu texto “Confusão de línguas entre os adultos e as crianças”, de 1933. Gondar (2017) explicita de forma muito didática em seu texto “*O desmentido e a zona cinzenta*” como isso repercute no sujeito que sofreu o trauma:

“Sem conseguir dar sentido ao que para ela não faz sentido, sem ter o seu relato, o seu sofrimento ou a sua própria percepção das coisas reconhecidas, a criança passa a duvidar do que houve, do que sente, do que percebe no mundo. O desmentido

não é apenas uma questão de palavra: são os afetos de um sujeito, o seu sofrimento, e ele próprio enquanto sujeito que está sendo desmentido (Gondar, 2017, p. 91)”.

Pensemos numa dor, uma dor muito intensa, na qual seja insuportável para o sujeito conseguir lidar e/ou coexistir com ela, para sobreviver o único recurso possível a esse sujeito é cortar sua própria carne -retirar a parte que dói - isolando esse pedaço de si. Isso seria de certa forma a fragmentação do sujeito traumatizado (Antonello, 2016).

Ferenczi (1992) nos aponta sobre a fragmentação que:

“(…) é a única forma que o sujeito encontra de poder suportar uma dor impossível de ser suportada, pois cada fragmento sofre por si mesmo; e a unificação insuportável de todas as qualidades e quantidades de sofrimento é eliminada.”

Aumenta-se a superfície para diminuir o impacto e assim se torne possível suportar as partes estilhaçadas da dor (Knobloch, 2020). A questão é que quando esse sujeito arranca parte da carne que lhe dói - ainda é a *sua* carne, ou seja, ele não retira apenas a dor mas retira parte de si. Knobloch (2020) nomeia de fragmentário o espaço destinado a esses fragmentos, apontando que o fragmentário é o que escapa às conexões, o que existe nele são rupturas, não havendo possibilidade de significação ou elaboração.

A fragmentação que ocorre com o sujeito traumatizado tem um trabalho de destituir o Eu de sentido, o sujeito desaparece nesse fragmento, há aqui uma ausência de si - lembremo-nos do papel fundamental que a desautorização tem para que o sujeito perca o pertencimento de si mesmo. Ele não acredita mais no seus sentidos frente ao que lhe ocorreu, gerando uma dúvida sobre sua percepção de mundo e seus sentimentos frente a ele. (Knobloch, 2020; Antonello, 2016). Essa fragmentação que ocasiona um apagamento de si, faz com que as memórias referentes ao evento traumático fiquem turvas ou até mesmo esquecidas. No lugar de si, há uma incorporação do outro.

Gondar (2017) nos propõe olhar para outro mecanismo de reação ao trauma que decorre do abandono de si, principalmente quando estamos nos referindo a situações de violência. É o mecanismo da incorporação do agressor. Não se trata de uma identificação no sentido da díade: agredido tornar-se agressor, o que Ferenczi aponta é mais complexo que uma identificação superficial, por isso chama-se incorporação.

Para compreender a proposta do autor, retomamos a noção de desautorização/descrédito. Quando uma pessoa sofre uma violência há um trauma que ocorre na ordem física e psíquica, a desautorização se localiza na violência de ordem psíquica (interna). Quando essa violência é cometida por alguém de seu círculo de confiança, o sujeito é violado para

além do físico, pois vê sucumbir às suas referências subjetivas construídas nesse espaço que deveria ser seguro. No momento em que é desacreditado/desautorizado ele deixa de acreditar em si e passa a validar e submeter-se ao olhar e desejo desse outro, já que o seu desejo foi totalmente invisibilizado/invalidado (Gondar, 2017).

Pinheiro (2020) nos ajuda a entender essa identificação/incorporação com agressor na situação de violência de maneira didática:

“[...] Essa fala que acha que pode falar do outro com uma certeza total e absoluta, de quem é esse outro, em que o outro não necessariamente se reconhece, mas onde fica fascinado pela ausência da dúvida. Esse outro vai aderir a uma fala na qual ele já não sabe mais quem é, caindo na falta de certeza sobre si. (...) É fascinante alguém dizer quem sou com tamanha certeza que nem eu mesmo tenho” (Pinheiro, 2020, p. 185)

Ou seja, a incorporação do agressor se dá por meio da desautorização/desacreditado, nisso o sujeito perde o pertencimento sobre si mesmo. O agressor nessa relação não é alguém que não importa ao sujeito, mas sim alguém significativo, para não perdê-lo internaliza a culpa do agressor para si e acredita na verdade do outro (Pinheiro, 2020; Gondar, 2017).

A partir dos conceitos expostos da teoria do trauma de Ferenczi (1992), olharemos para as repercussões que violência gerou na vida das mulheres, repercussões essas que podem estar numa ordem do real ou do simbólico. Buscar compreender essas repercussões é uma maneira de nos aprofundarmos no fenômeno da violência e também de denunciá-lo, pois não nos cabe aqui sermos imparciais frente a banalização que tem se mantido sobre a violência contra as mulheres na sociedade, o que se prova a partir do exponencial agravamento do problema.

## Método

Para Minayo (2009) a metodologia da pesquisa diz respeito ao “caminho pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (p. 14), ou seja, quando se trata de um estudo social a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias. Ainda, de acordo a autora, a metodologia de uma pesquisa envolve questões maiores que as técnicas, pois estão inseridas as concepções teóricas da abordagem articuladas com a teoria e a realidade.

Dessa forma, foi realizada uma pesquisa qualitativa que teve como objetivo compreender as repercussões provocadas/geradas pela violência de gênero experienciada por

mulheres universitárias. Visualizamos a pesquisa qualitativa como potente, pois possibilita compreender fenômenos objetivos, mas também subjetivos sobre a realidade (Gerhardt; Silveira, 2009). Nesse mesmo sentido, Minayo (2009, p.91) aponta-nos que a pesquisa qualitativa se ocupa de um “universo de significados” que fazem parte da realidade.

A pesquisa foi realizada com estudantes da Universidade Federal de Santa Maria, especificamente com as moradoras da Casa do Estudante Universitário 2 (CEU II) da cidade de Santa Maria. O grupo foi escolhido como um recorte espacial da Universidade Federal de Santa Maria, assim como por serem mulheres de diferentes regiões do estado e do país que poderiam contribuir com aspectos de realidades distintas, mas ao mesmo tempo aproximando-se por uma questão de classe social - moradoras da CEU II precisam ter um benefício socioeconômico aprovado pela instituição que evidencia uma questão de dificuldades financeiras.

O ano da produção das informações da pesquisa foi concomitante à explosão nacional da pandemia de COVID-19, os estudantes da CEU II tiveram um pedido a partir de uma portaria que solicitava a saída da casa do estudante por conta da dificuldade da instituição manter as condições sanitárias de não propagação do vírus. Dessa forma, muitas e muitos estudante retornaram para sua cidade natal. Esse foi percebido como um grande desafio para chegar ao público da pesquisa. Dessa forma, foi produzido cartazes e uma arte digital, convidando as mulheres a participarem.

Tivemos o total de quatro participantes na pesquisa. A fim de proteger as identidades decidimos nomeá-las como flores, segue o quadro com algumas informações sobre cada uma:

Quadro 1. Informações sobre as participantes

Participante	Idade	Raça/etnia	Orientação sexual	Escolaridade	Status de Relacionamento	Sit. Financeira	Violência Vivenciada
Margarida	22	preta	lésbica	graduanda	namorando	Aux. pais	Violência psicológica
Lírio	26	parda	bissexual	graduanda	namorando	Bolsa/ aux. pais	VS
Girassol	26	parda	bissexual	graduanda	União estável	Bolsa/ aux. pais	VS
Orquídea	22	branca	heterossexual	graduanda	namorando	Aux. pais	VS

Para a construção dos dados realizamos entrevistas, com base na proposta de entrevistas de profundidade, de Minayo (2009, p. 65), que as compreende como “narrativas de vida”. Dadas as condições impostas pela pandemia tivemos que adaptar a forma de produção das informações. As entrevistas ocorreram por meio de vídeo chamada e conversas por aplicativo de mensagem. Também utilizamos o questionário aberto (Gonzalez-Rey, 2017), que é muito próximo da entrevista de profundidade, colocando perguntas abertas e tentando aprofundá-las ao longo das respostas, porém por escrito. Diferentes ferramentas para contatar as mulheres foram utilizadas tendo em vista que o assunto da pesquisa, violência contra a mulher, é delicado. Também levamos em consideração o momento sensível que a população brasileira estava vivendo, tanto pela propagação do vírus quanto pela necessidade do isolamento social. Nesse sentido procuramos deixar as participantes o mais confortável possível para responder os questionamentos da maneira que elas desejassem, procurando reduzir possíveis desconfortos e considerando os aspectos éticos das resoluções 510/2016 e 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Ambas visam garantir a integridade e autonomia das participantes da pesquisa.

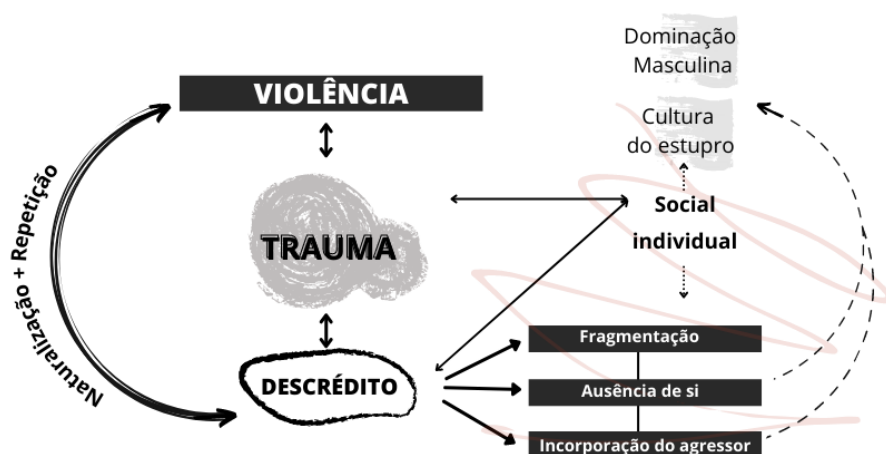
Para interpretação dos dados foi utilizado a proposta Operativa de Minayo (2014) que é baseada na hermenêutica-dialética e está dividida em dois níveis de interpretação: o primeiro diz respeito na compreensão da totalidade do contexto, ou seja, levar em consideração os aspectos sócio históricos do grupo que está sendo pesquisado. Já o segundo momento é interpretativo, é o ponto de partida e de chegada [...], é o encontro com os fatos empíricos”, ou seja, é uma unidade de concepção sobre o fenômeno (Minayo, 2014, p. 355).

Para o primeiro nível - que leva em consideração questões sócio-históricas - utilizamos um questionário sociodemográfico que mapeou questões sobre idade, renda, raça, status de relacionamento, curso que está estudando na UFSM. Também conseguimos explorar caso a caso levando em consideração questões particulares sobre cada participante. Nesse sentido tivemos: mulheres moradoras da CEU II, com condições socioeconômicas vulneráveis, que saíram de seus territórios originais para cursar uma graduação na Universidade Federal de Santa Maria. Já para o segundo nível, que é interpretativo, construímos categorias analíticas que emergiram do encontro dos fatos empíricos com

pontuações teóricas, estas que se propõe a compreender o problema, assim como criar unidades de concepção sobre ele.

Dessa forma se constituíram três categorias analíticas sobre as repercussões da violência na vida das mulheres, a primeira nomeada “O trauma como marca da violência e as estratégias de sobrevivência” que teve como intuito visualizar a violência que elas vivenciaram como um fator traumático que deixa marcas, mas que encontra mecanismos de sobreviver e manter sua existência enquanto sujeitos. A segunda categoria trata sobre o descrédito e seus desfechos, dentro da teoria do trauma em Ferenczi o descrédito ocupa um lugar especial, na nossa análise não foi diferente, ele é um grande fio condutor de um efeito cascata que ocorre quando se experiênciam uma violência. E, por fim, nossa última categoria tem por intuito fazer um salto da análise do particular para o social entendendo que as repercussões da violência que as mulheres vivenciam se reverbera e atinge a ordem social. É importante ressaltar que as categorias se interconectam a todo instante, construindo um movimento dialético.

Construímos um fluxograma com o intuito de explicitar como as categorias e os conceitos se relacionam. A partir da imagem é possível ver linhas diretas como é o caso da violência e o descrédito que se retroalimentam um ao outro e estão interligados pelo trauma. O trauma se apresenta tanto de forma individual como social. Já do descrédito surgem alguns elementos importantes como a fragmentação, a ausência de si e a incorporação do agressor, esses elementos por sua vez tem uma relação intrínseca e por vezes não tão direta (por isso as linhas pontilhadas) com as questões sociais.



Fluxograma 1: criado pela autora

## **Resultados/discussão**

### **Repercussões da violência**

Iniciaremos discorrendo sobre como a violência repercutiu em cada uma das participantes, mas antes é preciso afirmar que a violência que as participantes vivenciaram nas as define, mas sim faz parte do mosaico da vida que é composta por diferentes acontecimentos, relações, tramas e possibilidades. Não queremos de forma alguma reduzir as participantes à violência experienciada, mas sim compreender que a violência deixa marcas e cicatrizes, é sobre essas repercussões que iremos nos debruçar a partir de agora.

#### **Margarida**

Margarida tem 22 anos e identifica-se preta e lésbica, vivenciou violência psicológica. Margarida relatou que percebeu que todos relacionamentos que ela se envolvia tinham uma certa repetição de abuso psicológico. Suas companheiras questionavam e controlavam seu comportamento nas redes sociais - as roupas que usava, as fotos postadas, com quem conversava. Ao perceber essa repetição em relações abusivas começou a sentir um estranhamento do porque isso acontecia e junto com isso também começou a não sentir confiança nas pessoas, qualquer possível sinal que essa outra pessoa apresentasse - uma certa apropriação sobre o comportamento de Margarida - ela retornava à essas experiências dolorosas anteriores. Dessa forma, relatou que a violência é algo que fica marcado para a vida, que você carregará consigo.

#### **Lírio**

Lírio tem 26 anos, identifica-se parda e bissexual. Experienciou VS. Na conversa com a participante, ela relatou o quanto sentiu-se culpada e responsabilizada pela violência vivida. Nos momentos que sofreu a violência ela estava embriagada e com amigos próximos. Amigos esses que não a ajudaram. Isso lhe causou um sentimento de solidão. Atualmente ela não consegue sair, ir em festas e sentir-se tranquila, segura. Acaba apresentando uma hipervigilância com relação a isso mostrando o quanto a responsabilização ainda pesa sobre seus ombros. Também relatou sobre a dificuldade de confiar nas pessoas, acabou percebendo que várias pessoas não eram de fato suas amigas, desfazendo várias relações.

Outro ponto importante a ressaltar é que as repercussões da violência na vida das mulheres não estão só em questões palpáveis e/ou visíveis, mas estão imbricadas nos

sentimentos, subjetividade e simbolizações. Lírio por exemplo relatou que tem muita dificuldade de falar sobre o assunto, pois isso lhe causa tamanho desconforto, tristeza e sentimentos de desamparo, além disso relatou que somatiza esses sentimentos com dores que se expressam em seu corpo.

### **Girassol**

Girassol tem 26 anos, identifica-se parda e bissexual, experienciou VS. Girassol apresenta aspectos diferentes com relação à repercussão da violência. Percebe-se que existiu uma alienação de si, um distanciamento sobre o que lhe ocorreu. Evitou pensar, refletir e até mesmo sentir que havia vivido uma situação de VS. Aliado a esse distanciamento de si, Girassol tem um forte sentimento de responsabilização sobre a violência. Essa responsabilização toma uma proporção tão intensa em sua vida que ela acaba se relacionando com o abusador, como decorrência disso acaba vivendo um relacionamento abusivo, despertando nela insegurança, culpa e dificuldade de acreditar em si. Se aproximando de movimentos feministas e de algumas falas, cartazes tocantes ao tema da violência, ela começa a ter um estranhamento sobre a construção de suas relações. Entendendo esse distanciamento de si, ela vai ao encontro de uma jornada, sozinha. Vai para praia em busca de conectar-se consigo, com o que era seus desejos e não de outros. Essa repercussão, identificada por uma busca de reconexão, produziu alguns encontros interessantes, com a dança, com a arte circense e com seu *hobbie* antigo, nadar.

### **Orquídea**

Orquídea tem 22 anos, identifica-se branca e heterossexual. Experimentou a VS na infância. Por ter sofrido diferentes episódios de VS quando ainda criança, existem repercussões que carregam certa particularidade, mas que, ao mesmo tempo, se aproximam das demais participantes.

Aproxima-se por exemplo quando ela relata desconfiança com relação aos homens, mas há em particular que sua insegurança, desconfiança e medo está amarrado a homens mais velhos - isso porque os abusadores eram bem mais velhos que ela. Na conversa com Orquídea, ela conta que já chegou a sentir medo do próprio pai e que isso é perturbador para ela, pois afirma que não haveria motivos para se sentir assim em relação a ele. Ela comenta que carrega traumas e dores para a vida toda. Orquídea também tem uma repercussão de alienação de si, relatou o apagamento de muitas lembranças. Mas, assim como Lírio, as repercussões entram em um campo da subjetividade onde tentar recordar, ou relatar a



violência lhe causa angústia e tristeza. Conta que esse sentimento vai e volta em vários momentos de sua vida, mas que está sempre lá e que a atrapalha até hoje.

Após descrever de forma mais sintetizada algumas repercussões da violência na vida de cada uma das participantes, surgem categorias analíticas a partir de pontos fundamentais para compreender como essas repercussões se dão, pontos de semelhanças e diferenças dentro desse processo.

### **O trauma como marca da violência e as estratégias de sobrevivência**

*“Suportar as violências advindas do desassossego do irrepresentável da ruptura, para buscar novos destinos para a força de uma vida...”  
Knobloch, 2019, p. 117*

A violência não se inscreve apenas no tempo em que o fato violento ocorreu, ela deixa fragmentos sobre o passado que permanecem no presente das mulheres. Essa categoria tem como intuito trabalhar com esses sentimentos, sensações que se deram a partir de fatores traumáticos e expressam um peso carregado pelas participantes. A violência deixa marcas, cicatrizes que nem sempre ficam expostas na pele, mas ficam marcadas na subjetividade.

Para isso se faz necessário retomar o conceito de trauma. O trauma é compreendido como uma energia pulsional muito intensa que não consegue ganhar uma representação, essa energia não consegue ser reconhecida pelo aparelho psíquico nem colocada em palavras, ela fica na ordem do irrepresentável, do indizível (Freud, 1920; Poll, Alves e Perrone, 2019).

A fala de uma participante consegue expressar o lugar que a violência ocupa enquanto um trauma - o da ordem das sensações, do irrepresentável:

*[...] Eu não sabia o que fazer porque era uma coisa que tava me angustiando tanto tempo depois, eu não sabia muito lidar porque eu ficava triste, tinha vontade de chorar. Não sabia... Era uma coisa que eu não sabia lidar, não sabia lidar com os sentimentos que eu estava, com o medo que eu estava. (Orquídea)*

O sujeito traumatizado passa por uma experiência tão intensa de sofrimento psíquico que para conseguir suportar e sobreviver a essa experiência ele precisa se fragmentar, é mais possível lidar com a carga traumática a partir das partes que a compõem, por meio das sensações (Antonello, 2016; Knobloch, 2020). Por isso, está na ordem do sentir, porque o sujeito ainda não consegue lidar com a situação em sua totalidade e dureza que a ação violenta carrega. O que não se entende (num nível subjetivo) ou o que não tem um lugar para

direcionar acaba sendo sentido pelo corpo. A participante Lírio, relata o quanto ela acaba somatizando, o que inclusive ocorreu no momento em que estava sendo entrevistada:

*“Eu vou dar uma pausa agora pra dar uma respirada ali fora, e já volto tá?”  
“Eu somatizo muito as vezes [...] Tava começando a ficar com dor de cabeça” (Lírio)*

Antonello (2016) aponta que é através do corpo que se expressa os diferentes níveis da vida dos sujeitos. Para as pessoas que sofreram uma situação traumática o corpo se torna um destino daquilo que não consegue ser traduzido em palavras. O corpo assume o lugar do psíquico. Essas somatizações dizem das partes estilhaçadas que revivem o trauma para dar conta dele.

A fragmentação não deve ser vista como algo negativo, como nos aponta Knobloch (2020), é a partir dela que se tem estratégias de vida, de sobrevivência para o eu seguir existindo. Uma das participantes em seu relato apresenta o quanto foi através da arte e do esporte que encontrou estratégias para lidar com o que estava sentindo. De novo o corpo se apresenta como uma expressividade para os sentidos.

*[...] eu passei o segundo semestre, eu passei o segundo semestre, olha, só dentro do quartinho, muito mal, o que sempre me manteve foram as atividades físicas. Foi ai que eu entrei na arte circense, tava fazendo natação e o meu dia era isso, nadar que é algo que eu amo desde sempre e a arte circense que eu descobri que amava na UFSM” (Girassol).*

Percebemos a partir da análise que mesmo quando se tenta dizer o que ocorreu na experiência traumática não é possível transpor a dimensão do sentido, da vivência ao nível da linguagem. Poderíamos dizer que são elementos insuficientes para assimilar o vivido. Orquídea traz isso de forma evidente quando relata que existe um alívio poder falar para alguém sobre o que tinha passado, mas que sente que ainda “falta-lhe” algo:

*“Mas assim, é um Sentimento de alívio, mas é como se ele fosse pequeno é parece que falta ainda alguma coisa sabe não sei se tu tá conseguindo entender, que, é difícil falar assim dessa coisa de exatamente o que eu tô sentindo é difícil falar o que a gente sente pra outra pessoa né” (Orquídea)*

Ao encontro da fala de Orquídea, e do exposto até então, Knobloch (2020, p. 113) aponta que “as pessoas podem falar, contar, escrever, filmar..., mas nada “resolve” completamente a vivência do horror, da violência, do intolerável”. Nesse sentido, Orquídea ressalta durante vários momentos da entrevista que o que ela viveu ela irá carregar a vida toda:

*“eu vejo que eu acho que vai ser uma dor que eu vou carregar para o resto da vida, é uma coisa aqui eu acho que vou ficar com receio que eu ainda tenho acho que vou ficar também o receio medo e insegura com isso talvez por muitos anos ou para sempre talvez” (Orquídea).*

É importante retomar que Orquídea experienciou a VS na infância e isso também representa dimensões diferentes sobre o trauma. Não queremos quantificar o sofrimento nem as marcas de nenhuma das participantes, mas é necessário entender que uma criança tem menos recursos psíquicos para lidar com o que lhe ocorreu. O sentimento de angústia esteve presente em toda a entrevista, pairava no ar o peso e a dor do indizível.

Ser mulher em uma sociedade que tem uma forte expressividade de misoginia não é uma questão simples, como os dados mostram, a maioria das mulheres já sofreram algum tipo de violência ao longo da vida. O desamparo, o medo, a insegurança foram alguns sentimentos trazidos nas entrevistas:

*“Depois assim que eu me dei conta do que tinha acontecido eu comecei a me sentir, como é que eu posso te dizer, assim, meio desamparada, assim sabe, e uma sensação assim que eu tava sozinha assim nisso” (Lírio).*

*“Mas eu acho que é isso é uma é uma dor que eu acho que eu vou carregar sempre e que eu acho que eu sempre vou ter um pouco desse... mesmo eu superando né eu vou ter um pouco desse receio, dessa insegurança até eu morrer no caso” (Orquídea)*

## **O descrédito e seus desfechos**

*(...) de minha parte, a única coisa que sei é que todo meio é hostil, desde que negue direito à vida.  
Raduan Nassar*

Para pensarmos a teoria do trauma em Ferenczi é necessário compreender a importância que as relações carregam.

“Ferenczi põe acento na relação objetal. Sua teoria do trauma não pode ser constrangida a uma pesquisa que delinea apenas os eventos dentro de um aparelho psíquico. É sobretudo na forma como se relacionam o sujeito e os objetos que o trauma deve ser compreendido: desta forma, o trauma está, portanto, na relação” (Câmara, 2012, p. 26).

A principal contribuição do autor é a noção de descrédito. Retomemos portanto esse conceito que tornou-se um fio condutor de nossa análise dentro dessa categoria e que constitui uma relação intrínseca às outras. O descrédito ocorre quando o sujeito que vivenciou uma experiência traumática tem sua realidade negada pelo outro ou pelo meio (Ferenczi, 1933; Câmara, 2013; Moreno, 2020). É possível afirmar que o descrédito tem uma reação em cadeia sobre a experiência do trauma, nesse caso sobre a vivência de uma violência.

Todas as participantes em algum momento das entrevistas descreveram situações onde encontraram o descrédito. Algumas falas serão expostas:

*“Eu contei e a reação das pessoas foi tipo “okay é um abuso tem que conversar com ela” só que trataram com descaso sabe, não sei se era porque era uma mulher e eu também sou uma mulher, ou se era porque não chegou até a violência física sabe, mas foi como se fosse uma coisa simples sabe, como se fosse um uma tempestade num copo d’água. ” (Margarida)*

*“Primeiro eu fui em um posto, daí a médica disse que não era verdade, que não tinha sido da forma como eu estou falando” (Girassol)*

*“Não teve ninguém para legitimar (...) quando eu fui acolhida, nomear: ‘Minha filha, isso tem nome’.”. (Girassol)*

*“Aí eu senti que ela não tinha acreditado enfim não lembro exatamente... eu só tenho essa lembrança assim que eu contei ela fez aquela cara meio “aí eu acho que não” eu acho que talvez ela não tenha acreditado em mim. Ou sei lá, ou aquela coisa que acontece bastante né quando a criança conta e todo mundo fica aí é melhor não falar nada porque “ai meu Deus não pode acontecer isso na nossa família” (Orquídea - relatando quando decidiu contar para sua mãe a violência que sofreu do padrasto)*

O descrédito não necessariamente é exercido de forma individual e pessoal, ele pode estar intrínseco às próprias normas sociais, grupos e instituições como é o caso da participante Lírio. Ela não enfrentou o descrédito de uma pessoa específica, mas do seu grupo de amigos que negaram a violência sofrida por ela e por isso também permitiram que a situação ocorresse. Gondar (2017) aponta que o sujeito que experiencia um trauma procura no outro uma explicação para o que sofreu, esse outro, por sua vez, não percebe o sofrimento e lhe afirma que nada aconteceu.

A partir da experiência do descrédito é que a experiência traumática não encontra forma de se significar e ser introjetada, assim ocorrendo a fragmentação. É pela fragmentação que as participantes apresentam esquecimentos do que experienciaram ou até mesmo memórias turvas e sentimentos intensos e, por vezes, desconexos.

*[...] É como se eu tivesse esquecido que eu tinha passado por aquilo que eu tinha... que aquilo tinha acontecido comigo [...] É como se tivesse apagado da minha memória e só fui entender o que aconteceu comigo quando eu estava mais velha. (Orquídea)*

Como já trouxemos anteriormente no texto, quando o sujeito precisa fragmentar-se - cortar parte do que viveu, ele acaba também retirando parte de si. Nesse sentido, o descrédito ocasiona uma dúvida sobre o que lhe resta enquanto sujeito. A pessoa que sofreu o trauma quando encontra o descrédito deixa de acreditar em si, seu desejo passa a ser anulado, invisibilizado, pois lhe negaram a realidade de sua existência, então ela se retira da cena e o

que lhe resta é a incorporação do agressor (Ferenczi, 1933; Cintra, 2020). Para Gondar (2017) quando o sujeito é desmentido ele perde suas próprias referências de mundo, “é o próprio sujeito que está sendo desautorizado a existir” (p. 93). A autora ainda nos aponta que a pessoa que sofreu um trauma e é desacreditada se vê mergulhada na falta de sentido, acaba duvidando da sua compreensão da realidade e do seu lugar no mundo (Gondar, 2017). No momento em que foi desautorizado o sujeito passa a compreender o mundo como observador, através do olhar do outro, “colonizado pelo agressor” (Câmara, 2012, p.).

Assim se instaura o sentimento de culpa, pois a partir do descrédito não se sabe mais em quem confiar, a ausência de si que a invade faz com que o sujeito não confie mais em si e no que sente e para se adaptar a essa nova situação incompreensível do ponto de vista psíquico, ela incorpora a culpa de quem a agrediu (Gondar, 2017). Isso se expressa em algumas falas das participantes:

*“Nossa me senti muito mal, muito envergonhada, muito sabe... indecente” (Margarida)*

*“[...] comecei a me sentir extremamente triste e com medo assim de acontecer de novo, também me senti bastante culpada assim, pensando em como foi que eu deixei isso acontecer...” “Eu me senti merecedora do que aconteceu” (Lírio)*

*“Nossa, eu sempre me culpei, eu sempre me responsabilizei” (Girassol)*

É importante ressaltar que no caso das participantes os agressores eram pessoas conhecidas e que tinham um certo vínculo com elas. Isso coloca esse agressor num lugar de integrante de seu meio social. Isso demonstra-nos que a ausência de si, a incorporação com agressor se dá a partir de relações que produzem significações e laços, o que afeta de maneira brutal a compreensão psíquica das mulheres que experimentam violência por parte de pessoas próximas.

Ainda nesse sentido algo fica evidente nas entrevistas - a desconfiança e a insegurança que as participantes têm em relação a outras pessoas e ao medo de reviver uma situação de violência. Isso se apresenta como mais um desfecho do descrédito. Ferenczi aponta-nos que questões como verdade, confiança e justiça são pontos importantes para sujeitos que vivenciaram um trauma. Knobloch (2020, p. 113) aponta-nos que “fica impossível, em alguns casos, depois dessas situações violentas, estabelecer algum laço com um outro”. Não se tem mais um outro seguro, confiável que assegure a estabilidade das relações.

Trazemos algumas falas que explicitam a desconfiança e a insegurança que as participantes apresentaram:

*"Eu me afastei de muitas pessoas por causa disso, porque enfim quebrou com várias confianças e hoje eu vejo que foi bom assim, no sentido de que eu pude perceber que muita coisa que eu tinha na minha vida tipo não era de verdade assim sabe, então... é isso eu acho". (Lírio)*

*"É uma coisa que me machuca, eu tenho medo ainda, eu não confio em homem tipo porque acho que o que mais me marcou foi o meu padrasto, porque sei lá ele devia ter uns 30 e poucos 40 anos. Acho que uns 40 anos na época então assim eu tenho um certo medo e receio com homens dessa faixa etária" .... "E todos os acontecimentos, eu acho que te falei um pouco né, me fizeram não confiar em ninguém assim com mais idade, às vezes até algo faz com que eu fique, ... até com meu pai, tu acha que teu pai faria alguma coisa? Não! não faz muito sentido sentir isso, meu pai nunca, nunca fez nada nada assim" .... "E isso é uma coisa que eu não gosto de sentir, sabe, porque é meu pai só que a gente sabe que às vezes acontece, muita das violências às vezes acontece dos pais, então é uma coisa que me deixou, um medo dos homens em geral de mais idade" (Orquídea)*

### **A violência e o trauma social**

Chegamos na nossa última categoria que tem por intuito fazer um movimento do individual para o social, apresentando assim uma conexão entre os pontos ressaltados até então e o meio social que nos constitui enquanto sujeitos. Essa categoria nasce a partir do questionamento - Como os elementos já trazidos se apresentam no campo social com relação à violência contra as mulheres? Pois entende-se que quando a análise é descaracterizada do social que nos compõe e nos organiza ela pode se tornar superficial e idealista sem levar às condições materiais que constrói as regras e normativas sociais. Entender essa construção social faz parte da compreensão das repercussões que a violência ocasiona na vida das mulheres.

Entendemos que nos localizamos em uma sociedade constituída por meio da exploração e dominação a partir do capitalismo, machismo e racismo (Cisne, 2015). Essas categorias normativas fazem parte do nosso tecido social e moldam nossa forma de ser e olhar o mundo, ou seja, nos constituímos enquanto sujeitos a partir dessas lentes. De forma mais específica, a violência contra a mulher se dissemina e se promove a partir da cultura do estupro, esta objetifica, sexualiza e submete as mulheres à diferentes opressões de gênero que se expressam das mais diversas maneiras nos contextos sociais - desde propagandas específicas à políticas institucionais sexistas. Uma das participantes que experienciaram a violência relata o quanto se sentem inseguras no meio em que vivem:

*“Bom quem que nunca saiu na rua e tá com o short mais curto com decote alguma coisa olham né tipo muitas vezes eu já deixei de ir com uma roupa que eu queria sei lá ir na universidade pra ir pra aula ou até mesmo no centro para sair porque eu sabia que iam olhar e eu ia me sentir desconfortável” (Orquídea)*

A cultura do estupro está tão incorporada pelo social que Bourdieu (2012) em seu texto “ a dominação masculina” explicita o quanto a partir da incorporação ela é reproduzida e invisibilizada enquanto um grave problema social a ser observado e alterado. É essa invisibilização é que poderíamos chamar de descrédito no contexto social, ele é experimentado pelas mulheres em vários momentos, principalmente quando são vítimas de violência - são questionadas/desacreditadas em suas narrativas nas delegacias, postos de saúde, hospitais ou até mesmo nas suas relações sociais mais próximas. A cultura machista que vivemos reatualiza o trauma e o descrédito e submete as mulheres a esse cenário violento.

*Em duas dessas vivências eu tava extremamente bêbada , do tipo de quase nem lembrar assim, muito, muito muito mesmo assim, então eu realmente não tinha condições de qualquer defesa assim, de qualquer, de nada nada e isso é algo que me perseguiu por um tempo assim, tanto que até hoje eu bebo, mas bebo socialmente assim, e isso me mudou muito assim, porque eu aprendi a não confiar mais nas pessoas, o que não é uma coisa tão boa também sabe, mas porque eu tava com amigos, nos momentos que aconteceram isso, eu tava com amigos e eu tava muito bêbada. E ... por isso que eu digo que eu me senti sozinha depois (Lírio)*

*Eu demorei para criar um conceito amplo, porque é muito amplo né. E no meu lugar de mulher, demorou para entender que me chamarem de gostosa na rua era uma violência sexual (Girassol)*

É possível também observar os mecanismos de incorporação do agressor no meio social quando a própria cultura é produzida pelo agressor desde seus primórdios - o lugar de autorização e poder masculino na sociedade escancara isso. O que quero me referir é que nosso olhar para o mundo e sobre ele foi constituído conforme Bourdieu (2012) a partir de uma visão androcêntrica (masculina). A constituição das regras sociais, de como devemos ser e habitar o mundo nunca foi das mulheres, a autora Carole Pateman (1993) apresenta pontos fundamentais sobre a ausência das mulheres no contrato social em seu texto “*O contrato sexual*”.

Retomando o exposto até aqui, sintetizamos da seguinte maneira: O social - androcentrico - constrói e dita as regras, essas por sua vez são baseadas na dominação de/na

exploração de grupos marginalizados (mulheres, negros, lgbs...). O trauma e o descrédito se reatualizam na medida que esses eventos traumáticos seguem acontecendo no seio da sociedade, como por exemplo, as violências que esses grupos sofrem constantemente - o feminicídio, a violência doméstica, o extermínio da população negra, etc. As consequências que essa dinâmica vai expressar nos sujeitos vai depender da dimensão da experiência traumática e das relações que podem ajudar ou não na elaboração do trauma.

### **Considerações finais:**

Falar sobre a violência não é uma tarefa fácil, ela mobiliza-nos de diferentes formas, angústia, raiva, medo, tristeza e dor são alguns dos sentimentos aflorados na escuta das experiências relatadas. Ocupar o lugar de sentir junto com o outro, que Ferenczi nos propõe, é deixar-se impregnar pelas dores proclamadas nesses relatos. As feridas, as cicatrizes e as repercussões podiam ser sentidas nas falas e nas lembranças que as participantes haviam experienciado.

Ao longo do texto propomos ao leitor uma explicação a partir da teoria do trauma de Ferenczi (1992). Por meio dela podemos visualizar que essas marcas da violência ficam incrustadas na ordem simbólica e concreta da vida das participantes. Outro ponto fundamental que queremos trazer em nossa análise é que as repercussões que se dão na ordem individual tomam reverberações sociais e vice-versa, pois esse movimento do particular para o universal é constante e nos constitui. É fundamental para nós declarar que quando uma mulher sofre uma violência outras mulheres também são afetadas, pois se reatualiza a cultura do estupro e se mantém uma permissividade para que esses casos sigam ocorrendo.

É importante destacar que não coube aqui medir que experiência era mais traumática que outra, mas explicitar que são a partir das relações e redes que se constrói quando se vivencia um trauma que se abre espaço para diferentes repercussões, podendo estas serem mais desestruturantes ou não. Nesse sentido, o descrédito ocupa um lugar fundamental na nossa análise, um grande fio condutor de outros conceitos e que explicita o quanto as mulheres são o tempo todo desacreditadas, invalidadas e invisibilizadas perante essa constituição social posta. Uma constituição estruturada como dizia Safiotti por um “nó” de exploração e opressão constituído por o capitalismo-patriarcado-racismo. Por isso, nos utilizamos da escrita como uma ferramenta ético-política de denúncia a esse tipo de constituição social que promove a violência e a cristaliza, que a coloca como um trauma social que precisa ser superado a partir da construção de novas relações sociais.



## Referencias

Antonello, D. F. (2016). *Trauma, Memória e Escrita: uma articulação entre a literatura de testemunho e a psicanálise*. Tese de doutorado.

Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Câmara, L. C. P (2012). *Do descrédito (desmentido) à catástrofe: a teoria ferencziana do trauma*. Monografia de conclusão de curso (graduação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia.

Cintra, E. M. de U. (2020). Introjeção, incorporação e identificação com o agressor. Considerações a partir de Sándor Ferenczi. In: Kupermann, D., Gondar, J., Molin, E. C Dal. (Orgs.). *Ferenczi: inquietações clínico-políticas*. (p. 167-182). São Paulo: Zagodoni.

Cisne, M., Oliveira, G. M. J. C de. (2017). Violência contra a mulher e a lei Maria da Penha: desafios na sociedade patriarcal-racista-capitalista do Estado brasileiro. *Serv. Soc. Rev*, 20 (1), 77-96. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2017v20n1p77>

Cisne, M. (2015). Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal- racista- capitalista. *Ser. Soc. Rev. 18*(1), p. 138-154. Londrina. Disponível: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23588>>. Acesso em: abr. 2019.

Ferenczi, S. (1992) Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: Ferenczi, S. *Obras completas*. São Paulo: Martins Fontes.

Freud, S. (1920) Além do princípio do prazer. In *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Vol. II. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

Gerhardt, T. E., Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS.

Gondar, J. (2017). O desmentido e a zona cinzenta. In: Reis, E. S., Gondar, J. *Com Ferenczi: clínica, subjetivação, política*. (p. 65-77). Rio de Janeiro: 7 Letras.

Gondar, J. (2012). Ferenczi como pensador político. *Cadernos de psicanálise* (Rio de Janeiro), 34(27), 193-210. Recuperado em 21 de junho de 2021, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-62952012000200011&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952012000200011&lng=pt&tlng=pt).

González-Rey, F. (2017) *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos da construção da informação*. São Paulo: Cengage Learning.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro De Segurança Pública (Org.). *Atlas da violência 2020*. Brasília: Ipea; FBSP, 2020.

Knobloch, F. (2020). Trauma, fragmentações, rupturas e transmissão. In: Kupermann, D., Gondar, J., Molin, E. C Dal. (Orgs.). *Ferenczi: inquietações clínico-políticas*. (p. 109-118). São Paulo: Zagodoni.

Minayo, M. C de S. (2006). *Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

Minayo, M. C. S. (2009). O desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. S., Deslandes, S. F., Gomes, R. (Orgs.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes.

Minayo, M. C. S. (2014) *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.

Moreno, M. M. A. (2020). Os desfiladeiros do trauma: repetição e fueros. In: Kupermann, D., Gondar, J., Molin, E. C Dal. (Orgs.). *Ferenczi: inquietações clínico-políticas*. (p. 119-132) São Paulo: Zagodoni.

Muniz, D. do C. G. (2017). As feridas abertas da violência contra as mulheres no Brasil: estupro, assassinato e feminicídio. In: Stevens, C. et al. (Orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades* (pp. 36-49). Brasília: Technopolitik.

Pateman, C. (1993). *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Pinheiro, T. (2020). Quando o agressor é aquele que desacredita. In: Kupermann, D., Gondar, J., Molin, E. C Dal. (Orgs.). *Ferenczi: inquietações clínico-políticas*. (p. 183-188). São Paulo: Zagodoni. Poll, M von M., Alves, F de O., Perrone, C. M. (2018). Violência de gênero: Uma discussão sob a perspectiva de trauma cultural. *INTERAÇÃO EM PSICOLOGIA* 22 (2), 89-96. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v22i2.50001>

## ARTIGO 4:

**A produção de uma pesquisa qualitativa sobre violência contra a mulher no campo da psicologia e suas implicações ético-políticas****Resumo**

O presente artigo tem como objetivo suscitar algumas reflexões sobre a produção de uma pesquisa qualitativa sobre violência contra a mulher no campo da psicologia e suas implicações ético-políticas. Entendemos que com o advento da pandemia de Covid-19 no Brasil sofremos vários desafios na construção de pesquisas qualitativas, a partir da necessidade do distanciamento social e das condições sociais que os sujeitos se encontram. Apontamos que nem sempre a psicologia se construiu enquanto uma ciência crítica e reflexiva, ocupando, por vezes, um lugar de dominação e reabilitação de quem destoa da ordem. Nesse sentido construir uma pesquisa sobre violência contra as mulheres nesse contexto nos convocou a um olhar sensível e crítico. Reivindicamos que uma pesquisa que sustenta a necessidade de implicações éticas e políticas não é neutra, pois denuncia o sistema social vigente que explora e oprime as mulheres a partir do capitalismo e do patriarcado. Ainda, nesse sentido a pesquisa ocupa outros lugares para além do teórico, ocupa um lugar de testemunha e validação do sofrimento das mulheres. Entendemos que o conhecimento produzido de maneira implicada e, por vezes, até subversiva ao sistema vigente é um aliado para a superação das estruturas de poder de ordem capitalista.

**Palavras-chave:** Pesquisa qualitativa; Psicologia; Violência contra a mulher

**La producción de una investigación cualitativa sobre la violencia contra la mujer en el campo de la psicología y sus implicaciones ético-políticas.****Resumen**

Este artículo tiene como objetivo plantear algunas reflexiones sobre la producción de una investigación cualitativa sobre la violencia contra la mujer en el campo de la psicología y sus implicaciones ético-políticas. Entendemos que con el advenimiento de la pandemia Covid-19 en Brasil, enfrentamos varios desafíos en la construcción de la investigación cualitativa, basados en la necesidad de distanciamiento social y las condiciones sociales en las que se encuentran los sujetos. Señalamos que la psicología no siempre se ha construido como una ciencia crítica y reflexiva, ocupándose muchas veces de un lugar de dominación y rehabilitación de aquellos que están fuera de sintonía con el orden. En este sentido, construir una investigación sobre la violencia contra las mujeres en este contexto nos llamó a una mirada sensible y crítica. Afirmamos que la investigación que apoya la necesidad de implicaciones éticas y políticas no es neutral ya que denuncia el sistema social actual que explota y oprime a las mujeres desde la perspectiva del capitalismo y el patriarcado. Aún en este sentido, la investigación ocupa otros lugares además del teórico, pero el de presenciar y validar el sufrimiento de las mujeres. Entendemos que el conocimiento producido de manera implícita y subversiva al sistema actual es un aliado para superar las estructuras de poder de un orden capitalista.

**Palabras clave:** Investigación cualitativa; Psicología; la violencia contra las mujeres

## Introdução

Falar sobre violência exige um posicionamento, pois ela não é um fenômeno neutro ou natural na sociedade, é preciso aprofundar nosso olhar e compreender que ela se constitui de um jogo de poder entre explorador e explorado ou dominador e dominado (Minayo, 2006). Mas quem ocupa esses lugares/posições tanto de explorador quanto de explorado? Ao longo da história da humanidade é possível compreender o quanto o homem arquitetou uma estrutura de dominação. A colonização, a inquisição, a escravidão, as guerras são alguns exemplos desses mecanismos de poder. Entretanto, é preciso ampliar a nossa lente para compreender a realidade, não são todos os homens que dominam e exploram, a história narra que frequentemente e principalmente o possuidor, o “dono” - de terras, feudos, escravos e capital - são esses homens que colaboram para o sistema patriarcal e dominação que estamos inseridos até hoje (Engels, 2019; Bourdieu, 2012).

A violência de gênero é um conceito amplo, mas que diz respeito ao poder do homem sobre a mulher. A partir do patriarcado, os homens detêm o poder e se sentem autorizados pela sociedade a fazer uso da violência, ao punir com agressões físicas, psicológicas e patrimoniais as mulheres que apresentam um comportamento desviante, a partir de uma lógica machista e de dominação masculina (Saffioti, 2015). Quando se fala sobre questões de violência contra as mulheres é importante destacar que estas vivenciam as violências de maneiras diferentes, dependendo de sua cor de pele, sua origem e orientação sexual (Saffioti, 2015; Carneiro, 2003).

Nesse sentido é importante compreender que a violência faz parte do sistema social que estamos inseridos através do capitalismo, que se utiliza das desigualdades econômicas, raciais e de gênero para manter um sistema de exploração e dominação (Cisne, 2015). Um exemplo disso é que o Brasil é um dos países que mais mata mulheres, estando em 5º lugar no *ranking* mundial e a maioria das mulheres assassinadas é negra (Waiselfisz, 2015).

No contexto atual do nosso país, podemos visualizar a retroalimentação desse sistema de dominação-exploração de forma bem explícita, expressa pela forma como a classe trabalhadora luta por sua sobrevivência, dado os altos índices de desemprego e extrema pobreza, enquanto os donos do capital seguem lucrando com a exploração do trabalho, esse cenário é uma característica do próprio sistema de exploração mas que se acentuou com a situação da pandemia. Com relação à dominação-exploração, acrescenta-se a retirada de direitos básicos como por exemplo a reforma trabalhista que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (Brasil, 2017) e intensifica a precarização do trabalho, aumentando o tempo de contribuição para aposentadoria. Para as mulheres que além do trabalho formal

exercem o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos isso representa um retrocesso, pois precisarão trabalhar ainda mais de forma sobrecarregada.

Também houve uma retirada de políticas destinadas às mulheres. Um exemplo disso é a atual vinculação da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres em um ministério chamado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, coordenado por uma pastora. Esse novo ministério tem uma natureza conservadora que preza pelos bons costumes e por uma família tradicional patriarcal. Um exemplo disso, é o Projeto de Lei 5435/2020 que “dispõe sobre o Estatuto da Gestante”, apesar do nome dado à PL, o objetivo do projeto é aprovar o direito à vida desde a concepção, o que seria um retrocesso ao direito ao aborto previsto em lei, principalmente nos casos de violência sexual, colocando em risco a vida das mulheres. O autor da PL, o Senador Eduardo Girão é um opositor aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. O caráter da política atual como um todo só reatualiza a experiência de diferentes violências que as mulheres sofrem.

Com o surgimento da Pandemia de COVID-19 no mundo, os casos de violência doméstica aumentaram significativamente (FBSP, 2020; Alencar et al, 2020) assim como os feminicídios, ao mesmo passo se aumentou a insegurança de sobrevivência seja pela pauperização da vida, seja por uma propagação descontrolada de covid-19. Até o presente momento contabilizamos mais de 500 mil mortes só no Brasil e mais de 3 milhões de mortes no mundo. É nesse cenário que se inscreve uma pesquisa qualitativa sobre a temática da violência contra as mulheres. Esses números alarmantes de mortes não são por algum “destino” ou “acaso”, dizem da execução de uma política de morte, que tem por fundamento preservar a economia frente à vida. Pesquisas já apontam que o que vivemos é uma sindemia (Horton, 2020; Veiga-Neto, 2020), o termo diz respeito às condições econômicas e sociais que as pessoas estão inseridas, dessa forma as complicações causadas pela doença da covid-19 se darão ou não a partir das possibilidades materiais dos sujeitos. Horton (2020, p. 874) aponta que “As sindemias são caracterizadas por interações biológicas e sociais entre condições e estados, interações que aumentam a suscetibilidade de uma pessoa a prejudicar ou piorar seus resultados de saúde”

É importante descrever o cenário no qual a pesquisa foi desenvolvida para que o leitor consiga visualizar conosco os impasses, turbulências e encruzilhadas que nos encontramos para conduzir uma pesquisa que pudesse nos auxiliar a compreender melhor o fenômeno da

violência. Tomamos todos os cuidados para abordar um tema tão delicado e ao mesmo tempo seguir todas as recomendações necessárias ao enfrentamento da covid-19. Construir uma pesquisa nesse momento tão difícil nos afetou de diferentes formas. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre a produção de uma pesquisa qualitativa sobre violência contra a mulher no campo da psicologia e suas implicações ético-políticas.

Utilizamos a concepção de Minayo (2009, p. 21), para pensar a pesquisa qualitativa, que se refere a questões singulares, e se ocupa de um “universo de significados” que fazem parte da realidade social. A pesquisa qualitativa foi escolhida como uma estratégia de abordagem, pois o problema de investigação esteve centrado na questão da violência contra as mulheres. A pesquisa qualitativa ofereceu a possibilidade de compreender dimensões subjetivas e simbólicas do problema.

### **Fazer pesquisa qualitativa na pandemia, suas implicações ético-políticas para a Psicologia**

Construir uma pesquisa qualitativa sobre o tema da violência contra a mulher dentro da área da psicologia e no cenário pandêmico exigiu comprometimento da pesquisadora. Primeiro, um compromisso com as participantes envolvidas, por tratar-se de um tema que exige sensibilidade e, segundo, um compromisso para com a escrita desenvolvida. Nesse sentido é importante que se compreenda que a construção de uma pesquisa envolve uma trajetória de encontros, trocas, sensibilidade e incertezas.

Mas antes de adentrarmos nessa trajetória é necessário apontar que nem sempre a psicologia esteve comprometida com as questões sociais, culturais e econômicas que envolvem os sujeitos. A área carrega em sua história uma lógica individualista, patologizante e pouco crítica frente aos cenários em que as populações se encontram inseridas. Essa carga histórica se reverbera até hoje, a partir de uma psicologia que se volta para readequação e está empenhada com a lógica capitalista de produtividade e de reabilitação dos sujeitos (Costa & Mendes, 2021).

No contexto da pandemia ficou perceptível a expressividade de uma psicologia feita pelo e para o mercado, tendo em vista o crescimento de vários cursos, palestras, aulas, *workshops* e perfis profissionais com dicas e falas voltadas a restabelecer uma “volta a normalidade”, que denunciam essa lógica em execução. Se acentuou a disseminação de um pensamento individualista de “se priorizar” e “pensar mais em si mesmo” e no “seu autocuidado”, tudo isso, enquanto o número de mortes e casos de covid-19 aumentavam e o país vivia dias assustadores. Essa acriticidade da psicologia serve a uma ideologia burguesa,

na qual quer que sigamos o modo de produção como máquinas, tudo isso em detrimentos de espaços reais de cuidado, e da construção de possíveis formas de validar a experiência traumática das mortes abrindo espaço para a vivência do luto.

Afastando-se dessa lógica de uma saúde mental vendável a qualquer custo, é preciso partir de uma psicologia crítica, implicada de forma ética e política com os seres humanos e suas relações com o mundo (Costa & Mendes, 2021). Para isso é necessário olhar para as repercussões que o cenário pandêmico trouxe aos sujeitos e os desafios impostos a todos nós. Nesse sentido entendemos o quanto a produção de uma pesquisa qualitativa sobre violência na área da Psicologia foi afetada por esse cenário estarrecedor.

A pesquisa qualitativa envolve aproximação e sensibilidade com as participantes, ainda mais quando estas fazem parte de grupos que já sofreram diversas violências, isso exige cuidado e empatia para estabelecer encontros e conexões. Demo (2012) nos aponta que é necessário, enquanto pesquisadores qualitativos, estarmos atentos ao:

[...] que é ou não dito: os gestos, o olhar, o balanço, o meneio do corpo, o vaivém das mãos, a cara de quem fala ou deixa de falar, porque tudo pode estar imbuído de sentido e expressar mais do que a própria fala, pois a comunicação humana é feita de sutilezas, não de grosserias. Por isso, é impossível reduzir o entrevistado a objeto". (DEMO, 2012, p. 33)

Porém, com o advento da pandemia e a necessidade do distanciamento social, a busca pelas sutilezas como nos propõe o autor e estar atento à elas, se tornou uma tarefa ainda mais complexa, foi necessário construir uma relação de cuidado, escuta e paciência para que as participantes se sentissem seguras e confortáveis para relatar suas vivência de violência. Realizar uma pesquisa qualitativa, comprometida com uma psicologia crítica é olhar para as participantes sem vê-las de forma passiva, ou ainda, como vítimas. Não há neutralidade, pois não se olha para os sujeitos como uma amostra que deva ser interpretada (Campos 2011; Paiva, 2020)

No momento em que a pandemia foi declarada estávamos no processo de produção de informações, dessa forma foram necessárias alterações na pesquisa que passou a ser *online*, o que nos desafiou no sentido de não saber como as participantes estavam se sentindo, ver suas expressões, acompanhar frente a frente seus anseios. Ainda nessa direção a pesquisa realizada à distância mobilizou uma preocupação sobre o ambiente que as participantes se encontravam, se estavam seguras, se tinham uma rede de apoio, por exemplo. Na tentativa

de sermos mais cuidadosas, deixamos a critério de cada participante escolher como a entrevista poderia ocorrer, sustentando a segurança e a preservação de identidade.

Pesquisar sobre violência, com mulheres que experienciaram essa dor em seus corpos, num cenário de devastação e mortes impostas pela covid-19 e agravadas pelo negligenciamento e sobreposição da economia frente à vida, mobilizou de nós enquanto pesquisadoras um olhar aprofundado, crítico e empático. Foi então construído ferramentas de aproximação, como por exemplo, uma carta às participantes da pesquisa (Apêndice XX), de forma que elas compreendessem os sentidos que o tema da violência tinha para a pesquisadora e se sentissem convidadas a compartilhar suas experiências. A carta criou laços e uma possível identificação com a pesquisadora, abriu-se espaço para que as participantes falassem sobre suas vivências.

Desta forma, de acordo com Campos (2011), só é possível a realização de uma pesquisa com estas características a partir do cuidado e da responsabilidade de quem a planeja e desenvolve. Percebemos que com essa forma de trabalhar as pesquisas é possível tecer estratégias de cuidado, denunciar as desigualdades e ajudar na defesa da vida, de forma crítica. Parafraseando Campos (2011, p 1284): a um Estado burguês e omissos interessa uma ciência ineficiente, mas nós comprometidos com as questões políticas e sociais nos interessa o contrário, ou seja, uma ciência que seja subversiva, comprometida com os sujeitos e com as demandas do nosso tempo (Paiva, 2020).

### **A trajetória do pesquisar, o que se encontra pelos caminhos?**

Como dito anteriormente, a pesquisa qualitativa diz de um caminho - um caminho do pensamento como nos diria Minayo (2009) - mas não só, ousou dizer que esse caminho se compõe de encontros, afetos, angústias e potências. A pesquisa ocupa um espaço de relação quando encontra mulheres que têm suas experiências de violência marcadas em suas trajetórias. Se abre espaço para o encontro, e desse encontro o que surge é a surpresa de linhas que se cruzam, entre pesquisadora e participante.

A pesquisa, além de ocupar-se com a produção de conhecimento a partir de uma perspectiva crítica e reflexiva, toma um lugar da escuta implicada e do acolhimento às participantes. A escrita reverbera como denúncia de uma sociedade desigual entre homens e mulheres, mulheres que encontraram espaço para trazer suas histórias e abrir feridas. Mulheres que tiveram coragem de falar e deixar se afetar pela temática investigada. Foi importante dar espaço para que as participantes por meio de suas narrativas



compartilhassem sentimentos e reflexões sobre as experiências vividas, dando mais sentido à escrita que se fazia viva.

Enquanto pesquisadoras, foi possível visualizar nas narrativas das participantes que em diferentes momentos da vida tinham vivenciado o descrédito (Ferenczi, 1992). Ou seja, não tinham validação sobre a violência vivida, sobre o evento traumático experienciado. Pessoas próximas duvidaram de suas revelações, trataram a violência como algo pequeno, pediram para que as participantes esquecessem e seguissem adiante, ou até mesmo fingissem que nada havia acontecido. Diversas pesquisas apontam o quanto é comum as mulheres em situações de violência serem negligenciadas, terem suas experiências reduzidas, isso acontece tanto na rede familiar e afetiva, ou, ainda, na rede de serviços institucionais (Baragatti et al., 2018; Colanzi, 2015; Evangelista-Garcia; Tinoco-Ojanguren; Tuñón-Pablos, 2016).

Essa negligência frente à violência contra as mulheres evidencia uma sociedade imbricada na cultura do estupro, que promove e permite que as mulheres sigam sofrendo violência, na medida em que ao não ampliar o debate de forma clara sobre as raízes da violência contra a mulher, mantém um despreparo dos profissionais inseridos nos serviços para lidar com os casos, a partir de uma concepção muitas vezes machista e patriarcal (Torres, 2018). Entendendo isso, partimos para um lugar ativo de escuta e validação do sofrimento das participantes, assim como de suas experiências. Isso faz com que elas encontrem no outro uma testemunha das suas dores.

Suportar esse lugar de testemunha nos convoca enquanto pesquisadoras, e nos afeta. Cintra (2019, p 179) aponta que “é preciso tornar-se vulnerável ao outro e à sua própria dimensão de criança traumatizada”. A autora ainda se utiliza de uma história de Asclépio, um médico ferido no qual “ tornou-se capaz de curar por ter feito a travessia de sua dor”. A partir desses fragmentos teóricos se compreende a dimensão que o testemunhar ocupa. Ou seja, não há como produzir essa escuta e esse encontro sem olharmos para nossa criança interna, para nossas dores e cicatrizes, para se conectar com o outro é preciso nos vulnerabilizar.

Para conseguirmos ocupar esse lugar - o de testemunha - não estamos sozinhos, levamos conosco não só as nossas experiências como dito acima, mas também um apanhado de teóricos e pensadores. Nesse caso, as teorias que sustentaram nossos passos e abriram

espaço para a escuta, foram as teorias feministas e ferenczianas. Ambas subversivas a seu tempo e ao modo de compreender o conhecimento. A palavra subversiva nos remete a teorias que não se deixam tecer pela lógica burguesa, mas que conseguiram olhar para além de uma produção mercadológica e de reabilitação social (Paiva, 2020).

As teorias feministas com pensadoras como Saffioti (2011) e Pateman (1992) nos ajudaram a entender a estrutura social que nos inserimos e o quanto isso afeta nossas experiências enquanto mulheres. É importante essa compreensão para nos situarmos na sociedade, mas também na temática da pesquisa. Assim, entendemos o quanto ao longo da história nos foi relegado um lugar de mulheres, enquanto objetos e não sujeitos, sem escolha e possibilidades, no qual a violência ocupou um lugar de corretivo e de cerceamento dos corpos femininos.

Já Ferenczi (1992), visto como um pensador político e subversivo a sua época, conseguiu nos auxiliar em construir o movimento do subjetivo ao social e vice-versa. As teorias ferenczianas nos presentearam com a compreensão sobre o descrédito e como esse se ocupa da vida dos sujeitos traumatizados. Também nos auxiliou a entender melhor o lugar de testemunha.

O descrédito faz com que as memórias fiquem turvas, que as mulheres desconfiam de si e de suas percepções sobre o mundo. O descrédito atua como uma mola propulsora de um trauma. Por isso a importância incondicional de encontrar alguém que testemunhe, acredite e valide as experiências de dor. Cintra (2019, p. 180-181) explica de forma simples essa questão:

O sujeito traumatizado precisará encontrar alguém com quem compartilhar a sua dor. A sua loucura precisará ser narrada, transformada em prosa e poesia, em rima em canto, ritmo e melodia para tornar-se audível, para tornar-se superável, ao menos em alguma dimensão.

Ressaltamos que aqui o testemunhar não diz respeito ao âmbito do direito ou da instituição tribunal, testemunhar é ocupar o lugar de um terceiro na cena traumática, um terceiro que consegue “estabelecer um contraste entre o presente e um passado insuportável” (Gondar, 2017, p. 192). O sujeito que sofre ao tentar narrar o inenarrável não enfrenta mais sozinho a situação traumática. Testemunhar significou reconhecer o vivenciado, ou seja, fazer o movimento oposto ao descrédito. Para isso, foi necessário se desprender de um lugar de indiferença, tornando-se uma escuta afetiva. Assim se exerceu o que Ferenczi chama de “sentir com” (*Einführung*), tornando possível as narrativas.

A partir desse lugar de testemunha se percebeu as diferentes nuances que a pesquisa trouxe. Interessante perceber que ao mesmo tempo que não ocupa uma via da institucionalidade jurídica, o lugar de testemunha aqui narrado ocupa, em certa medida, uma institucionalidade, que não é jurídica mas da pesquisa, uma vez que possibilitou alçar voz às dores e mostrar as cicatrizes e, principalmente, deixar registrado o que experienciaram por meio da escrita que se guarda no tempo.

A pesquisa também foi um abrigo da transformação da dor em luta. O próprio ato de fazer parte da pesquisa e narrar suas trajetórias demonstra esse movimento das mulheres em não se colocar num lugar de passividade frente ao que lhes passou. Junto a isso, a partir da escuta se percebeu o quanto o espaço da pesquisa colaborou para sentirem-se acolhidas e para ressignificarem suas experiências. Isso porque se fez da pesquisa um lugar de encontro e a partir do *sentir com* foi possível se ver no outro (pesquisadora e participante).

A dor transformada em luta não se deu só por parte das participantes, mas também por parte da pesquisadora. A partir do desenvolvimento da pesquisa e de todo longo caminho em que ela se construiu - desde a necessidade do aprofundamento teórico, mas também a mobilização de afetos. A implicação ética e política também se transformou, expandiu os horizontes de mobilização e se reafirmou que só a luta coletiva é capaz de transformar a sociedade e a posição que as mulheres ocupam nela.

Por fim, mas não obstante, a pesquisa além de tecer seu próprio caminho foi parada de rota de algumas mulheres, que decidiram dividir, falar e pensar sobre suas histórias, não só a pesquisa traz muito dessas mulheres, mas temos a sensação que essas mulheres levarão esses encontros consigo. Para nós, enquanto pesquisadoras, isso é transformador, a pesquisa deixa de ser algo inerte e apenas do campo teórico e passa a constituir enquanto práxis.

### **Considerações**

Ter feito uma pesquisa no cenário atual nos exigiu de diversas maneiras diferentes, repensar métodos e aproximações com o campo de pesquisa, assim como também nos mobilizou em questões mais subjetivas, afinal, é impossível ser humano e não sentir a tragédia causada pela Covid-19 em conjunto com as políticas neoliberais.

Falar das implicações éticas e políticas de uma pesquisa qualitativa em psicologia no contexto pandêmico diz de um caminho atento às demandas de transformação. Exige um

processo dialético de crítica, reflexão e superação tanto no nosso modo de analisar a realidade como na prática da qual desenvolvemos. É importante ressaltar que as implicações éticas e políticas não se resumem aos espaços privados, a escuta individual de cada participante, é preciso alçar voz aos problemas sociais e fazer parte da luta pela mudança, é preciso se utilizar do conhecimento como arma de denúncia e de revolta. Uma psicologia que não se preocupa com essas questões é uma psicologia morta à populações vulneráveis, é uma psicologia que serve aos interesses dos dominadores. Nesse sentido, entendemos que um conhecimento produzido de maneira implicada e subversivo ao sistema vigente pode se tornar um aliado na superação das estruturas de poder do sistema capitalista.

## Referências

Alencar, J., Stuker, P., Tokarski, C., Alves, I., Andrade, K. de. (2020). *Políticas Públicas e violência baseada no gênero durante a pandemia da Covid-19: ações presentes, ausentes e recomendadas*. Nota Técnica IPEA. N. 78. Junho de 2020. Brasília: IPEA, 2020.

Recuperado de:

[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/200624\\_nt\\_disoc\\_78.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200624_nt_disoc_78.pdf). Acesso em 10 jun. 2021.

Baragatti, D. Y, Carlos, D. M., Leitão, M. N. da C., Ferriani, M. das G. C. & Silva, E. M. (2018). Rota crítica de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 26 (e3025). <https://doi.org/10.1590/1518-8345.2414.3025>

Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina*. 11. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Campos, R. O. (2011). Fale com eles! o trabalho interpretativo e a produção de consenso na pesquisa qualitativa em saúde: inovações a partir de desenhos participativos. *Physis*. 21(4), p.1269-1286, 2011. Recuperado de: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v21n4/a05v21n4.pdf>

Carneiro, S. (2003). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendedores Sociais; Takano Cidadania (Orgs.). Rio de Janeiro: Takano Editora.

Cintra, E. M. de U. (2020). Introjeção, incorporação e identificação com o agressor. Considerações a partir de Sándor Ferenczi. In: Kupermann, D., Gondar, J., Molin, E. C Dal. (Orgs.). *Ferenczi: inquietações clínico-políticas*. (p. 167-182). São Paulo: Zagodoni.

Cisne, M. (2015). Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal- racista- capitalista. *Ser. Soc. Rev. (18)*1, p. 138-154. Londrina.

Colanzi, I. (2015). (Per)versiones del patriarcado: mujeres y violencia institucional. *Derecho Y Ciencias Sociales*, (12), 8-32. Recuperado de <https://revistas.unlp.edu.ar/dcs/article/view/2139>

Costa, P. H. A da. Mendes, K. T. (2021). A miséria da Psicologia Brasileira: subordinação ao capital e colonização-dependência. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 16 (2), São João del-Rei. Recuperado de:

[http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista\\_ppp/article/view/e4113](http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/e4113)

Demo, P. (2012) *Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos*. 5. ed. Campinas, São Paulo: Papirus.

Engels, F. (2020). *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: BestBolso.

Evangelista-García, A. A., Tinoco-Ojanguren, R., & Tuñón-Pablos, E. (2016). Violencia institucional hacia las mujeres en la región sur de México. *LiminaR*, 14(2), 57-69.

Recuperado de: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1665-80272016000200057&lng=es&tlng=es](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-80272016000200057&lng=es&tlng=es).

FBSP. *Violência doméstica durante a pandemia de covid-19*. 2. ed. [S.l.]: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>. Acesso em: 03, mar. 2021.

Ferenczi, S. (1992). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: Ferenczi, S. *Obras completas*. São Paulo: Martins Fontes.

Gondar, J. (2017). O analista como testemunha. In: Reis, E. S., Gondar, J. *Com Ferenczi: clínica, subjetivação, política*. (p. 65-77). Rio de Janeiro: 7 Letras.

Minayo, M. C. de S. (2006). *Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

Minayo, M. C. S. (2009). O desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. S., Deslandes, S. F.; Gomes, R. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes.

Paiva, F. S. de. (2020). Pesquisar como um ato de rebeldia. *Revista Espaço Acadêmico*, 20(223), 01-12. Recuperado de:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/54632>

Pateman, C. (1993). *O contrato sexual*. Tradução: Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Presse, F. (2020, novembro 23). Com restrições da pandemia, aumento da violência contra a mulher é fenômeno mundial. G1. Recuperado de:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/11/23/com-restricoes-da-pandemia-aumento-da-violencia-contra-a-mulher-e-phenomeno-mundial.ghtml>

Saffioti, Heleieth. I. B. (2015). *Gênero patriarcado violência*. 2ed. São Paulo: Expressão Popular - Fundação Perseu Abramo.

Torres, I. (2018). *A interferência dos operadores sociais nas rotas críticas das mulheres em situação de violência na américa latina: uma revisão sistemática*. 30 p. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Psicologia)-Faculdade Integrada de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.

Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Organização Pan Americana de Saúde. Brasília: FLACSO.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar um processo diz de algo complexo, ainda mais quando se compreende a realidade a partir da lógica dialética, que nos ensina a partir do seu movimento em espiral que é preciso a continuidade para aprofundar o fenômeno, libertá-lo de seus limites e simultaneamente a descontinuidade, para dar fim ao antigo e deixar nascer o novo. Ou seja, finalizar essa etapa do processo não é colocar um ponto final.

A violência contra as mulheres é um fenômeno múltiplo, abarcado por diferentes campos do conhecimento e de maneiras diferentes. Neste trabalho, entendemos a importância de denunciar que a violência é fruto histórico de uma sociedade dividida por gênero, raça e classe. Uma história de dominação e exploração. Foi necessário pincelar esses pontos em todos os momentos para demarcar um posicionamento teórico e político.

Diante do exposto, a pesquisa tinha como temática inicial apenas a violência sexual, mas, conforme a divulgação da pesquisa foi ocorrendo outras mulheres nos procuraram para relatar suas vivências. As narrativas eram tão potentes que não poderiam ser deixadas de lado, era importante colocá-las na escrita desse trabalho também como forma de validação, validação essa que elas poucas vezes tinham encontrado.

A pesquisa se constituiu de um percurso de vários encontros e desencontros, de modo que o período pandêmico foi um fator fundamental para repensar em como introduzir a pesquisa para as participantes e construir sentido em meio ao caos social que vivíamos. Vários desafios foram impostos ao longo do processo, no qual tivemos de achar formas para lidar e transformar a inviabilidade em possibilidades de reflexão e ação.

Trabalhar com narrativas da dor de experiências tão brutais exigiu de nós delicadeza e sensibilidade para transformar a dor em escrita, em histórias, em produção de conhecimento. Nesse sentido, dividimos os resultados dessa pesquisa em quatro artigos que trazem elementos diferentes sobre as violências vividas. Apesar de trazerem elementos diferentes, eles se conectam entre si, dizem de um processo linear sobre como a pesquisadora foi compreendendo a dinâmica da violência na vida das mulheres.

O primeiro artigo se refere ao momento de dar-se conta da violência, momento que pode ser muito tempo depois da experiência. Esse processo de dar-se conta nos explicitou que o tempo não é tão material, que o tempo para as mulheres compreenderem isso é um

tempo subjetivo que depende de fatores sociais e subjetivos para conseguir lidar com o trauma e assim compreender com nitidez o que havia se passado.

Quando elas se apropriaram da violência sofrida, elas buscaram ajuda, é sobre esse processo que se trata o segundo artigo. Elas procuraram pessoas próximas, instituições, movimentos sociais, ou até mesmo uma motivação interna que as auxiliassem seguir em frente. Nesse caminho pela busca de ajuda algumas encontraram acolhimento, outras, hostilidade, algumas foram abraçadas, outras responsabilizadas pela situação que se encontravam. Em ambos os momentos, tanto o de dar-se conta como o da trajetória das mulheres após entenderem que haviam vivenciado uma violência o descrédito foi fundamental como uma mola propulsora na experiência traumática.

Assim, nasceu o terceiro artigo que, seguindo uma linha temporal, diz respeito às repercussões que a violência gerou na vida das participantes. Neste estudo, conseguimos aprofundar a questão do trauma e do descrédito e como esses fatores foram importantes em como cada uma lidou com suas dores. Apontamos que o descrédito, além de individual pode ser social, e o quanto a cultura do estupro e a permissividade que a violência ganha na nossa sociedade é uma forma de descrédito e de invalidação das mulheres.

Os três artigos apontaram que as condições subjetivas estão correlacionadas às sociais, e que é preciso transformar nossa sociedade radicalmente para nossa construção enquanto sujeito social subjetivo também se transforme. Em todos os momentos, demarcamos a necessidade de compreensão e aprofundamento sobre o contexto social, nos utilizamos de um método - a hermenêutica-dialética - que nos auxiliou nesse processo.

Entendemos que a situação pandêmica modificou nossa forma de trabalho, vimos como potente escrevermos sobre como a pesquisa ganhou um caráter político para além do academicismo. Assim, construímos uma quarta escrita, que traz as implicações éticas e políticas da construção de pesquisas em Psicologia. Apontamos a necessidade de superarmos uma psicologia positivista, que se diz neutra e que trabalha para o capital. Denunciamos a violência como problema estrutural que necessita de um olhar crítico. Demarcamos nosso trabalho e nossos posicionamentos como subversivos frente ao momento histórico e político de repressão que vivemos.

Pesquisar neste período de uma política de morte frente a pandemia de coronavírus nos exigiu muita força e coragem. Se internalizou que pesquisar e escrever sobre violência é uma forma de denunciá-la, é uma maneira de trazer junto outras vozes de luta e resistência. Por fim, sabemos que o trabalho não se esgota e que há sempre mais para conhecer sobre a



realidade do fenômeno, por isso entendemos a importância da continuação da pesquisa para explorar outras nuances da violência contra as mulheres na sociedade.



## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mailô de M. V. Perspectivas feministas em criminologia: a interseccionalidade entre gênero, raça e classe na análise do estupro. **Rev. Brasileira de Ciências Criminais**. v. 26, n.146 p. 435-455, 2018. Disponível em: <[http://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/Perspectivas feministas em criminologia.pdf](http://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/Perspectivas_feministas_em_criminologia.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2019.
- APFELBAUM, Erika. Dominação. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 76-80.
- APFELBAUM, Erika. Relations of domination as movements foi liberton: na analysis of power between groups (Abridged). **Feminism & Psychology**. v.9, n.3, p. 267-272. 1999. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0959353599009003003>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- ARAÚJO, Laura. F. S et al., Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Rev. Bras. Pes. Saúde**. Vitória, v. 15, n. 3, p. 53-61. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/RBPS/article/viewFile/6326/4660>>. Acesso em: 10 jun. 2019.
- BANDEIRA, Lurdes. M; ALMEIDA, Tânia M. Campos de. Vinte anos da convenção de belém do pará e a lei maria da penha. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 501-517. maio. 2015.
- BAPTISTA, V.; TARTARI, L.; BUENO, T. **Retrato da Violência Contra a Mulher no RS**. Projeto por dataviz para o concurso Decoders RS, 12º FISL. 2012
- BIGLIA, Bárbara. Las estructuralidades de las violencias; In: BIGLIA, Barbara; MARTÍN, Conchi. S. **Estado de Wonderbra: entretejiendo narraciones feministas sobre las violências de género**. Barcelona: Virus Editorial, 2007. p. 21-34.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**. Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul/dez. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124>>. Acessado em: 18 ago. 2019.
- BOTT et al. **Violencia contra las mujeres en América Latina y el Caribe: Análisis comparativo de datos poblacionales de 12 países**. Washington, DC : OPS. 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação maculina**. 11. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. Título original: La domination masculine.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica**. 3º ed. Brasília. 2014. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao\\_agravo\\_violencia\\_sexual\\_mulheres\\_3ed.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prevencao_agravo_violencia_sexual_mulheres_3ed.pdf)>. Acessado em: 19 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2017**: divulgação dos principais resultados. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013**. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Diário Oficial da União. Brasília. 2013. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112845.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112845.htm)>. Acessado em: 01 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Senado Federal/DataSenado. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília, junho de 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>>

BRAZÃO, Analba; OLIVEIRA, Guacira C de. (Orgs). 1º ed. **Violência contra as mulheres: Uma história contada em décadas de lutas**. Brasília: Centro Feministas de Estudos e Assessoria. 2010.

CAMPOS, Rosana. O. Fale com eles! o trabalho interpretativo e a produção de consenso na pesquisa qualitativa em saúde: inovações a partir de desenhos participativos. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p.1269-1286, 2011. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/physis/v21n4/a05v21n4.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

CARDOSO, Cláudia P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, Dec. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2014000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 03 Oct. 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-americalatina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA e FBSP, 2018.

CISNE, Mirla. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal- racista- capitalista. **Ser. Soc. Rev.** v.18, n. 1, p. 138-154. Londrina.

2015. Disponível: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23588>>. Acesso em: abr. 2019.

Conselho Nacional de Saúde (Brasil). **Resolução n o 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília: Autor. 2012

Conselho Nacional de Saúde (2016). **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília. 2016

DATA POPULAR/INSTITUTO AVON. **Violência contra a mulher no ambiente universitário, 2015**. Disponível em: [http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon\\_V9\\_FINAL\\_Bx20151.pdf](http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf). Acesso em: 01 nov. 2019.

Instituto Datafolha. **Assédio Sexual no Brasil**. In: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/01/1949701-42-das-mulheres-ja-sofreram-assedio-sexual.shtml>. s/l. 11 jan. 2018. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/01/11/bfed1c72cc0eff5f76027203648546c5bbe9923c.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de: Heci Regina Candini. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. 5. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2012.

DIAS, Lucy; GAMBINI, Roberto. **Outros 500: uma conversa sobre a alma brasileira**. São Paulo: Senac, 1999.

DOMENACH, Jean-Marie et al. La violencia. In: DOMENACH, Jean-Marie. **La violencia y sus causas**. Paris: Editorial de la Unesco, 1981.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos Latinoamericanos**. s/l, n. 10, p. 116-131. 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA NETO, J. L. Subjetividade e Território: para além da interioridade. In: FERREIRA NETO, J. L. **Psicologia, políticas públicas e o SUS**. São Paulo: Escuta, 2011.

FERREIRA, Liliana S. **Trabalho, profissionalidade e escola no discurso das professoras dos anos iniciais do ensino fundamental**. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006.

FERREIRA, Liliana S. et al. Grupos de interlocução como técnica de produção e sistematização na pesquisa em educação. **Rev. Diálogo Educ.** Curitiba, v. 14, n. 41, p. 191-209, jan./abr. 2014. Disponível em:

<<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/2329/2245>>.

Acessado em: 10 set. 2019.

FLORES, Letícia B. **Mapeando redes, diversificando olhares:** construções e perspectivas sobre a rede de enfrentamento a violência contra a mulher em Santa Maria 2019. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

FONTANA, Mónica G. Z; CESTARI, Mariana J. “Cara de empregada doméstica”: Discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil. **Revista Rua.** Campinas, Edição Especial – 20 anos. 2014. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638265>> . Acessado em: 07 jun. 2019.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019.** São Paulo, 2019.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018.** São Paulo, 2018.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017.** São Paulo, 2017.

GARCIA, Luiz C; MARINS, Michelly E. C. Do que elas tem medo? Uma discussão de gênero, violência e ódio. In: DESLANDES, Keila (org.). **Homotransfobia e direitos sexuais: debates e embates contemporâneos.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

GERHARDT, Tatiana. E; SILVEIRA, Denise. T. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, Antônio. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas. 2007.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos.** Ciências Sociais Hoje. Brasília: ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1984.

GUIMARÃES, Iolanda. Violência de Gênero. In: LIMA, Claudia A. de. (Coord.) et al. **Violência faz mal à saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

HERRMANN, Gustavo; COSTA, Benhur. P da. Geografia e estudo do lugar: a casa do estudante universitário II – UFSM/Santa Maria/RS. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, n. 29, p. 76-93, 2017. Disponível em:

<https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/viewFile/3930/3816>. Acessado em: 20 de out. 2019.

KALCKMANN, Suzana et al. Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS? **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 16, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v16n2/14.pdf>>. Acessado em: 03 ago. 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A classe operária tem dois sexos. **Rev. Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 02, p. 93-100. 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16291/14832>>. Acessado em 09 set. 2019.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli et al. (Orgs.). **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

KRUG, Etienne. G. et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2002.

Marx, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAYER, A. S.; SILVA, S. L. ; Santos, S. S. . Researches on the disclosure of sexual violence: ethical and methodological paths. In: DELL'AGLIO, D. D.; KOLLER, S. H. (Orgs.). **Vulnerable Children and Youth in Brazil: Innovative Approaches from the Psychology of Social Development**. 1ed.: Springer, 2017, v. 1, p. 120-150.

MENEGHEL, S. N et al . Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 691-700. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000300015&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000300015&script=sci_abstract). Acessado em: 03 maio 2019.

MIGUEL, Luis. F. Carole Pateman e a crítica feminista do contrato. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32. n.93, p.91. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n93/0102-6909-rbcsoc-3293032017.pdf>>. Acesso em: jul. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

MINAYO, Maria. C. S. O desafio da pesquisa social. In: Minayo, Maria C. S.; DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: Minayo, Maria C. S.; DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria L. **Estado, classe e movimento social**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Convenção Belém do Pará. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher**. 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/d1973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm). Acesso em: jun, 2019.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução: Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

ROLAND, Edna. Direitos reprodutivos e racismo no Brasil. **Rev. Estudos Feministas**. Florianópolis, v.3 n.2, p. 506-514, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16469>. Acesso em: 29 set. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **Gênero patriarcado violência**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular - Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAGOT, Montserrat. **Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar em America Latina**: Estudos de caso de diez países. Organización Panamericana de la Salud. San José, 2000.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, Porto Alegre. p. 71-99. 1995. Tradução: Guacira Lopes Louro, versão em francês. Revisão Tomaz Tadeu da Silva, de acordo com o original em inglês. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> Acesso em: 06 de out. 2019.

SEGATO, Rita L. **Las estructuras elementares de la violencia**. 1º ed. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SEGATO, Rita L. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños. 2016.

TAQUETTE, S. et al. **Mulher Adolescente / Jovem em Situação de Violência**: propostas de intervenção para o setor saúde módulo de autoaprendizagem. p. 128, 2007.

TELES, Maria Amélia de A. **O que é violência contra a mulher** (Primeiros Passos). Brasiliense; Edição do Kindle. 2017.

Tipologia da violência. In: **Centro estadual d vigilância em saúde RS**, Porto Alegre. [201-]. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/tipologia-da-violencia>. Acesso em: maio, 2019.

UNODC. **Global Report on Trafficking in Persons 2016**. New York: United Nations, 2016. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016\\_Global\\_Report\\_on\\_Trafficking\\_in\\_Persons.pdf](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/2016_Global_Report_on_Trafficking_in_Persons.pdf). Acesso em: 12 jun. 2019.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Organização Pan Americana de Saúde. FLACSO. Brasília. 2015.



WERNEK, Jurema; IRACI, NILZA. **A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações**. Geledés, 2016.



**PARTICIPE DA PESQUISA!**

# Violência Sexual e as Rotas críticas enfrentadas pelas mulheres

**Quem pode participar:** Mulheres moradoras da Casa do Estudante Universitário da UFSM - Campi Santa Maria, maiores de 18 anos.

**Caso se interesse em participar** ou deseje maiores informações sobre a pesquisa, entre em contato pelo email: [ietorres.isadora@gmail.com](mailto:ietorres.isadora@gmail.com)



## APÊNDICE B – CARTA ENVIADA PELA PESQUISADORA PARA AS PARTICIPANTES



Olá, me chamo Isadora Torres, sou a autora dessa pesquisa. Tenho 25 anos. Eduardo Galeano tem uma frase que diz muito sobre mim e sobre de que forma vejo a escrita nesse momento da minha vida, nela o autor diz "Del miedo de morir nació la maestría de narrar". A escrita tem significado um lugar de potência a cada dia que passa em meio a tudo que temos enfrentado. Construir narrativas, contar histórias faz com que elas sejam em certa medida lembradas, ressignificadas e inspiradoras para tantas outras pessoas que as ouvem, lêem e guardam para si com diferentes impressões e sentidos. Digo isso porque quero me apresentar para você que está do outro lado, que por motivos teve interesse em participar da pesquisa. Digo isso para explicitar que a pesquisa não está no simples ato de "coletar" dados e transferi-los a um sistema de decodificação. A pesquisa que pretendo desenvolver conta histórias, respeita elas. A pesquisa que faço é um caminho incessante de conhecimento sobre o mundo, relações e sobre mim mesma. Atualmente sou psicóloga, faço mestrado em psicologia na UFSM. Desde minha graduação me debruço a estudar a violência contra as mulheres, no mestrado então decidi olhar um pouco mais específico para violência sexual, considerando que a maioria das mulheres já passou por alguma forma de assédio e de objetificação sexual. Decidi falar sobre mulheres da Casa do Estudante Universitário, porque também fui moradora durante 3 anos da CEU II, morar lá deixou várias marcas na minha história, foi umas das experiências mais diferentes que tive. Compartilhar a vida com mais 5 pessoas que até então eram desconhecidas fez minha visão de mundo se ressignificar e me transformou muito enquanto pessoa. Porém tem questões muito profundas sobre a CEU, um lugar onde todas nós viemos de outra cidade, sem referência e por muitas vezes muito jovem. Um local cheio de descobertas e afetos, mas também cheio de desafios sociais e econômicos a serem enfrentados. Por ter vivido na CEU quis me debruçar mais para falar sobre as mulheres (que são tão múltiplas) que lá moram. Como um último elemento para concluir essa breve apresentação (que não acaba aqui, pois temos muito a nos conhecer) quero falar sobre o conceito de ROTAS CRÍTICAS, isso nada mais é do que o caminho que cada mulher percorre quando descobre que sofreu uma violência. Falar de rota crítica é falar de diferentes caminhos na busca de uma solução, de auxílio, de cuidado. Encontrar o conceito de rotas críticas me permitiu ampliar meus conhecimentos sobre violência contra as mulheres e fez eu entender que o caminho além de se construir caminhando se constrói de diferentes relações. Esse projeto é uma das paradas do meu caminho, e eu te convido a construir esse caminho comigo.



**APÊNDICE D – ENTREVISTA DE PROFUNDIDADE E QUESTIONÁRIO ABERTO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PROJETO: Rotas críticas: Os caminhos percorridos pelas mulheres da CEU II que vivenciaram Violência Sexual

Pesquisadora responsável: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Samara Silva dos Santos

- 1). Para você, o que é violência?
  
- 2). Em que momento você se deu conta que sofreu uma violência sexual? Pode me contar como se sentiu? O que te levou a se dar conta do que viveu?
  
- 3) O que fez em seguida? (exemplo: contei a alguém; fiquei em silêncio; procurei ajuda...)
  
- 4). Qual o caminho que você percorreu quando buscou ajuda?
  
- 5). Como foi isso para você (como foi contar para alguém e/ou procurar ajuda)?
  
- 6) O que você acha importante me contar sobre sua vivência?
  
- 7). Que pergunta você considera importante ser acrescentada nesta entrevista?
  
- 8) O que você diria para outras mulheres que já passaram por alguma experiência de violência sexual?

## ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Profa. Dra. Samara Silva dos Santos  
ENDEREÇO: Av. Roraima, 1000 Prédio 74B, 3º S - 3210 - Camobi

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

#### Título do Projeto:

**Rotas críticas: Os caminhos percorridos pelas mulheres da CEU II que vivenciaram Violência Sexual**

**Título do estudo:** Rotas críticas: Os caminhos percorridos pelas mulheres da CEU II que vivenciaram Violência Sexual

**Pesquisadora responsável:** Samara Silva dos Santos

**Pesquisadora principal:** Isadora Esteve Torres

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Programa de Pós-graduação em Psicologia – PPGP.

**Telefone e endereço postal completo:** (55) 3220-9231. Avenida Roraima, 1000, prédio 74B, sala 3210, 97105-970 - Santa Maria - RS.

**Local da coleta de dados:** Ambiente Virtual

Prezada,

Você está sendo convidada(o) a participar, como voluntária(o), da pesquisa Intitulada “**Rotas críticas: Os caminhos percorridos pelas mulheres da CEU II que vivenciaram Violência Sexual**”, conduzida pela mestrandia Isadora Esteve Torres, e orientada pela pesquisadora responsável professora Dra. Samara Silva dos Santos.

Levando em consideração a importância de se pensar sobre o fenômeno da violência sexual, suas causas e impactos na vida das mulheres e como estas constroem suas redes de afetos e serviços na busca por ajuda a presente pesquisa possui o objetivo de analisar as rotas críticas das mulheres moradoras da CEU II da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que vivenciaram situações de violência sexual.

Destaca-se que a participação nesta pesquisa é voluntária, não remunerada e não implicará em gastos para você. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação nesta pesquisa. A participação nesta pesquisa pode despertar alguns sentimentos negativos relacionados ao tema investigados. A(s) participante(s) podem sentir algum desconforto em responder alguma questão, que possa de alguma forma mobilizar lembranças desconfortáveis devidos suas experiências. Entretanto, nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à dignidade das participantes. Nesse caso, você poderá optar em responder ou não a questão. Além disso, garante-se a total liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Em caso de algum problema comprovadamente decorrente e relacionado com essa pesquisa, as pesquisadoras envolvidas com a pesquisa se comprometem a prestar assistência psicológica gratuita, que será prestada

por profissional voluntária/o do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre Violência e Contextos Sociais (GEPEVICS) da UFSM, junto à Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia (CEIP) da UFSM.

Entende-se, também, que o estudo poderá beneficiar a participante a ressignificar as experiências pessoais vivenciadas, uma vez que as estratégias utilizadas para a coleta de informações, como o questionário aberto e a elaboração de carta, são instrumentos que podem favorecer este processo. Outro benefício possível decorrente desta pesquisa são as questões sociais dela decorrente, como por exemplo o auxílio no mapeamento da rede de enfrentamento e a construção das estratégias de combate à violência.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a perguntas de um questionário aberto, que será encaminhado por e-mail ou aplicativo de mensagem e o qual poderá ser respondido de forma escrita ou por meio de áudios, enviados a pesquisadora (tanto por e-mail ou aplicativo de mensagem, respectivamente). O questionário conterá questões sobre dados socioeconômicos, relacionamento familiar e afetivo, e sobre o tema investigado. Além do questionário aberto, será proposto às participantes a elaboração de uma carta na qual possa relatar sua trajetória ao revelar a experiência vivida a partir de uma escrita de si, podendo utilizar recursos artísticos que achar apropriado para sua elaboração.

Garante-se, ainda, que todas as informações coletadas serão confidenciais, sendo preservada a sua identidade e sua privacidade em todas as fases da pesquisa. As pesquisadoras poderão tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de sua identidade. Os dados obtidos permanecerão armazenados pelo período de 5 anos após o término da pesquisa sob guarda do pesquisador responsável.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, das pesquisadoras responsáveis/coordenadora da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional da pesquisadora responsável com quem você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos das pesquisadoras responsáveis:

Orientadora/responsável: Samara Silva dos Santos

Número de telefone: (55) 3220-9231

E-mail: silvadossantos.samara@gmail.com

Endereço institucional: Avenida Roraima, 1000, prédio 74B, sala 3210, 97105-970 - Santa Maria – RS

Mestranda/responsável: Isadora Esteve Torres

e-mail: ietorres.isadora@gmail.com

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com as pesquisadoras responsáveis, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM.

## **Autorização**

Eu, \_\_\_\_\_, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais me foi entregue.

Local:

Data:

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

---

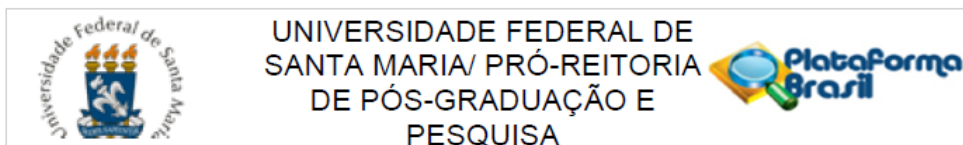
Participante.

---

Responsável pelo projeto.



## ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DA EMENDA

**Título da Pesquisa:** Rotas críticas: Os caminhos percorridos pelas mulheres da CEU II que vivenciaram Violência Sexual

**Pesquisador:** Samara Silva dos Santos

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 26765519.0.0000.5346

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Santa Maria/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.997.754

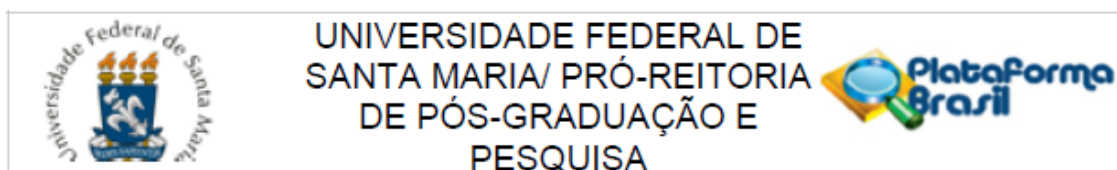
#### Apresentação do Projeto:

Pela notificação o proponente apresentou emenda ao projeto intitulado "Rotas críticas: os caminhos percorridos pelas mulheres da CEU II que vivenciaram violência sexual".

Justifica-se a solicitação nos seguintes termos: "Vimos por meio desta emenda solicitar a autorização para alterar a maneira de coletar os dados. Sendo assim, ao invés de utilizar a entrevista presencial passaríamos a usar um questionário aberto, o qual permitiria que a participante o respondesse à distância de forma escrita por meio eletrônico (e-mail) ou gravando áudio e encaminhando por aplicativo de mensagem. O questionário aberto, assim como a entrevista de profundidade permite com que as perguntas sejam amplas e um aprofundamento sobre o fenômeno estudado. Em um segundo momento da coleta de dados, como forma de substituir os grupos de interlocução, que seriam realizados, será proposto a participante, a escrita de uma carta. Nesta carta, a partir de uma escrita de si, a participante poderá relatar sua trajetória, podendo gerar reflexões e ressignificações sobre suas vivências, enriquecendo os dados a serem analisados e, também, validando os mesmos."

Em função dos documentos apresentados, a emenda pode ser aprovada.

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763  
 Bairro: Camobi CEP: 97.105-970  
 UF: RS Município: SANTA MARIA  
 Telefone: (55)3220-9362 E-mail: cep.ufsm@gmail.com



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA MARIA/ PRÓ-REITORIA  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E  
PESQUISA**

Continuação do Parecer: 3.997.754

**Objetivo da Pesquisa:**

.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

.

**Recomendações:**

Veja no site do CEP - <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prpgp/cep/> - modelos e orientações para apresentação dos documentos. ACOMPANHE AS ORIENTAÇÕES DISPONÍVEIS, EVITE PENDÊNCIAS E AGILIZE A TRAMITAÇÃO DO SEU PROJETO.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O proponente do projeto é responsável por indenização aos participantes no caso de manifestação de eventuais danos comprovadamente decorrentes da realização da pesquisa.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1547635_É1.pdf	29/04/2020 09:33:41		Aceito
Cronograma	Cronograma_Projeto.docx	29/04/2020 09:28:26	Samara Silva dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_anexo_emenda.docx	29/04/2020 09:28:02	Samara Silva dos Santos	Aceito
Outros	emenda_CEP_projeto_Isadora_VS_CEU assinaturasamara.pdf	29/04/2020 09:26:58	Samara Silva dos Santos	Aceito

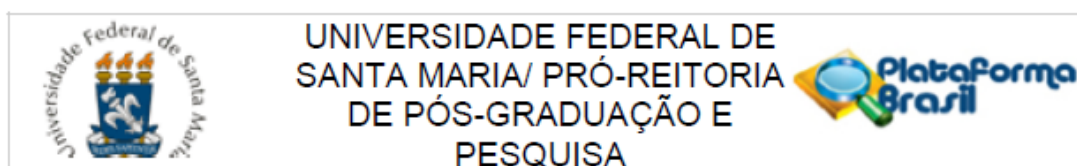
**Endereço:** Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763

**Bairro:** Camobi **CEP:** 97.105-970

**UF:** RS **Município:** SANTA MARIA

**Telefone:** (55)3220-9362

**E-mail:** cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.997.754

Outros	divulcacao_pesquisa_redes_sociais.docx	05/02/2020 15:40:49	ISADORA ESTEVE TORRES	Aceito
Outros	divulcacao_roda_de_conversa.docx	05/02/2020 15:40:00	ISADORA ESTEVE TORRES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_adequado.docx	05/02/2020 15:39:01	ISADORA ESTEVE TORRES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_dissertacao_incluso_solicitacoes_cep.docx	05/02/2020 15:38:24	ISADORA ESTEVE TORRES	Aceito
Outros	autorizacaoinstitucional.pdf	05/12/2019 12:00:51	ISADORA ESTEVE TORRES	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto_isadora0001.pdf	28/11/2019 15:00:14	ISADORA ESTEVE TORRES	Aceito
Outros	termo_apoio_pesquisa.pdf	28/11/2019 14:59:48	ISADORA ESTEVE TORRES	Aceito
Outros	termo_confidencialidade.pdf	27/11/2019 15:52:15	ISADORA ESTEVE TORRES	Aceito
Outros	projeto_65281.pdf	27/11/2019 15:03:42	ISADORA ESTEVE TORRES	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SANTA MARIA, 29 de Abril de 2020

Assinado por:  
**CLAUDEMIR DE QUADROS**  
 (Coordenador(a))

**Endereço:** Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763

**Bairro:** Camobi

**CEP:** 97.105-970

**UF:** RS

**Município:** SANTA MARIA

**Telefone:** (55)3220-9382

**E-mail:** cep.ufsm@gmail.com

## ANEXO C – ARTES DAS PARTICIPANTES

Colagem realizada por Lírio:



Pintura feita por Girassol:

